



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Ester Gomes Bernabé

LUTA DE MULHERES!

**RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE
INSTRUTORAS DE JUI-JITSU**

Belo Horizonte

2021



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Ester Gomes Bernabé

LUTA DE MULHERES!

**RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE
INSTRUTORAS DE JIU-JITSU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa II: Processos formativos em Educação Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Quirino

Belo Horizonte

2021

Bernabé, Ester Gomes
B5171 Luta de mulheres! Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho de instrutoras de Jiu-jitsu / Ester Gomes Bernabé. – 2021.
189 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientador: Raquel Quirino Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Mulheres - Trabalho. 2. Divisão do trabalho. 3. Relações de gênero. 4. Jiu-jitsu. I. Gonçalves, Raquel Quirino. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD: 331.4



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Ester Gomes Bernabé

LUTA DE MULHERES!
RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE
INSTRUTORAS DE JIU-JITSU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 16 de dezembro de 2021, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Raquel Quirino – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Gabriela Conceição de Souza
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Ângelo Gariglio
Universidade Federal de Minas Gerais

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais Adair Bernabé e Rosemary Gomes Bernabé,
ao Sensei Luciano Andrade, toda equipe Pavione's Andrade,
e a todas as mulheres que tornaram este estudo possível.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a vida por ter me proporcionado a benção de permanecer respirando, pensando, sofrendo, transformando e principalmente, acreditando.

Agradeço imensamente às professoras de jiu-jitsu que me receberam e me permitiram realizar esta pesquisa. Algumas delas, especialmente, por compartilharem suas vidas, suas dores, suas alegrias e seus dilemas. Sinto-me honrada pela confiança.

Agradeço à professora Raquel Quirino por me incitar o gosto pela temática “Relações sociais de sexo/gênero” ainda como aluna especial, por me escolher como sua orientanda, por ser uma fonte constante de inspiração e por acreditar em mim quando muitas vezes eu mesma duvidava.

Agradeço ao *Sensei* Luciano Andrade que me guiar pelos caminhos da “Arte Suave”, por ter me ensinado a amar o jiu-jitsu e por me aceitar na família Pavione's Andrade. Agradeço também ao professor Paolo Pavione que me fez estudar sobre a história da mulher no jiu-jitsu pela primeira vez, o que me fez enxergar o esporte com um olhar crítico e menos ingênuo.

Agradeço às professoras Romilda Oliveira Alves, Camila Jardim de Meira, Marilene Pereira de Oliveira e Carmem Miriam Maciel Junqueira pelo incentivo, por terem me inspirado com suas histórias de vida, e me auxiliado na preparação para o mestrado. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Gabriela Conceição de Souza e ao Prof. Dr. José Ângelo Gariglio pela leitura atenciosa do trabalho e principalmente pelas ricas e construtivas contribuições à sua melhoria.

Agradeço a todos/as pensadores/as, professores/as e colegas a quem tive acesso durante o mestrado e que iluminaram esta dissertação de tantas formas que é difícil nomeá-las. Agradeço aos meus colegas de trabalho, Túlio Lopes, Sâmara Castro, Sara Ferreira, Gabriel Alexasander, Ariana Morais, Valéria Aparecida e Vânia Amorim que tanto me auxiliaram, que suprimam minhas ausências e me estimularam a continuar.

Agradeço aos meus pais e irmãos por apoiarem minhas escolhas, me propiciando uma família presente, e um ambiente saudável e acolhedor para meus estudos. Agradeço a todos/as amigas e amigos: Nayara, Ana Paula, Jefferson, Robson, Fabiana Andrade, Denilson Oliveira, Daniela Lemos, Dionísio, Miguel, Marta Bahia, Carol, Lorena, Thiago e especialmente às minhas companheiras de mestrado Glória, Eloíza e Danúbia, por me apoiarem de diferentes formas, com companheirismo e bom

humor essenciais ao clima, por vezes, tenso e solitário da construção de um saber teórico.

Agradeço o financiamento público que mantém a estrutura do CEFET-MG, que fomenta a pesquisa em nosso país e, principalmente, proporciona a nós, alunos/as, professores/as brilhantes como, Profa. Dr^a Raquel Quirino, o Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves.

A todos/as estes/as que representam as estrelas do meu céu, as luzes que dão sentidos a este meu caminho nem sempre claro.

EPÍGRAFE

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.” (Angela Davis)

RESUMO

A presente pesquisa é proposta na Linha II: Processos Formativos em Educação Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), cujos estudos focalizam temas relacionados ao trabalho-educação no contexto socioeconômico e político-cultural, destacando os processos históricos e culturais, as relações entre as mudanças societárias, a diversidade, a educação profissional formal e não formal e o mundo do trabalho. Considera-se aqui o conceito amplo de Educação Tecnológica, apresentado por Manacorda (2007) e Oliveira (2000) como sinônimo de *politecnia*. O Esporte é então apresentado como um instrumento pedagógico em si, com caráter formador e educativo que contribui, para além do ensino da técnica e dos aspectos motores, como uma forma de educar o sujeito social na e pela atividade física (BENTO, GARCIA E GRAÇA 1999). Por sua vez, os/as instrutores/as esportivos/as são considerados/as como uma classe profissional de educadores dessa área. A partir da assertiva de Hirata (2002) de que as pesquisas não podem ser *gender-blinded* (blindadas ao gênero), mulheres instrutoras de jiu-jitsu foram escolhidas como sujeitos desta investigação. Objetivou-se compreender como se dá a divisão sexual do trabalho entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu, um esporte marcadamente "masculino". Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa utilizando-se de revisão da bibliografia e instrumentos de levantamento de dados empíricos garimpados em entrevistas em profundidade com instrutoras de jiu-jitsu, que atuam academias esportivas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. As bases teórico-conceituais para a análise destes dados são fundamentadas nas teorias da Divisão sexual do trabalho e das Relações sociais de sexo/gênero, oriundas da Sociologia do trabalho francesa de base marxista (KÉRGOAT, 1994; HIRATA, 2002, entre outros). Por meio das metodologias relatadas busca-se responder a seguinte questão: Como se dá a divisão sexual do trabalho entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu, um esporte marcadamente "masculino"? Os resultados deste estudo apontam que as assimetrias nas relações sociais de sexo/gênero, principalmente no esporte estudado, criam um ambiente hostil para as mulheres. Fatores como a associação da prática da modalidade com características como força, violência e masculinidade, a perspectiva que esportes de combate "masculiniza" a mulher, dentre outros fatores, contrapõem o estereótipo

vigente de feminilidade, compondo um cenário em que a mulher é vista como fora de lugar.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho. Esporte. Instrutoras de jiu-jitsu. Relações Sociais de Sexo/Gênero.

ABSTRACT

The present research is proposed in Line II: Formative Process in Technological Education of Pos-Graduation Program in Technological Education (PPGET) of Federal Center of Technological Education in Minas Gerais (CEFET-MG), which studies focus on themes related to work-education in socio-economic and political-cultural context, highlighting the historical and cultural processes, the relationships between societal changes, the formal and non-formal professional education and the world of work. It is considered here the broad concept of Technological Education, presented by Manacorda (1966, 2007) e Oliveira (2000), as synonymous with polytechnics. Sports is then presented as a pedagogical tool in itself, with a formative and educational character that contributes, in addition to teaching technique and motor aspects, as a way of educating the social subject in and through the physical activity (BENTO, GARCIA e GRAÇA, 1999). In turn, sports instructors are considered as a professional class of educators in this area. Based on Hirata's (2002) assertion that the researches cannot be gender-blinded, female jiu-jitsu instructors were chosen as the subject of this investigation. The objective was, understand how the sexual division of work between Jiu-jitsu instructors occurs, a sport markedly "masculine", from a dynamic and all-encompassing interpretation of reality. For that, a qualitative approach was adopted, using bibliographic review and empirical data collection instruments, mined in in-depth interviews with jiu-jitsu instructors who work at sports academies in Metropolitan Regions of Belo Horizonte, in Minas Gerais. The theoretical-conceptual bases for the analysis of these data are based on the theories of the sexual Division of Labor and the Social Relations of sex/gender, derived from the Marxist-based French Sociology of work (KÉRGOAT, 1994; HIRATA, 2002, among others). Through the reported methodologies, we seek to answer the following question: How is the sexual division of work among jiu-jitsu instructors, a markedly "masculine" sport? The results of this study indicate that asymmetries in social relationships of sex/gender, especially in the studied sport, create a hostile environment for women. Factors such as the association of the practice of the modality with characteristics such as strength, violence and masculinity, the perspective that combat sports "masculinizes" the woman, among other factors, oppose the current stereotype of femininity, composing a scenario in which women are seen as out of place.

Keywords: Jiu-jitsu instructors. Sexual Division of Labor. Social Relations of Sex/Gender. Sports.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 – Kyniska desenhada com seus cavalos na Biografia de Mulheres Ilustres de Roma, Grécia e o Baixo Império, publicada em 1825.....	74
Figura 2 - Jogos de 1900, Charlotte Cooper.....	76
Figura 3 - Alice Milliat, membro do júri de atletismo nos Jogos Olímpicos de Amsterdã em 1928.....	77
Figura 4 – Sandwina, 1910.....	82
Figura 5 - Em 1931, na enseada de Botafogo, Maria Lenk e Marina Cruz.....	82
Figura 6 - Cristina Maria de Carvalho e Silva, Kazue Ueda, Ana Maria de Carvalho e Silva e Patrícia Maria de Carvalho e Silva, em Montevideu, em outubro de 1979.....	85
Figura 7 – Barton-Wright realizando movimentos do Bartitsu.....	91
Figura 8 - Foto da família Gracie.....	93
Figura 9 - Retratação de Jingū Kōgō recebendo tributos.....	96
Figura 10 - Estátua de Tomoe Gozen e Minamoto, no Japão.....	97
Figura 14 – Yvone Duarte e equipe em Brasília.....	104
Figura 15 – Rosângela Conceição em competição oficial.....	107
Figura 16 - Kyra Gracie em aula especial para mulheres.....	109
Gráfico 1 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução.....	43
Gráfico 2- Modalidades esportivas marcadas por gênero.....	47
Gráfico 3 - Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo, segundo a condição no domicílio.....	56
Gráfico 4 - Pessoas que realizam os afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer doméstico, segundo o sexo e a condição no domicílio (%)......	57
Gráfico 5 – A progressão da participação feminina nos Jogos Olímpicos Modernos....	79
Gráfico 6 – Percentual de participação das atletas brasileiras nas Olimpíadas.....	88
Quadro 1 - Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas (horas semanais).....	56
Quadro 2 – Perfil pessoal das entrevistadas.....	113
Quadro 3 – Perfil profissional das entrevistadas.....	114

Tabela 1 - Distribuição da população ocupada e da população subocupada por insuficiência de horas, por sexo.....	44
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADCC - *Abu Dhabi Combat Club*

AFEs - Atividades Físicas e Esportivas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBJJ - Confederação Brasileira de Jiu-jitsu

CBJJE - Confederação Brasileira de Jiu-jitsu Esportivo

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CDMJJ - Comissão de direito das mulheres no jiu-jitsu

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CND - Conselho Nacional de Desportos

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNS - Conselho Nacional de Saúde

COA - Comitê Olímpico Americano

COB - Comitê Olímpico do Brasil

COI - Conselho Olímpico Internacional

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONFED - Conselho Federal de Educação Física

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CREF - Conselho Regional de Educação Física

C&T - Ciência e Tecnologia

FEFI - Federação Esportiva Feminina Internacional

FIVB - Federação Internacional de Voleibol

IAPESGW - *Association of Physical Education & Sport for Girls and Women*

IBFJJ - *International Brazilian Jiu-Jitsu Federation*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSSPE - *International Council of Sport Science and Physical Education*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBJJ – Liga Brasileira de Jiu-jitsu

MMA – *Mixed Martial Arts*

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UnB - Universidade de Brasília

UFC - *Ultimate Fighting Championship*

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura

WHN - *Women's History Network*

WSPU - *Women's Social and Political Union*

LISTA DE TERMOS

Absoluto: Categoria das competições de jiu-jitsu em que os/as atletas de mesma faixa e gênero se enfrentam independente do peso ou idade.

Bartitsu: Arte marcial criada por Barton-Wright em 1898, a partir da junção de várias técnicas de lutas.

Dojô: Local onde se pratica artes marciais como o judô e o jiu-jitsu. Consiste em uma área de vários tatames (peças de materiais que absorvam impactos seja borracha, palha de arroz ou material sintético).

Jiu-jitsu: Uma arte marcial de combate originária da Índia, adaptada no Brasil, onde se tornou um esporte que tem por objetivo além da autodefesa, a contenção e imobilização do oponente. Significa “Arte suave”.

Judô: Arte marcial criada a partir do jiu-jitsu pelo mestre japonês Jigoro Kano, que sintetizou diversas técnicas eliminando as mais perigosas, e criou o judô como uma forma esportiva de luta. Significa “Caminho suave”.

Ju-jutsu: Técnica Suave ou Arte Adaptável, nome dado a um coletivo de estilos de artes marciais japonesas, incluindo técnicas armadas ou desarmadas.

Jujutsu: Arte marcial precursora do jiu-jitsu.

Katas: Conjunto de técnicas fundamentais, executada em um método de estudo especial, em que os golpes são coreografados entre o que ataca e o que recebe o golpe, com objetivos didáticos.

Kimono: Roupas para a prática de artes marciais, em geral, confeccionada em algodão.

Kyudo: Luta com arco e flecha.

La canne: Arte marcial francesa, bastante similar com a esgrima, só que, ao invés de espadas, os/as atletas lutam com uma espécie de bengala.

Nagitana: Arma utilizada no Naginata, uma espada em forma de foice com cerca de 2 metros de comprimento e leva o mesmo nome da arte marcial, Naginata.

Ne-wasa: Técnicas usadas nas artes marciais para lutar no solo.

Passagem de guarda: Corresponde à ação do/a lutador/a que está por cima transpor as pernas do adversário. Este/a poderá manter o controle transversal ou longitudinal do/a oponente, que deve estar de lado ou de costas no solo.

Quedas: Técnica empregada nas artes marciais para projetar o oponente ao chão de formas diversas.

Rolar ou rola: Simulação de luta, a fim de testar e aprimorar as técnicas aprendidas nas aulas de jiu-jitsu.

Rolamentos: Técnica empregada nas artes marciais, a fim de evitar grande parte dos danos provocados ao corpo por quedas simples.

Savate: Arte marcial e esporte de combate, desenvolvido na França no qual pés e mãos são utilizados para atingir os adversários, combinando elementos de boxe com técnicas de chute.

Sho-dan: Faixa preta 1º grau, no judô.

Sparring: Parceiro de treino, na luta livre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I	25
APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	25
1.1. OBJETO E SUJEITO DE PESQUISA	31
1.2. QUESTÕES DE PESQUISA.....	32
1.3. OBJETIVOS	32
1.3.1. Objetivo Geral	32
1.3.2. Objetivos Específicos	32
1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
1.4.1. Primeiro Momento: Levantamento teórico-documental.....	35
1.4.2. Segundo Momento: Coleta de dados em campo	36
1.4.3. Terceiro Momento: Análise de dados e Síntese da investigação.....	37
CAPÍTULO II.....	40
REVISÃO DA LITERATURA	40
2.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/GÊNERO.....	41
2.1.1. O Teto de Vidro.....	46
2.1.2. O Labirinto de Cristal	50
2.1.3. O Drible da Dor	53
2.1.4. A Dupla Jornada	54
2.2. MASCULINIDADES E ESPORTES – A AUSÊNCIA DO FEMININO	58
2.3. O CONTEXTO PROFISSIONAL DO/A INSTRUTOR/A DE LUTAS E ARTES MARCIAIS	62
CAPÍTULO III	68

APROXIMAÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA E DE SEU CONTEXTO	68
3.1. O CONCEITO DE ESPORTE.....	68
3.1.1. O <i>Sport</i> Inglês.....	69
3.1.2. O <i>Desporto</i> Português	70
3.1.3. O Esporte Moderno <i>versus</i> Esporte para Todos	71
3.3. A MULHER E O ESPORTE: ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS ...	73
3.4. A MULHER BRASILEIRA NO CONTEXTO DO ESPORTE E DAS LUTAS ESPORTIVAS	80
3.5. DO JUJUTSU AO JIU-JITSU BRASILEIRO, A HISTÓRIA.....	89
3.6. DAS <i>ONNA BUGEISHAS</i> ÀS SUFRAGISTAS INGLESAS - A INSERÇÃO DA MULHER NO JIU-JITSU	93
3.7. AS PRECURSORAS DO JIU-JITSU NO BRASIL.....	101
3.7.1. Yvone Duarte, a primeira faixa preta	102
3.7.2. Rosângela da Silva Conceição “Zanza”, a primeira campeã mundial....	104
3.7.3. Kyra Gracie, a primeira Gracie faixa preta.....	107
CAPÍTULO IV.....	110
LUTA DE MULHERES!	110
4.1. DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	110
4.2. OS SUJEITOS DA PESQUISA: AS INSTRUTORAS DE JIU-JITSU.....	111
4.2.1. Perfil das entrevistadas	111
4.3. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, A PRÁTICA DO JIU-JITSU E O TRABALHO COMO INSTRUTORA	121
4.3.1. A Divisão sexual do trabalho e o princípio da separação: “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”.....	121
4.3.2. A Divisão sexual do trabalho e o princípio da hierarquia: a subvalorização do trabalho feminino	125
4.3.3. Os caminhos do Labirinto de Cristal	128
4.3.4. As barreiras do Teto de Vidro	134

4.3.5. As marcas do Drible da Dor	138
4.3.6. O peso da Dupla Jornada	141
4.4. MASCULINIDADE <i>VERSUS</i> FEMINILIDADE: O DILEMA DAS MULHERES NO JIU-JITSU.....	145
4.5. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DAS MUHLERES INSTRUTORAS DE JIU-JITSU E OS “FACILITADORES” PARA EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	149
4.5.1. Estratégias de resistências	149
4.5.2. Os “facilitadores” para o exercício da profissão	155
4.6. “JIU-JITSU NÃO É TRABALHO!” OS PROBLEMAS RELATIVOS AO CONTEXTO PROFISSIONAL.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICE A	178
APÊNDICE B.....	183
APÊNDICE C	186

INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere na Linha III: Processos Formativos em Educação Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG e, servindo-se do esporte como campo de pesquisa empírica, procura estabelecer um diálogo profícuo entre as teorias da Divisão Sexual do Trabalho, originárias da Sociologia do Trabalho Francesa, e a Educação Tecnológica em seu conceito mais amplo.

Por meio da análise da divisão do trabalho entre homens e mulheres no mundo esportivo, especificamente no ensino do Jiu-Jitsu¹, - um esporte marcadamente masculino -, busca-se compreender as diversas formas e influências das relações sociais de sexo/gênero neste campo e no trabalho de mulheres instrutoras deste esporte, fundamentando-se nas bases teórico-conceituais abordadas por Danièle Kér goat (1994, 2005, 2007), Helena Hirata (2000, 2007) e demais estudiosos/as da temática apresentadas nos capítulos teóricos da presente dissertação.

É importante enfatizar que esta pesquisa não tem como sujeitos atletas competidoras profissionais, nem praticantes amadoras de jiu-jitsu, mas profissionais que se dedicam ao ensino da arte marcial (instrutoras, professoras e mestras de jiu-jitsu), que serão identificadas a partir daqui como “instrutoras de jiu-jitsu”.

A fim de se compreender como se dá a divisão sexual do trabalho nesta profissão, em termos de tarefas, de oportunidades, de valorização das atividades, dentre outros fatores, analisou-se a atuação profissional de instrutores/as de jiu-jitsu, à luz das teorias já citadas e que serão detalhadas ao longo deste estudo.

Esta dissertação divide-se em quatro capítulos. No primeiro é feita a apresentação e contextualização da pesquisa com enfoque nas principais características do campo esportivo e nas questões de gênero que perpassam a temática; no segundo capítulo é feita uma revisão da literatura, das teorias da Divisão Sexual do Trabalho, seus princípios norteadores, suas subdivisões e a apresentação do conceito de Masculinidade aplicado ao contexto esportivo. No terceiro capítulo, visando à

¹ Jiu-jitsu: Uma arte marcial de combate originária da Índia, adaptada no Brasil, onde se tornou um esporte que tem por objetivo além da autodefesa, a contenção e imobilização do oponente, (BIZZAR, 2017). No decorrer desta pesquisa discorrer-se-á sobre o Jiu-jitsu e sua história em detalhes.

aproximação do objeto de pesquisa em seu contexto, discorre-se sobre o conceito atual de esporte, o contexto profissional dos/as instrutores/as de lutas artes marciais, as principais realizações das mulheres no campo esportivo, a história do Jiu-jitsu e a trajetória feminina nesta arte marcial. No quarto capítulo são apresentadas as análises dos dados empíricos à luz das teorias. Por fim, encerra-se esta dissertação com as considerações finais, discutindo de forma sucinta os principais eixos abordados na pesquisa, as limitações do estudo, bem como as percepções sobre o trabalho realizado.

O interesse da mestrandia na realização desta investigação nasceu de uma grande inquietude enquanto praticante e atleta de jiu-jitsu frente a uma série de obstáculos relacionados ao gênero enfrentados por ela dentro e fora dos tatames. Atualmente na faixa roxa, a cerca de quatro anos praticando o esporte, já participou de algumas competições como atleta, ainda não exerce a função de instrutora, mas é uma perspectiva futura.

Desde que iniciou a prática do esporte, por várias vezes foi questionada de forma extremamente sexista² e preconceituosa a respeito de sua escolha. Ideias como: “o Jiu-jitsu não é um esporte para mulheres”, “praticar artes marciais vai te deixar masculinizada” ou a crenças que lesões e hematomas oriundos dos treinos seriam vistos como resultado de violência doméstica, ou ainda que um homem não devesse treinar com uma mulher, pois irá necessariamente machucá-la, fazem parte do repertório do senso comum e estão constantes no dia-a-dia das lutadoras. No entanto, nem sempre tais preconceitos e violências simbólicas e sutis são perceptíveis às mulheres.

Essa pesquisadora evidenciou essas violências, quando certa vez um instrutor da equipe propôs uma apresentação sobre a história do Jiu-jitsu a fim de trazer o conhecimento histórico da arte marcial, por meio de percepções diferentes. Para tanto dividiu a turma em dois grupos, um feminino e outro masculino. Os homens ficaram com o tema “A história do Jiu-jitsu” e as mulheres com o tema “A mulher e o Jiu-jitsu”. A proposta foi um sucesso e suscitou um longo debate para além da aula.

O material pesquisado e apresentado pelo grupo de lutadoras foi focado nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres para praticar o esporte, com um levantamento histórico e relatos pessoais de cada participante. Nesse momento evidenciou-se que várias delas tiveram experiências sexistas, sofreram preconceitos, agressões, violências de várias naturezas dentro e fora do esporte, por serem praticantes de jiu-jitsu, mas,

² Sexismo: Forma opressão de gênero, uma violência em maioria simbólica apresentadas em atitudes e/ou em relações interindividuais (DELPHY, 2009).

principalmente, por serem mulheres. Dentre outros aspectos, observou-se as dificuldades enfrentadas pelas instrutoras de jiu-jitsu para exercerem sua profissão e conquistarem seu espaço em meio a um ambiente considerado inadequado e violento para as mulheres.

A partir daí buscou no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG um aprofundamento teórico, reflexões e a compreensão de modo científico acerca das questões relacionadas às formas desiguais e inadequadas que as relações sociais entre homens e mulheres ocorrem na sociedade, sobretudo na prática das artes marciais e, mais ainda, quando essa arte se torna uma profissão remunerada de mulheres. Esta vivência entre teoria e prática contribuiu muito para a realização desta pesquisa e espera-se fomentar debates e auferir melhorias das relações entre homens e mulheres no esporte.

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Atualmente as atividades esportivas são consideradas um dos maiores fenômenos sociais vigentes e tem se estabelecido como um campo privilegiado de estudos e intervenções seja pelas performances de seus praticantes ou do ponto de vista educativo. Para Silva e Rubio (2003) o esporte é uma forma elementar de socialização, compondo o imaginário popular com valores como força, superação de limites e supremacia, um reflexo do modelo social contemporâneo. As autoras reiteram que “A prática esportiva surge como um espírito de superação de limites, e este estímulo para a superação constante por parte dos atletas é considerado como um ideal positivo para a formação das pessoas; daí a importância do esporte como agente socializador.” (SILVA; RUBIO, 2003, p. 75).

Diante deste contexto recorreu-se ao esporte como uma forma de Educação Tecnológica, como instrumento pedagógico de caráter formador e educativo que contribui para além do ensino da técnica e dos aspectos motores, como forma de educar as pessoas no e pelo esporte (BENTO; GARCIA; GRAÇA, 1999). Corroborando com esta perspectiva, Darido e Galvão (2006) afirmam que o ensino do esporte não está relacionado apenas às técnicas e táticas, o ensino deve oferecer uma formação ampla e voltada para a constituição do cidadão crítico.

Assim como o esporte objetiva ofertar uma formação ampla, para Grinspun (2001) a Educação Tecnológica também pode ter vários enfoques: "A Educação Tecnológica pode ser focalizada de vários pontos de vista: do mundo da educação, do mundo do trabalho, da produção de conhecimento, da necessidade de novas metodologias, ou da filosofia da tecnologia." (GRINSPUN, 2001, p. 55-56).

Neste estudo o conceito de Educação Tecnológica é abordado no seu sentido mais amplo, envolvendo a formação intelectual, cultural, científica e técnica, conectado a um contexto histórico de desenvolvimento tecnológico e da sociedade.

Conforme evidencia Oliveira (2000) ao conceituar Educação Tecnológica:

[...] uma formação que alie cultura e produção, ciência e técnica, atividade intelectual e atividade manual; que seja fundada nos processos educativos da prática social em que o trabalho concreto produtivo e reprodutivo da existência humana material e sociocultural aparece como propriedade fundamental. Dentro disso, trabalho e escola não são entendidos apenas como espaços em que se realizam, respectivamente, a produção ou o preparo para o exercício de atividades produtivas. (OLIVEIRA, 2000, p. 42-43).

A partir da proposta de educação apregoada por Marx (1866), amplamente discutida por Manacorda (1966 e 2007), Machado (1989), Saviani (2003) e Oliveira (2000) que também associam aos conceitos de *Politecnia* e *Educação omnilateral*, este estudo debate a intersecção Educação Tecnológica e o Esporte, baseado no tripé básico da educação proposto por Marx, que aliam o ensino intelectual (cultura geral), o desenvolvimento físico (a ginástica e o esporte) e o aprendizado profissional polivalente (técnico e científico), conforme afirma Gadotti (2001).

Manacorda (2007) detalha que as instruções preconizadas por Marx se concentravam em três aspectos:

Primeiro: Educação intelectual;

Segundo: Educação corporal, tal como se consegue com os exercícios de ginástica e militares;

Terceiro: Educação Tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. [...] A união do trabalho produtivo remunerado, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevará a classe operária acima das classes superiores e médias. (MANACORDA, 2007, p. 44).

Para Silveira (2011) a concepção de Educação Tecnológica em Marx busca a unidade entre educação e produção material, que tem em sua essência a unidade entre teoria e prática, cujo caráter é de totalidade ou *omnilateralidade* do homem, não limitado ao trabalho manual ou ao trabalho intelectual da atividade produtiva, mas sim, a possibilidade de uma plena manifestação de si mesmo, independente de ocupações específicas em um determinado posto de trabalho. A partir destes pressupostos teóricos alguns autores difundiram os conceitos de Educação Tecnológica, Educação Politécnica e Educação Omnilateral. Frigotto (2003) faz a seguinte associação entre os termos:

Dois conjuntos de categorias filosófica, pedagógica e politicamente articulados formaram, na década de 80, o eixo conceptual em torno do

qual se buscou organizar os processos educativos no conjunto da sociedade brasileira: a concepção de escola unitária e de educação ou formação humana omnilateral, politécnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2003, p. 173).

Dentro desta perspectiva a Educação Tecnológica é uma proposta de educação transformadora que vai além dos conceitos fragmentados do aprendizado, do ensino e da formação, substituindo-os pela integração renovada do fazer, do saber, do saber fazer e do pensar, promovendo a ação e reflexão crítica do indivíduo. Abrangendo, várias modalidades de formação, a Educação Tecnológica se caracteriza pelo caráter global e unificado da formação técnica profissional, integrado a conscientização mais ampla do trabalhador e da construção de cidadania (SOUSA; BASTOS, 1997).

Neste contexto o Esporte torna-se um meio para a Educação Tecnológica, onde a prática esportiva está voltada para a emancipação do sujeito, levando seus praticantes a atitudes críticas e até criativas, fomentando estas “subjetividades críticas” do indivíduo, possibilitando ao esporte significados singulares para cada praticante, podendo dar sentido próprio a elas, de acordo com seus objetivos, características e anseios conforme afirma Rufino e Darido (2012). Ou seja, é preciso que a prática esportiva esteja vinculada aos processos de ensino e aprendizagem que permitam aos seus praticantes refletirem sobre si e sobre suas ações, não devendo ser reduzida exclusivamente ao domínio do ensino das habilidades ou técnicas pré-estabelecidas.

Neste sentido Kunz (2004) aponta que estabelecer uma realidade pedagógica do esporte, pode configurar uma experiência sociocultural com o meio circundante, de forma enriquecedora e relevante para o indivíduo.

[...] a pedagogia que estuda os esportes para a Educação Física deve estudar o Homem que se movimenta, relacionando a todas as formas de manifestação deste se-movimentar, tanto no campo dos esportes sistematizados, como no mundo do movimento, do Mundo Vivido, que não abrange o sistema esportivo. Ou seja, na família, no contexto onde vive, no trabalho, etc., pois o Homem continua um ser que se-movimenta mesmo quando ele age fora dos contextos materiais previamente estabelecidos para a prática do esporte (KUNZ, 2004, p. 68).

Esta concepção está em consonância com a afirmação de Coelho (1997) quanto ao conceito amplo de Educação Tecnológica, que prevê o desenvolvimento integral do indivíduo, de suas habilidades cognitivas, que vão além da assimilação de informações técnicas, enfatizando o domínio do conhecimento científico, as habilidades afetivas, a

ética e a reflexão sobre valores que incluem o estudo crítico do contexto social, político e econômico em que a ciência e a tecnologia são produzidas, disseminadas e aplicadas (COELHO, 1997).

Considerando que as pesquisas não devem ser cegas ao gênero ou “*gender blinded*”, pois as tendências à generalização partindo de pressupostos masculinos podem induzir ao erro, conforme afirma Hirata (2002), neste estudo ressalta-se a perspectiva da mulher instrutora de jiu-jitsu, um esporte com especificidades que podem ou não afetar o trabalho feminino neste campo.

Adelman (2004) afirma que na atualidade a atividade esportiva feminina ainda é vista como uma contribuição à construção de corpos femininos esculpidos de acordo com os padrões de beleza pré-estabelecidos. Entretanto, para a autora ainda mantém-se a ideia que algumas práticas esportivas podem comprometer a "feminilidade" da mulher, promovendo a agressividade, músculos excessivos características ditas "masculinas", deixando uma fronteira ambígua entre os gêneros.

Esta perspectiva afetou e ainda afeta diretamente os esportes de lutas, um exemplo desse panorama é que antes da Constituição Federal de 1988, alguns esportes não eram permitidos a mulheres devido a sua natureza “pouco feminina” (Decreto-lei 3.199 de 1940), em decorrência deste decreto, todas as modalidades que exigiam maior contato corporal ou eram consideradas agressivas, como as lutas³, entre outros esportes, foram inicialmente desaconselhados às mulheres e, posteriormente proibidos pela Deliberação nº 7/65 durante a ditadura militar em 1965, segundo afirma Tubino (2002).

Para Rubio e Simões (1999, p. 50) “A hegemonia ideológica do esporte, enquanto instituição masculina invalidou a experiência atlética como uma busca feminina digna.” A consequência desses paradigmas é que a mulher foi tida, por muito tempo, como invasora de um espaço masculino.

Nesta perspectiva Piscitelli (2009) explica que toda discriminação costuma ser justificada mediante a atribuição de qualidade e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, estas características são considerados como algo inato, supostamente natural, decorrente das distinções corporais existentes entre os sexos. Em contraponto com a discriminação biológica, Beauvoir expõe que a posição da mulher é uma construção social, resultado de transformações culturais e históricas – “Ninguém

³ Nesta dissertação o conceito de lutas corresponde a “disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjugado(s), com técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa” (BRASIL, 1998, p. 78), conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais.

nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Estes mecanismos civilizatórios refletem diretamente no campo esportivo, quando verificado os números nota-se uma diferença significativa entre a presença feminina e masculina nos esportes. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a prática de esporte e de atividades físicas de 2015⁴ aponta que, dos praticantes de esporte, 63,2% eram homens e 36,8% mulheres.

Outro aspecto que merece destaque são as barreiras enfrentadas pelas mulheres que decidem praticar esportes majoritariamente “masculinos”. Estas se deparam com questionamentos sobre a sua sexualidade, com a dificuldade de financiamento governamental, com condições materiais precárias para praticarem o esporte e com a discrepância (em relação aos homens) quanto a patrocínios, prêmios e oportunidades de ascenderem em suas carreiras profissionais, conforme aponta estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2017).

Nas lutas e artes marciais o IBGE (2015) afirma que apenas trinta por cento de praticantes são mulheres, tratando-se apenas do jiu-jitsu as diferenças são ainda maiores: em 2013 uma pesquisa do Ministério dos Esportes indicou que do total de praticantes que lutavam jiu-jitsu 85% eram do gênero masculino e apenas 15% do gênero feminino. Para Cecchetto (2004) a mulher é muito pouco representada nesta modalidade esportiva:

[...] existem lutadoras de jiu-jitsu, mas nos tatames as mulheres ainda estão muito pouco representadas. A esse respeito, muitos professores e homens praticantes de jiu-jitsu alegam uma "tendência" para fraqueza e pouca resistência feminina para os esportes e lutas. Isso significa dizer que incentivo a preparação do sexo feminino para competições não é uma prática corrente e valorizada nesse circuito. Apesar de não ser consensual, essa opinião é recorrente. (CECCHETTO, 2004, p. 148).

Essas crenças sexistas são tão fortemente incorporadas à sociedade que também reflete nas premiações inferiores oferecidas às atletas em campeonatos oficiais de jiu-jitsu organizados pelas federações. Segundo Ferretti (2011), em algumas competições

⁴ Nesta pesquisa os termos "esporte" e "atividade física" são entendidos como: exercícios praticados pela pessoa, em seu tempo livre, e por ela classificado como esporte ou atividade física, de acordo com o seu próprio entendimento. Não envolvendo atividades relacionadas ao exercício profissional (IBGE, 2015).

apenas os homens são premiados; em outras, recebem prêmios maiores do que as mulheres, reforçando a desigualdade socialmente construída.

Ressalta-se que o Jiu-jitsu é uma luta esportiva de origem indiana, adaptada no Brasil, que tem por objetivo à autodefesa e a contenção do/a oponente utilizando técnicas de queda, traumatismo e torções, se destacando pela técnica, não pela força, dando grande importância às tradições e filosofias como: respeito, disciplina, hierarquia, persistência e foco (BIZZAR, 2017).

Neste esporte é comum lutadores/as considerados/as extremamente fortes serem facilmente derrotados/as por outros/as fisicamente mais fracos/as, entretanto mais experientes e técnicos/as, o que em tese seria um esporte adequado para mulheres consideradas pelo senso comum como mais “fracas” que os homens, mas na realidade, assim como em outras artes marciais e outros esportes considerados “masculinos” a mulher é tratada de forma desigual (CECCHETTO, 2004), sendo quase excluída da prática e do trabalho esportivo, esta pesquisa aprofunda e analisa estas dicotomias, a partir da perspectiva das instrutoras de jiu-jitsu.

Além das dicotomias de gênero que perpassam o campo, o meio esportivo raramente é visto como uma área de atuação profissional, exceto quando se trata de profissionais de educação física que atuam em escolas e academias. Segundo Campos, Cappelle e Maciel (2017) a carreira esportiva não tem características embasadas em modelos clássicos das profissões, e muito se discute a legitimidade do esporte como profissão, e, portanto, como trabalho. Este fenômeno ocorre em geral devido às especificidades relacionadas ao início, desenvolvimento e encerramento da carreira esportiva, mesmo quando o esporte é considerado como carreira, ele não parece ser central na vida de um indivíduo, mas sim, um fator de transição ou de suporte para outra carreira profissional (CAMPOS; CAPPELLE; MACIEL, 2017).

O fenômeno da falta de reconhecimento da profissão se repete e acentua-se com os/as instrutores/as de jiu-jitsu. Apesar das atividades de lutas e artes marciais serem amplamente desenvolvidas no Brasil como forma de ensino e de preparação técnica, o exercício profissional dos/as instrutores/as lutas e artes marciais carece de uma legislação regulamentar, inclusive está ausente da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, conforme descrito no Projeto de lei nº 7.813/10.

Atualmente tramita em comissões específicas da Câmara dos Deputados o projeto de lei n.º 2.889 de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Artes Marciais e dá outras providências, tal como a regulamentação da profissão de instrutor/a de lutas e artes marciais, apensado a outros projetos de lei, o projeto n.º 2.889 ainda está em fase de aprovação legislativa.

Devido à falta de regulamentação, do/a instrutor/a de lutas e artes marciais não é exigida formação acadêmica específica, a maioria deles/as se qualificam em serviço, iniciando como alunas/os, que vão adquirindo experiência, tornando-se atletas e se graduando por faixas no esporte. A partir da faixa roxa o/a atleta de jiu-jitsu pode se tornar instrutor/a da arte marcial, daí em diante este/a pode formalizar um contrato com academias e/ou escola de artes marciais e ensinar o esporte (IBFJJ, 2018).

Considerando o contexto supracitado, entendendo que o/a instrutor/a de jiu-jitsu não possui uma formação acadêmica específica, nem uma profissão regulamentada por lei e raramente é visto/a como profissional, em termos gerais, a profissão de instrutor/a de jiu-jitsu é pouco reconhecida, este estudo procurou trazer a luz o ponto de vista da instrutora de jiu-jitsu. Logo a relevância desta pesquisa se dá por seu ineditismo, por proporcionar ao meio acadêmico o estudo de uma profissão pouco explorada e por oferecer visibilidade às profissionais de esportes majoritariamente “masculinos”.

Apesar das dicotomias apresentadas, esta pesquisa não tem como pretensão colocar a mulher como vítima social, mas como uma transgressora do *status quo*, pois além de lutar dentro dos tatames, a instrutora de jiu-jitsu trava inúmeros embates para exercer o seu ofício, para vencer seus desafios profissionais e os estereótipos difundidos socialmente.

1.1. OBJETO E SUJEITO DE PESQUISA

O objeto de pesquisa a ser desvelado é a dinâmica da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo/gênero entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu. Os de sujeitos desta pesquisa são instrutoras de jiu-jitsu, filiadas a confederações e/ou federações oficiais de jiu-jitsu, exercendo tal atividade com vínculo empregatício e/ou como autônomas, em academias esportivas Região Metropolitana de Belo Horizonte⁵.

⁵ Constituída pela Lei complementar nº14 de 08 de junho de 1973, atualmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte é composta pelos municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa

1.2. QUESTÕES DE PESQUISA

A questão norteadora desta pesquisa é: Como se dá a divisão sexual do trabalho entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu, um esporte marcadamente "masculino"?

Outras questões perpassam este estudo e colaboram para sua compreensão, são elas:

- a) Qual o perfil sócio-acadêmico-cultural-profissional das instrutoras de jiu-jitsu, na região metropolitana de Belo Horizonte?
- b) Como se dá a formação profissional das instrutoras de jiu-jitsu?
- c) Quais as especificidades da atuação do sexo feminino no ensino desse esporte?
- d) Quais limites e possibilidades destes profissionais?
- e) Quais as estratégias de resistência usadas pelas instrutoras de jiu-jitsu?
- f) Quais as contradições presentes no exercício desta profissão?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Compreender como se dá a divisão sexual do trabalho entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu, um esporte marcadamente "masculino".

1.3.2. Objetivos Específicos

- Conhecer qualitativamente os perfis sócio-acadêmico-cultural-profissional e a formação profissional das instrutoras de jiu-jitsu atuantes em academias esportivas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Analisar as especificidades da atuação das mulheres instrutoras desse esporte: limites e possibilidades, estratégias de resistência e contradições presentes no exercício da profissão.

Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano (Lei complementar nº14 de 1973), Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé, Mateus Leme (incorporados pela Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989), Juatuba, São José da Lapa (incorporados em 1993), Florestal, Rio Manso, Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Sarzedo (incorporados em 1997), Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos, Nova União (incorporados em 2000) e Itatiaiuçu (incorporado em 2002), (RMBH, 2021).

- Analisar as influências e impactos das relações sociais de sexo/gênero oriundas dessa divisão do trabalho entre os sexos na atuação e ascensão profissional dessas mulheres nessa área.

1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo emprega o método dialético de pesquisa, considerando as diversas formas e influências das relações sociais de sexo/gênero, no esporte e no trabalho. Fundamentado na proposta de Hegel, na qual as contradições excedem-se dando origem a novas contradições que passam a requerer uma solução, um método interpretativo totalizante e dinâmico da realidade, considera-se que os fatos não podem ser interpretados fora de um contexto social, político, econômico, entre outros (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Discutir os paradigmas interpretativos da realidade exige a localização da relação sujeito-objeto, o que consiste em entender como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza e com a vida. Para Pires (1997) este problema, pode ser compreendido por diferentes abordagens, inclusive o materialismo histórico-dialético, ou a dialética marxista.

Esta construção lógica do método materialista histórico que fundamenta o pensamento marxista, apresenta-se como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história. (PIRES, 1997, p. 83).

Para o pensamento marxista, importa descobrir os fundamentos dos fenômenos cuja investigação se ocupa, captando, com detalhes, as articulações dos problemas em estudo, caracterizando-se pelo movimento do pensamento por meio da materialidade histórica da vida humana em sociedade (PIRES, 1997).

Por meio do princípio da contradição, esta metodologia indica a possibilidade de aceitar o contraditório, apreender sua essência, utilizando o empírico e a teoria para

refletir sobre a realidade e movimentar o pensamento. Pires (1997) define o movimento de pensamento como:

Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. Aqui, percebe-se que a lógica dialética do Método não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar *nela* e *por* ela a interpretação da realidade. (PIRES, 1997, p. 87, grifos da autora).

Para aplicação do método dialético de pesquisa buscou-se contextualizar sob ângulos diversos, as dimensões que poderiam influenciar diretamente ou indiretamente o objeto pesquisado. Ressalta-se os estudos da divisão sexual do trabalho, a história da mulher no esporte, a história da mulher no jiu-jitsu, o contexto profissional do/a instrutor/a de jiu-jitsu e o dilema das masculinidades no esporte. Para cada uma dessas dimensões foram abordados os aspectos históricos, teóricos e empíricos, de fontes diversas a fim construir uma interpretação ampla da realidade.

Quanto à forma de abordagem do problema utilizou-se o método qualitativo, sob a perspectiva de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, tendo o ambiente natural como fonte direta para levantamento de dados (SILVA; MENEZES, 2005).

Segundo Minayo (2001):

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Esta abordagem se deu a luz da teoria da Divisão Sexual do Trabalho e das Relações sociais de Sexo/Gênero, derivadas da Sociologia do Trabalho Francesa, de base materialista/marxista, cujos/as principais teóricos/as são Danièle Kérgeat (1994, 2005, 2007), Helena Hirata (2000, 2007), entre outros/as autores/as.

Quanto ao nível de pesquisa este estudo se enquadra entre as pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e/ou modificar conceitos e ideias, para a formulação de problemas mais precisos, de forma a se aproximar de determinada realidade, pesquisa exploratória é especialmente utilizada quando o tema escolhido é pouco explorado (GIL, 1999).

A fim de conhecer o campo de pesquisa foi realizado um amplo levantamento bibliográfico nas plataformas de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) buscando estudos concluídos até março de 2020, que se aproximavam da temática e do objeto pesquisado. Para tanto utilizou-se combinações diversas dos descritores: “mulheres”, “gênero”, “esporte”, “divisão sexual do trabalho”, “artes marciais”, “lutas esportivas”, “esportes de combate”, “história”, “jiu-jitsu”, “relações sociais”, “relações sociais de sexo/gênero”, “instrutoras de artes marciais”, “instrutoras de jiu-jitsu”, “professoras de artes marciais”, “professoras de jiu-jitsu”, “mestras de artes marciais”, “mestras de jiu-jitsu” e “trabalho”, a lista de teses, dissertações e artigos científicos encontrados está disponível no Apêndice B desta dissertação.

No levantamento bibliográfico realizado observou-se a escassez de pesquisas versando sobre mulheres no campo das lutas e artes marciais, tratando-se de mulheres no jiu-jitsu os estudos são ainda mais raros, dentre os poucos garimpados a figura da instrutora de jiu-jitsu desaparece, nas buscas realizadas não foi encontrado estudos que tenham como sujeito de pesquisa instrutoras, mestras ou professoras de jiu-jitsu.

Para efeitos didáticos, os procedimentos metodológicos ocorreram em três momentos, entretanto estes não consistiram em compartimentos estanques, mas um constante ir e vir entre a empiria e a teoria.

1.4.1. Primeiro Momento: Levantamento teórico-documental

Este estudo inicia-se com um levantamento bibliográfico, desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de artigos científicos, teses e dissertações que permitiriam uma maior aproximação dos eixos temáticos: “Divisão sexual do trabalho”, “Relações sociais de sexo/gênero”, “Relações sociais de gênero no esporte” e “História do esporte”.

A fim de realizar o relato histórico das origens do jiu-jitsu, da história precursoras das artes marciais, contextualizar a profissão de instrutores/as de lutas e artes marciais, entre outras facetas desta pesquisa, foi necessário ainda na primeira etapa, um levantamento documental baseado em: legislações, fontes estatísticas e iconografias. Este levantamento de dados se deu por meio de consulta no teor de documentos oficiais, publicações parlamentares, fotografias, publicações em revistas e jornais da época, entre outras fontes primárias de coleta de dados.

1.4.2. Segundo Momento: Coleta de dados em campo

A coleta de dados empíricos, que se deu por meio de entrevistas individuais em profundidade, com perguntas semiestruturadas às seis instrutoras de jiu-jitsu, intencionalmente escolhidas, por acessibilidade da pesquisadora.

A abordagem às entrevistadas se deu por convite presencial, contato telefônico e por aplicativos de redes sociais, tais como: Whatsapp e Instagram. Um levantamento prévio foi realizado a fim de verificar se as instrutoras escolhidas se adequavam como sujeitos desta pesquisa. Após a identificação da pesquisadora, a apresentação da pesquisa e o levantamento de informações preliminares, foi entregue às possíveis participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁶, após a assinatura do TCLE foi agendada a entrevista presencial, ou pelo aplicativo escolhido pela participante.

As entrevistas foram realizadas entre março e agosto de 2021, em razão das condições do isolamento social imposta pela pandemia da COVID-19⁷, em alguns aspectos a dinâmica das entrevistas foi afetada, pois não havia locais públicos disponíveis para encontros presenciais e cinco das seis entrevistadas preferiram realizar a entrevista presencialmente. Logo três instrutoras escolheram fazer a entrevista nas academias em que trabalhavam, outras duas optaram pelas suas residências, e uma única instrutora preferiu realizar a entrevista por meio do aplicativo Whatsapp.

⁶ Vide APÊNDICE A e Termo de Aprovação do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP), ANEXO I.

⁷ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Esta doença se alastrou pelo mundo no início de 2020 e matou milhares de pessoas, segundo Organização Mundial de Saúde (OMS), o que levou o poder público instaurar medidas de isolamento social, a fim de evitar a contaminação em massa da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

As entrevistas presenciais duraram em média 40 minutos, foram gravadas e transcritas na íntegra para análise posterior. A entrevista realizada por aplicativo foi respondida textualmente pela entrevistada. A fim de preservar o anonimato das participantes, os nomes e locais de trabalho das instrutoras foram substituídos por outros fictícios. Os nomes escolhidos remetem a esportistas que estão ou estiveram em evidência no campo das lutas profissionais femininas.

O codinome Bate-Estaca - refere-se à ex-campeã da categoria peso-palha do *Ultimate Fighting Championship* (UFC), a brasileira Jéssica Andrade, também conhecida como Jéssica Bate-Estaca. Bia Basílio - refere-se a atleta brasileira de jiu-jitsu, Bianca Basílio, faixa preta representante da Almeida Jiu-jitsu, seis vezes campeã do mundo na modalidade. Cyborg - refere-se a atleta brasileira de *Mixed Martial Arts* (MMA) Cristiane Justino Venâncio, ou Cris Cyborg, atual campeã peso pena do Bellator, ex-campeã do UFC, Strikeforce e Invicta F.C.. Leoa - refere-se a atleta brasileira de MMA, Amanda Nunes, conhecida como Amanda Leoa, campeã do UFC nas categorias peso galo e peso pena. Mackenzie - refere-se a atleta norte-americana/brasileira de jiu-jitsu e de MMA, Mackenzie Lynne Dern, campeã do UFC na categoria peso palha. Ronda - refere-se a atleta norte-americana de judô e MMA Ronda Rousey, primeira americana a ganhar uma medalha olímpica no judô, ex-campeã na categoria peso galo do Strikeforce (UFC, 2021).

O levantamento bibliográfico, o levantamento documental e as entrevistas em profundidade, abordaram diferentes perspectivas do mesmo processo. Desta forma, utilizou-se a técnica da triangulação entre estas fontes. Para Triviños (1987), a técnica da triangulação:

[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos. (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

1.4.3. Terceiro Momento: Análise de dados e Síntese da investigação

O terceiro momento deste estudo consistiu na análise dos excertos de fala das instrutoras de jiu-jitsu, a luz das teorias de base, em uma hermenêutica dialética (MINAYO, 2002), considerando que os fatos e práticas sociais não podem ser

entendidos isoladamente, abstraídos de influências políticas, históricas, culturais, econômicas, entre outras (GIL, 1999).

Segundo Minayo (2001, p. 77, grifos da autora) no método hermenêutico-dialético “[...] a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para ser melhor compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de partida, *o interior da fala*. E, como ponto de chegada, *o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala*.”. O ponto de partida da compreensão hermenêutico-dialética tem como base a linguagem, e esta é fundamento para a atuação do ser no mundo, conforme condições e convenções socialmente concebidas e, ao mesmo tempo, limitadas por ela (MINAYO, 2002).

Minayo (2002) propôs que no primeiro nível de interpretação deve-se realizar uma análise dos aspectos históricos, socioeconômicos e conjunturais vinculados às fontes de pesquisa. Nesta fase é importante respeitar a racionalidade de fontes empíricas, documentais e/ou bibliográficas analisadas, para ampla compreensão espaço-temporal do conhecimento produzido. No segundo nível de interpretação deve-se buscar o sentido (intenção) do emissor das mensagens, ao invés de se crer numa verdade essencialista pré-formulada, colocando-se numa posição de abertura a outras visões de mundo.

A partir das questões de pesquisa, dos objetivos elencados e dos dados empíricos coletados as principais categorias investigadas e analisadas neste estudo foram:

- O perfil da instrutora de jiu-jitsu;
- A divisão sexual do trabalho na perspectiva da instrutora de jiu-jitsu;
- Dilemas das masculinidades e feminilidades no campo das lutas e artes marciais;
- O contexto profissional da instrutora de jiu-jitsu;
- Desafios e possibilidades na profissão de instrutora de jiu-jitsu.

Na fase de análise de dados, as falas das entrevistadas foram divididas conforme as categorias supracitadas, para dinamizar a análise da categoria “A divisão sexual do trabalho na perspectiva da instrutora de jiu-jitsu” esta foi dividida em subcategorias: Princípio da hierarquia; Princípio da separação; Teto de vidro, Labirinto de cristal, Drible da dor e Dupla jornada. O mesmo ocorreu com a categoria “Desafios e possibilidades na profissão de instrutora de jiu-jitsu”, que foi dividida nas subcategorias: Estratégias de resistências e Fatores facilitadores para o exercício da profissão.

A partir do agrupamento por categorias e subcategorias as falas foram analisadas com a finalidade identificar a práxis⁸, os avanços e retrocessos, os momentos de rompimento com a teoria e as contradições inerentes a este campo de pesquisa, não apenas descrevendo fenomenologicamente os fatos, mas buscando para além do fenômeno, na sua essência, no máximo da sua complexidade, dentro dos limites da pesquisa qualitativa.

⁸ O conceito de práxis em Marx pode ser entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e por meio de abstrações do pensamento, como uma busca de compreensão mais consistente e consequente da atividade prática - é prática infectada de teoria (PIRES, 1997).

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

Para realizar a revisão da literatura recorreu-se como referências teses e dissertações no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), artigos e periódicos nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da CAPES, além de livros conceituados que versam da temática.

Dos registros encontrados até março de 2020⁹, foram encontrados estudos que versam sobre gênero foram identificadas algumas dissertações se aproximam do objeto desta pesquisa, dentre elas se destacam: *A formação da lutadora: estudo sobre mulheres que praticam modalidades de luta*, de Marco Antônio de Carvalho Ferretti realizado em 2011, pela Universidade de São Paulo e enfatizou a formação de lutadoras de boxe, caratê, jiu-jitsu e tae-kwon-do, ressaltando as questões relacionadas ao gênero que perpassam este processo.

Outra dissertação encontrada foi: *Mulheres de ouro: trajetória e representações de atletas de lutas*, da autora Vera Lúcia Ferreira Pinto Fernandes, pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2014, que realizou um estudo com seis atletas profissionais de diferentes modalidades de lutas (Boxe Olímpico, Luta Olímpica estilo livre e uma de MMA) fazendo uma reflexão em torno da masculinidade e feminilidade no campo das lutas, ressaltando os desafios enfrentados pelas esportistas em função do gênero.

Isabela Lisboa Berté foi outra pesquisadora que também discutiu questões de relações de gênero no campo da luta esportiva, na dissertação: *Mulheres no universo cultural do boxe: As questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no Pugilismo (2003-2016)*, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2016; que traz a história da inserção das mulheres nas lutas e artes marciais e aborda as questões de gênero que atravessam o mundo do boxe.

Por fim destaca-se o estudo: *Mulheres que lutam: as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade*, realizada pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, em que a autora Adriana Brum (2016)

⁹ Destaca-se que a pesquisa foi feita sem restrição de data de publicação e os artigos encontrados foram publicados entre 2000 e 2018, conforme Apêndice B.

analisou as narrativas de dezesseis judocas brasileiras com perfil de protagonismo no judô, identificando traços de dominação masculina no esporte, preconceitos dentre outros aspectos da categoria gênero.

Observa-se que apesar de se aproximar da temática desta pesquisa, nenhum dos estudos supracitados têm como sujeito de pesquisa mulheres instrutoras de jiu-jitsu, nem adotam as perspectivas teóricas da Divisão sexual do trabalho e das Relações sociais de sexo/gênero, como a pesquisa aqui apresentada.

Na presente pesquisa como referencial teórico evidenciou-se as teorias da Divisão sexual do trabalho, das Relações sociais de sexo/gênero e suas divisões teóricas, para tanto recorreu-se aos estudos de Danièle Kér goat (2007, 2009), Helena Hirata (2000, 2007), Raquel Quirino (2011, 2015), entre outros estudos.

As subdivisões teóricas da Divisão sexual trabalho enfatizadas foram: o Teto de vidro, o Labirinto de cristal, o Drible da dor e a Dupla jornada, cada uma destas foram devidamente conceituadas servindo-se de seus/as principais teóricos/as, associadas a pesquisas realizadas no campo das lutas e artes marciais contendo a categoria “gênero”.

Para conceituar “Masculinidades” e contextualizar sua influência nas práticas esportivas utilizou-se das abordagens pesquisadas por Pascale Molinier e Daniel Welzer-Lang (2009), Fátima Regina Cecchetto (2004) e Raewyn Connell (1995). Para descrever as facetas do contexto profissional do/a instrutor/a de jiu-jitsu buscou-se os estudos de Gonçalves Junior e Drigo (2001), Vieira e Corrêa (2010), Parizotto *et al.* (2017) e Pimenta e Drigo (2021), além das legislações que permeiam o campo de estudo.

2.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/GÊNERO

Segundo a teoria da Divisão sexual do trabalho, as formas em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, principalmente, construções sociais. Para Kér goat (2009) homens e mulheres formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo/gênero, estas, como as demais relações sociais, possuem uma base material, neste caso o trabalho, e se apresentam por meio de uma divisão social do trabalho entre os sexos, a chamada, divisão sexual do trabalho.

Para Quirino (2011) a categoria de análise “Divisão sexual do trabalho”, é oriunda das relações entre homens e mulheres, a partir de uma construção histórica e de relações sociais, marcadas por relações de poder. Esta categoria permite delimitar os lugares sociais atribuídos aos homens e às mulheres e incorporar nessas análises a articulação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado, o público e o privado, produção e reprodução.

Kér goat (2009) afirma também, que a divisão sexual do trabalho é historicamente adaptada a cada sociedade e “[...] tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KÉRGOAT, 2009, p. 67).

Essa distinção particular das relações sociais entre homens e mulheres têm dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres) e o princípio hierárquico (o trabalho dos homens tem maior valor econômico e social, do que o trabalho das mulheres), conforme apontam Hirata e Kér goat (2007).

Tais princípios são legitimados graças a uma ideologia naturalista, que associa gênero ao sexo biológico e práticas sociais a “papéis sociais”, Kér goat (2009) expõe o seguinte:

Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista –, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais. (KÉRGOAT, 2009, p. 68).

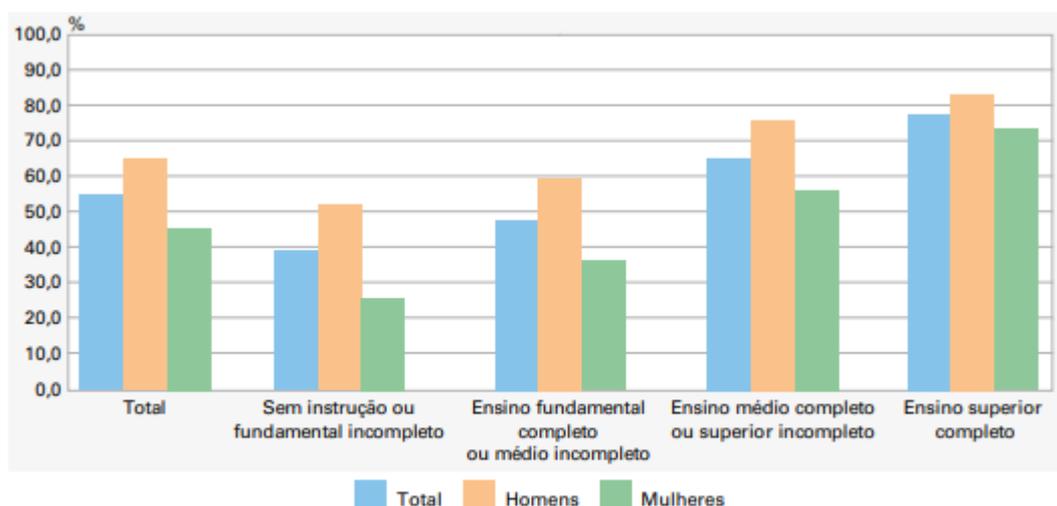
Os dados do estudo *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida 2020* do IBGE (2020a) apontam que em 2019 o índice de ocupação entre os homens foi 65,5%, enquanto entre as mulheres foi de apenas 46,1%, sendo que os eles ganhavam em média 29,6% a mais que as mulheres. O estudo também demonstra grande diferença no rendimento-hora médio habitual do trabalho, em 2019, o resultado médio dos homens foi de quatorze reais e cinquenta centavos (R\$ 14,50) de rendimento por hora, superando em 12,7% o das mulheres que foi de doze reais e noventa centavos (R\$ 12,90) por hora trabalhada (IBGE, 2020a).

Elas ainda encontram resistências para se destacarem no mundo do trabalho, inclusive quando possuem ensino superior completo, segundo a mesma pesquisa do IBGE (2020a):

Embora a maior escolaridade das mulheres não seja suficiente para igualar sua situação no mercado de trabalho em face dos homens, entre elas, é uma característica mais relevante para assegurar a inserção no mercado de trabalho. No último ano da série, o nível de ocupação das mulheres com ensino superior completo era 2,8 vezes maior que o das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Essa mesma métrica mostrava uma desigualdade menor entre os homens, de 1,6 vezes. (IBGE, 2020a, p. 29).

Os dados da pesquisa ainda indicam que apesar de na época apresentarem um percentual de aproximadamente 53% da população com idade para trabalhar¹⁰, independente do nível de instrução as mulheres têm uma proporção de ocupação abaixo dos homens, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Fonte: IBGE, 2020a, p. 29.

Além do índice de ocupação discrepante e de obter ganhos menores, a mulher ocupada dedica grande parte do seu tempo ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, segundo o estudo: *Outras formas de trabalho* (IBGE, 2020b) as mulheres ocupadas dedicam 18,5 horas semanais ao cuidado e/ou afazeres domésticos enquanto os homens ocupados apenas 10,4 horas, em pesquisa anterior, com resultados idênticos

¹⁰ O IBGE considera como “população com idade para trabalhar” pessoas com 14 anos ou mais.

aos apresentados acima, o IBGE (2018) já ressaltava como a divisão sexual do trabalho pode influenciar nestas assimetrias:

A questão da carga horária parece ser um fator fundamental no diferencial de inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho. Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida. O indicador proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo (CMIG 14), mostra um percentual mais elevado de mulheres que trabalha em período parcial, de até 30 horas, quando comparado com os homens. (IBGE, 2018, p. 4).

A carga horária de trabalho reduzida entre as mulheres, também foi identificada pelo IBGE (2020a) quando abordou a subocupação por insuficiência de horas¹¹, segundo o mesmo as mulheres em 2019 representavam 53,5% da população subocupada por insuficiência de horas, fator que associado aos menores rendimentos-hora, contribuiu para que estas também auferissem menores rendimentos habituais. Na tabela abaixo pode-se identificar as diferenças dos índices de ocupação e subocupação entre sexo.

Tabela 1 - Distribuição da população ocupada e da população subocupada por insuficiência de horas, por sexo.

Características selecionadas	Distribuição da população			
	Ocupada		Subocupada por insuficiência de horas	
	Total	Distribuição percentual (%)	Total	Distribuição percentual (%)
Brasil	94 642	100,0	7 187	100,0
Sexo				
Homens	53 306	56,3	3 341	46,5
Mulheres	41 336	43,7	3 846	53,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Fonte: IBGE, 2020a, p. 41.

¹¹ O IBGE (2020a) define como população subocupada por insuficiência de horas: Pessoas que atendiam a quatro condições: tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias.

Outro índice verificado pelo IBGE (2020a) foi a taxa de desocupação¹² da população, destaca-se que as mulheres (47,5%) foram mais afetadas que os homens (36,4%) pela desocupação de longo prazo (pessoas há dois anos ou mais desocupadas), corroborando com a afirmativa que possuem maior dificuldade para encontrar ocupação, mesmo quando permanecem na força de trabalho, à procura de trabalho e disponíveis para começar a trabalhar. Neste mesmo estudo identificou-se que 96,0% da força de trabalho potencial¹³ não realizara buscas por trabalho, entre as mulheres dois motivos sobressaíram: 35,1% apontaram como principal motivo, não haver trabalho na localidade; entretanto 21,3% afirmaram que ter que cuidar de afazeres domésticos, dos filhos ou outros parentes motivaram sua decisão de não procurar uma ocupação remunerada.

Dados apresentados no *Relatório de desenvolvimento humano nacional do Brasil* (PNUD, 2017), demonstram que as desigualdades sociais influenciam no acesso às atividades físicas e esportivas (AFEs) e estão vinculadas a vários marcadores sociais, tais como: gênero, raça, escolaridade, renda, etc.:

[...] as disparidades existentes no Brasil em termos de raça, gênero, situação econômica, nível de instrução etc. são refletidas também no problema do acesso às AFEs no país. Características como ser jovem, homem, branco, de alto nível socioeconômico e alto grau de instrução estão frequentemente vinculadas a um nível mais alto de prática das AFEs, ao passo que características como ser idoso, mulher, negro, de baixo nível socioeconômico ou baixo grau de instrução estão frequentemente vinculadas a um nível mais baixo de prática de AFEs. (PNUD, 2017, p. 20).

Além da dificuldade de acesso às práticas esportivas, mulheres que decidem praticar esportes ditos “masculinos” se deparam com questionamentos sobre a sua sexualidade, bem como condições materiais insuficientes para praticarem o esporte, entre outras discrepâncias em relação aos homens, no acesso e exercício das práticas

¹² O IBGE (2020a) define como população desocupada: Pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

¹³ O IBGE (2020a) define como força de trabalho potencial: Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas, mas que possuíam potencial de se transformarem em força de trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar.

esportivas ditas “masculinas” (PNUD, 2017). Goellner (2012) também compartilha dessa perspectiva, quando se refere aos esportes de rendimento:

[...] são bem menores os recursos destinados para patrocínios, incentivos, premiações e salários; em algumas modalidades, a realização de campeonatos é bastante restrita e, por vezes, inexistente; há pouca visibilidade nos diferentes meios midiáticos; a participação de mulheres em órgãos dirigentes e de gestão do esporte é ínfima; a inserção em funções técnicas, como treinadoras e árbitras, ainda é diminuta; federações, confederações, clubes e associações esportivas mantêm registros precários sobre a participação das mulheres em seus dados oficiais, especialmente no que se refere a aspectos históricos (GOELLNER, 2012, p. 73-74).

A teoria da Divisão sexual do trabalho se desdobra em várias subdivisões, que estudam diversos fenômenos específicos a partir da teoria de base. Nos próximos tópicos discutir-se-á alguns destes fenômenos presentes em contextos esportivos, principalmente nos esportes de combate.

2.1.1. O Teto de Vidro

O conceito de Teto de vidro foi introduzido na década de 80 nos Estados Unidos a fim de caracterizar uma barreira, sutil, transparente, mas forte o suficiente para impedir a ascensão das mulheres aos níveis hierárquicos mais altos das organizações. Esta barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais em função do seu gênero (STEIL, 1997).

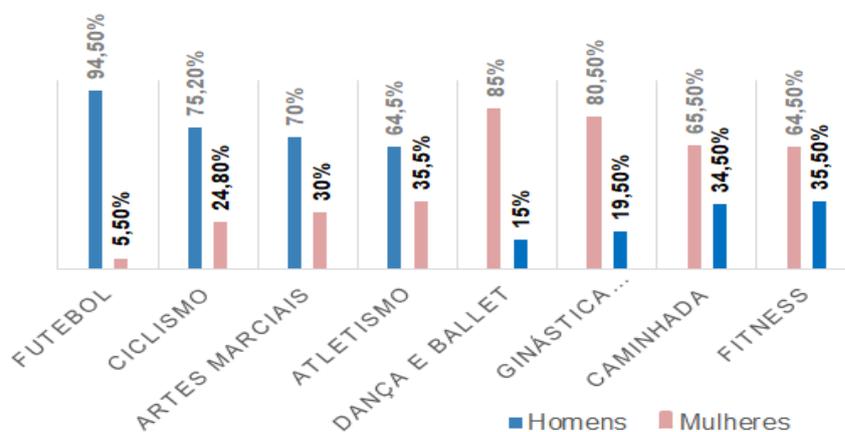
O teto de vidro é adotado como metáfora para a exclusão vertical das mulheres, as barreiras sutis, são tidas como invisíveis, pois são obstáculos informais que dificultam e impedem a ascensão das mulheres na carreira (LIMA, 2008). Para Lima 2008 as barreiras impostas às mulheres, internas ou externas, não se referem apenas à dificuldade de “subir” na carreira, o teto de vidro é o resultado e a consequência de muitos e disseminados obstáculos.

Steil (1997) explica que os discursos de gênero em âmbito organizacional são perpetuados desde criança, pois estas são educadas para papéis de atores organizacionais sexuais. Entretanto, nesta divisão de papéis, as profissões encorajadas e ensinadas às meninas são menos remuneradas e valorizadas que as profissões ensinadas aos meninos.

O mesmo pode ser aplicado ao campo esportivo, os esportes majoritariamente masculinos, são esportes olímpicos, tradicionais e de grande reconhecimento. Entretanto, os esportes com maioria feminina detêm menor reconhecimento, menor *status* social e quando remunerado, o valor econômico atribuído é muito menor.

Os números do IBGE (2015) apontam que entre as modalidades esportivas de predominância masculinas se destacam: o futebol, o ciclismo, as lutas e artes marciais e o atletismo. Por outro lado, os quatro esportes predominantemente praticados pelas mulheres, foram: dança e ballet, ginástica rítmica e artística, caminhada, e fitness, conforme os percentuais apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 2- Modalidades esportivas marcadas por gênero



Fonte: gráfico elaborado pela própria pesquisadora, a partir dos dados do IBGE (2015).

Observa-se que os esportes “masculinos” supracitados além de modalidades olímpicas, são categorizados como “esportes tradicionais”¹⁴ de reconhecimento mundial. Entretanto dos esportes “femininos” apenas a ginástica rítmica e artística figura entre os esportes olímpicos, na categoria “esporte com música”¹⁵. Já a dança e ballet, a caminhada e o fitness são considerados “esportes-lazer” ou “esportes populares”, pois são praticados de forma espontânea, sem intenções competitivas, tem relações com a saúde e o bem estar, com regras que podem ser oficiais, adaptadas ou até criadas, pois são estabelecidas entre os/as participantes (TUBINO, 2001).

¹⁴ São esportes consolidados pela prática durante muito tempo. Os Esportes Olímpicos, em sua maioria, fazem parte dessa corrente. Exemplos: futebol, basquetebol, atletismo, natação, golfe, boxe, etc. (TUBINO, 2001).

¹⁵ Esportes em que as regras exigem sincronização dos movimentos com a música. Exemplos: ginástica rítmica esportiva, nado sincronizado, dança, etc. (TUBINO, 2001).

Outra barreira encontrada pelas mulheres é a má distribuição das oportunidades de desenvolvimento profissional. Steil (1997) afirma que os homens estão menos propensos a delegar tarefas desafiadoras e projetos-chave às mulheres, e mais dispostos a delegá-las a outros homens, estas distinções podem definir o futuro da carreira do profissional, uma vez que tais experiências são fatores determinantes na ascensão de ambos os gêneros nas organizações.

Mourão (2000) afirma que em um contexto geral ainda é o homem, em sua maioria absoluta, que ocupa as esferas de poder, no comando das federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro. Em uma pesquisa realizada por Mourão e Gomes (2004) foi identificado que das 53 confederações esportivas brasileiras existentes na época (29 de modalidades olímpicas, 24 de modalidades não olímpicas), havia apenas uma presidente, um percentual de 2%. E entre as 484 federações esportivas registradas, apenas 34 delas tinham mulheres no comando (6,1%), dentre estas 19 eram referentes à ginástica artística, uma modalidade considerada “feminina”.

Percepções sexistas e tradicionais sobre gênero e o comprometimento com família e a empresa, também podem direcionar as características dos cargos ocupados pelas mulheres nas instituições, além de influenciar em suas possibilidades de contratação, ascensão e desligamento. Steil (1997) aponta que:

[...] Mulheres ocupam cargos de supervisão em menor número e, mesmo quando os ocupam, possuem um escopo de autoridade mais restrito do que os homens em posições similares [...] Abordagens baseadas no gênero enfatizam características pessoais, socialização e conexões com situações familiares para explicar as diferenças de comprometimento entre homens e mulheres. Tais abordagens sugerem que organizações e famílias são entidades que competem pela lealdade dos indivíduos. Neste contexto, ligações extensivas com a família, como casamento e filhos, podem diminuir o comprometimento de homens e mulheres. A visão tradicional da divisão dos papéis familiares, na qual o homem é visto como o principal provedor monetário da casa, gera a expectativa de que o homem apresentaria maiores níveis de comprometimento organizacional [...] (STEIL, 1997, p. 65).

Como exemplo da ocorrência deste fenômeno no âmbito esportivo das lutas e artes marciais, Brum (2016) relata a experiência da ex-atleta e então auxiliar técnica da seleção brasileira feminina de judô, Rosicleia Campos, que em 2005 foi nomeada técnica da equipe, no lugar de Floriano Almeida. Mesmo acompanhando a seleção

brasileira desde 1987, como atleta, e a equipe já ter sido comandada por outras mulheres (Berenice Endo, Cristina Mamede e Solange Pessoa), Rosicleia conta que houve grande resistência sobre a escolha de seu nome para o cargo. Segue a fala da atleta:

O [inaudível], do COB, e o Ney [Wilson, diretor técnico da CBJ] tiveram de brigar para me colocar. Porque tinha uma linha que queria contratar um técnico cubano, outra linha queria trazer um técnico masculino e os dois juntaram forças para bancar a minha entrada. Em 2005, eu estava como técnica, eu não tinha a equipe na mão. Em 2006, eu falei: “Ney, vamos sentar aqui. A gente precisa separar o judô feminino do judô masculino. Temos necessidades diferentes, prioridades diferentes, mas vamos para onde eles vão e temos o mesmo nível de cobrança com um investimento diferente Não é justo.” Foi quando separamos as coisas e a gente conseguiu uma autonomia de voo (CAMPOS, 2015). (BRUM, 2016, p. 156).

Experiência semelhante viveu a judoca Marilaine Ferranti exercia o cargo de árbitra, maior posto da Federação Internacional de Judô no Brasil, segundo Brum (2016) a atleta enfrentava o estranhamento e diversos preconceitos por parte de seus pares, da torcida, de atletas, entre outros. A descrição do tratamento destinado a Ferranti denota claramente os obstáculos impostos à ascensão na carreira das mulheres esportistas:

Era complicado ser árbitra. Lembra que os árbitros laterais eram chamados para confabular com o central quando havia alguma dúvida de pontuação, de penalidade? Eu sentia que [nessas situações] eles nem olhavam para minha cara. Me lembro de uma competição, eu estava arbitrando e começaram “Lugar de mulher de mulher é na cozinha, pilotando o fogão”, na arquibancada. Tinha umas mulheres também, que diziam: “Que absurdo! Mulher estar arbitrando, isso não é coisa de mulher”. Quando eu fui para FIJ A, fui mais cobrada ainda. Quando fui para a coordenação de arbitragem da FPJ, muita gente que ficou indignada porque eram mais antigos do que eu em graduação, alguns me respeitavam mais, outros zombavam. Teve histórias, que eu saía com todo mundo para chegar aonde cheguei (FERRANTI, 2015). (BRUM, 2016, p. 163).

Considerando o contexto acima, destaca-se a importância dos estudos do fenômeno “Teto de vidro” aplicado ao campo dos esportes de combate, por meio deste pode-se identificar traços específicos dos mecanismos que dificultam a ascensão das mulheres na carreira de instrutoras de jiu-jitsu.

2.1.2. O Labirinto de Cristal

O conceito de Labirinto de cristal foi criado por Lima (2008) observando as carreiras de entre mulheres cientistas que trabalham nas ciências duras (física, matemática, engenharia), este fenômeno em questão, refere-se ao número reduzido de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, áreas de maior reconhecimento financeiro e social. O Labirinto de cristal destaca as barreiras horizontais encontradas pelas cientistas desde a entrada neste campo simplesmente por pertencerem à categoria “mulher”, estas barreiras são invisíveis e informais, mas nem por isso são menos concretas e contundentes.

O labirinto tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional. Por causa dos diversos desafios e armadilhas dispostos no labirinto, os talentos femininos são perdidos ou pouco aproveitados. (LIMA, 2013, p. 883).

Para Lima (2008) um fator importante que direciona o labirinto de cristal é o determinismo cultural, que impulsionado pelos saberes androcêntricos¹⁶, este apresenta a cultura como estática, dificilmente mutável e não histórica. Nas palavras da autora:

As desigualdades são interpretadas, grosso modo, como merecidas. Nesta ótica, não faz sentido tratar das questões relativas ao gênero nas ciências. O corpo feminino é duplamente apartado das ciências: pelo discurso cartesiano de separação corpo e mente e pelo discurso androcêntrico que elege o masculino como referente e onde o corpo masculino não incomoda. Nesta lógica, questões relativas ao corpo e ao feminino são representadas como irrelevantes para um sistema tido como meritocrático. (LIMA, 2008, p. 120-121).

Não somente estamos reduzidas às (in)gerências de um corpo não-adequado, o feminino, como também estamos submetidas a um código cultural que constantemente valoriza o masculino ao retirar valor do feminino. Estes determinismos retiram qualquer possibilidade de luta para uma mudança histórica. (LIMA, 2008, p. 121).

¹⁶ O androcentrismo é um conceito que apresenta o olhar masculino como central para a leitura da realidade, onde o homem é a única medida para o conhecimento e para representação global de humanidade. Este orienta a produção de um saber descorporificado em que a mente é separada do corpo e possui primazia sobre outros componentes corporais. A dicotomia corpo e mente também está relacionada com as representações sociais: o corpo é associado ao feminino e a mente ao masculino (LIMA, 2008).

A autora relaciona o determinismo cultural a dois conceitos de violência moral: o Sexismo automático e o Sexismo instrumental. Para Lima (2013) o Sexismo automático é legitimado pela representação social da mulher, forjado por um imaginário que não relaciona a possibilidade da mulher atuar em determinadas áreas, e as poucas que transgressoras do *status quo* são marcadas como um ser fora de lugar.

Lima (2013) afirma também que o Sexismo automático escapa à formalidade da lei e encontra poucas formas de resistência, uma vez que é naturalizado, por isso pouco percebido, permitindo que as próprias mulheres sejam reprodutoras de atos sexistas.

Atuar em espaços não considerados como próprios para as mulheres e orientados por valores androcêntricos impõe uma série de violências e dificuldades. As cientistas frequentemente reportam-se a momentos em que, para serem aceitas ou mesmo notadas, foi necessário passar por “testes” ou “provas” para garantir sua capacidade para ocupar uma determinada posição. (LIMA, 2013, p. 890).

Desde a infância as crianças são educadas de acordo com a construção social de gênero vigente. Quando se trata do contexto escolar, por exemplo, Auad (2012) enfatiza que meninos e meninas são educados de forma desigual. Eles são socializados e preparados para se pensarem como mais aptos para alguns esportes, para as ciências exatas, e inadequados para funções como o cuidado como outro, elas são educadas para se pensarem mais frágeis, sensíveis e dependentes, mais aptas para comunicação e para o cuidado, porém pouco capazes de liderar.

Esta perspectiva também se aplica ao campo esportivo, segundo Sousa e Altmann (1999) desde o ensino da educação física escolar, manteve-se a ideia de práticas “femininas” e “masculinas”, e esta concepção se reflete nas normas, no espaço físico, nas técnicas e nos conteúdos de ensino, sejam eles a ginástica, os jogos ou esportes.

[...] Com a introdução do esporte moderno como conteúdo da educação física escolar no Brasil, principalmente a partir dos anos 30, a mulher manteve-se perdedora porque era um corpo frágil diante do homem. [...] Aos homens era permitido jogar futebol, basquete e judô, esportes que exigiam maior esforço, confronto corpo a corpo e movimentos violentos; às mulheres, a suavidade de movimentos e a distância de outros corpos, garantidas pela ginástica rítmica e pelo voleibol. O homem que praticasse esses esportes correria o risco de ser visto pela sociedade como efeminado. O futebol, esporte violento, tornaria o homem viril e, se fosse praticado pela mulher, poderia masculinizá-la, além da possibilidade de lhe provocar lesões,

especialmente nos órgãos reprodutores. (SOUSA; ALTMANN, 1999, p. 57-58).

O segundo tipo de violência moral apresentado por Lima (2013), o Sexismo instrumental, se refere a discursos e comportamentos ancorados em tradições socioculturais como uma estratégia para assegurar privilégios para manutenção da hierarquia. Quando argumentos técnicos ou científicos não são suficientes para garantir uma determinada posição de poder, são usados argumentos considerados legítimos em si mesmos, como: senioridade, titulação, trajetória acadêmica, localidade, área do conhecimento, raça e sexo. Nesta perspectiva, os sucessos das mulheres são atribuídos ao corpo feminino como possível arma de sedução (LIMA, 2013).

O sexismo instrumental utiliza os valores de gênero dispostos na cultura como estratégia para garantir uma posição de poder ou destaque quando recursos legítimos como competência técnica ou argumentação científica não foram suficientes para assegurar a hierarquia. Nesse sentido, acionar os atributos de gênero pode funcionar como um golpe baixo para retirar prestígio de uma determinada mulher. (LIMA, 2013, p. 891).

O Sexismo instrumental pode ser identificado no dilema clássico sofrido pelas atletas de lutas e artes marciais, no que se refere ao conceito ambíguo da “fragilidade feminina” dentro do tatame. Nas lutas mistas fica clara essa dualidade: se, por um lado, os homens se sentem incomodados em lutar com mulheres por considerá-las frágeis, por outro, ficam ofendidos se perdem a disputa, conforme apurado por Berté (2016) entre lutadoras de Boxe:

[...] era muito claro que eles se sentiam incomodados, com o homem fazendo sparring com meninas. “Não, eu não vou bater em mulher”. O professor dizia: “No tatame não tem gênero. Vai que tu vai tomar uma mão”. E aí eu ter que dar uma ou duas mãos na maldade, com força, para eles verem que eles iam ter que responder, se não eles iam apanhar. E aí entrava em uma outra contradição: “Eu não posso apanhar de uma mulher”. Muitas vezes que eu me machuquei em treinos foi porque fugiu da parte técnica e fui para área pessoal. “Eu não posso bater em uma mulher, mas também não posso apanhar de uma mulher. Meus amigos estão vendo” (BORBA, 2015, p. 18). (BERTÉ, 2016, p. 99).

Neste sentido destaca-se que a identificação das barreiras derivadas das relações sociais de sexo/gênero no dos esportes de combate, mais especificamente o jiu-jitsu,

faz-se crucial para entender as dificuldades para o exercício da profissão de instrutora de jiu-jitsu.

2.1.3. O Drible da Dor

O Drible da dor foi outro fenômeno identificado por Lima (2008), trata-se de manobras utilizadas pelas mulheres que se recusam a reconhecer os obstáculos específicos de gênero dispostos ao longo de suas carreiras, segundo a autora esta é uma das muitas barreiras presentes no Labirinto de cristal.

Segundo Lima (2013) o drible da dor é operado pelo discurso meritocrático, que permite representar o talento enquanto descorporificado, independente de sexo, raça, etnia e localidade. Essa percepção puramente meritocrática não permite qualquer discussão sobre as dificuldades específicas e impostas às mulheres.

Cada qual, em função do seu talento, ocupa o lugar que merece, o qual foi competente para conquistar. O mérito é o único fator responsável pela alocação dos/as cientistas no campo científico. O lado avesso dessa representação é que só as incompetentes é que utilizam o discurso sobre discriminação em relação ao sexo para justificar seus fracassos. (LIMA, 2013, p. 887).

Ferreti (2011), Brum (2016) e Berté (2016) relatam que para integrar as equipes de lutas e artes marciais as atletas se submetiam a uma preparação física intensa, idêntica à preparação masculina, algumas atletas chegavam a passar mal durante o treino pelo excesso de exercícios, as mulheres que não se adaptavam eram estigmatizadas.

Outra representação social que constitui o Drible da dor é a de “supermulheres”, estas mulheres em geral ocupam lugares e/ou carreiras predominantemente “masculinas”, e se distanciam da identificação do que foi construído como estereótipo de mulher. Seus feitos, próprios de uma minoria, permitem que sejam consideradas como uma categoria com atributos superiores ao das “outras” mulheres (LIMA, 2013).

Por meio da representação das “supermulheres” o discurso do mérito é reafirmado, segundo Lima (2013) na percepção das “supermulheres” é necessário ter talentos e características não pertencentes às mulheres de uma forma geral, para ganhar um espaço de prestígio. Essa representação as distancia das discussões sobre gênero e

feminismo, pois sua identidade de mulher é fragmentada, tornando os obstáculos enfrentados ao longo da carreira como pessoais e privados.

Um exemplo deste fenômeno no campo de esportivo foi um relato da judoca Solange Pessoa à pesquisadora Adriana Brum (2016):

O treino era igual. Se quisesse treinar, *tinha que acompanhar o treino*. Você entrou em treino de judô, não existe mulher, homem. A medalha olímpica é a mesma. [...] A parte física, eu fazia sozinha. Levantava cedo e ia ao horto florestal correr, montava uma linha de treinamento para mim - PESSOA, 2015 - (BRUM, 2016, p. 139, grifos da autora).

As perspectivas do drible da dor traz a luz traços de comportamentos femininos quando submetidas a ambientes majoritariamente masculinos povoados de violências relativas a gênero, como o campo das lutas e artes marciais, local de trabalho dos sujeitos deste estudo.

2.1.4. A Dupla Jornada

Outro desafio encontrado pelas mulheres é a Dupla jornada de trabalho, Souza-Lobo (2011) em uma pesquisa realizada entre mulheres operárias definiu o conceito de Dupla jornada ou Dupla situação opressora, como: caracterizado pelo fato da mulher exercer o trabalho remunerado e também executar o trabalho doméstico ou *care* (cuidado), este por sua vez além de não remunerado, é invisível. Para Souza-Lobo (2011) "Há uma *ideologia* sobre o lugar da mulher na família que não só força a mulher a aceitar certos empregos que permitem carregar seu duplo fardo, mas também perpetua a situação." (SOUZA-LOBO, 2011, p. 137, grifo da autora).

Tal ideologia sustenta que o cuidado com a casa e a família é de responsabilidade da mulher, mesmo aquelas que abandonam seu lugar tradicional na esfera privada para trabalhar de forma remunerada na esfera pública. Logo estas mulheres submetidas a uma "dupla situação opressora" tem uma carga de trabalho praticamente contínua (SOUZA-LOBO, 2011). Estas afirmações são corroboradas por Quirino (2015), quando afirma que:

[...] na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: *a opressão*, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na *exploração*

econômica, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica. (QUIRINO, 2015, p. 7, grifos da autora).

Um estudo realizado em 2019 pela Organização Não Governamental (ONG) Oxfam, intitulado *Tempo de cuidar*, aponta que em todo o mundo 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho devido à responsabilidade na prestação de cuidados não remunerados (OXFAM, 2020).

Esta mesma pesquisa afirma que o valor monetário global do trabalho não remunerado de cuidado prestado por mulheres a partir de 15 anos de idade, é de 10,8 trilhões de dólares por ano, o que corresponde a três vezes o valor estimado para todo o setor de tecnologia do mundo. A não remuneração do trabalho de cuidado e a divisão desigual deste refletem diretamente na perpetuação das desigualdades econômicas e de gênero:

[...] Esse grande fosso baseia-se em um sistema econômico sexista e falho, que valoriza mais a riqueza de um grupo de poucos privilegiados, na sua maioria homens, do que bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial - o do cuidado não remunerado e mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo. As tarefas diárias de cuidar de outras pessoas, cozinhar, limpar, buscar água e lenha são essenciais para o bem-estar de sociedades, comunidades e para o funcionamento da economia. A pesada e desigual responsabilidade por esse trabalho de cuidado perpetuam as desigualdades de gênero e econômica. (OXFAM, 2020, p. 2).

Segundo a Oxfam "Mulheres que vivem em comunidades rurais e países de baixa renda dedicam até 14 horas por dia ao trabalho de cuidado não remunerado, cinco vezes mais do que o tempo que homens dessas comunidades dedicam a esse tipo de trabalho." (OXFAM, 2020, p. 11).

No Brasil o IBGE (2020b) identificou que em 2019 as mulheres ocupadas dedicaram 8,1 horas semanais a mais que os homens ocupados nos afazeres e/ou no cuidado de pessoas, e entre os/as não ocupados/as a diferença chegou a 11,9 horas semanais, conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas (horas semanais).

Sexo e situação de ocupação	Horas semanais					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homem						
Ocupado	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
Não ocupado	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulher						
Ocupada	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Não ocupada	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: IBGE, 2020b, p. 23.

A pesquisa também identificou o percentual de realização de afazeres domésticos conforme a condição do/a entrevistado/a no domicílio, nas três condições pesquisadas as mulheres apresentam maiores índices de realização, enquanto responsável pelo domicílio elas realizavam 95,3% dos afazeres, enquanto cônjuges ou companheiras do/a responsável pelo domicílio 97,0% e enquanto filhas ou enteadas do/a responsável pelo domicílio o índice ficou em 84,8%, conforme pode ser observado detalhadamente no gráfico a seguir:

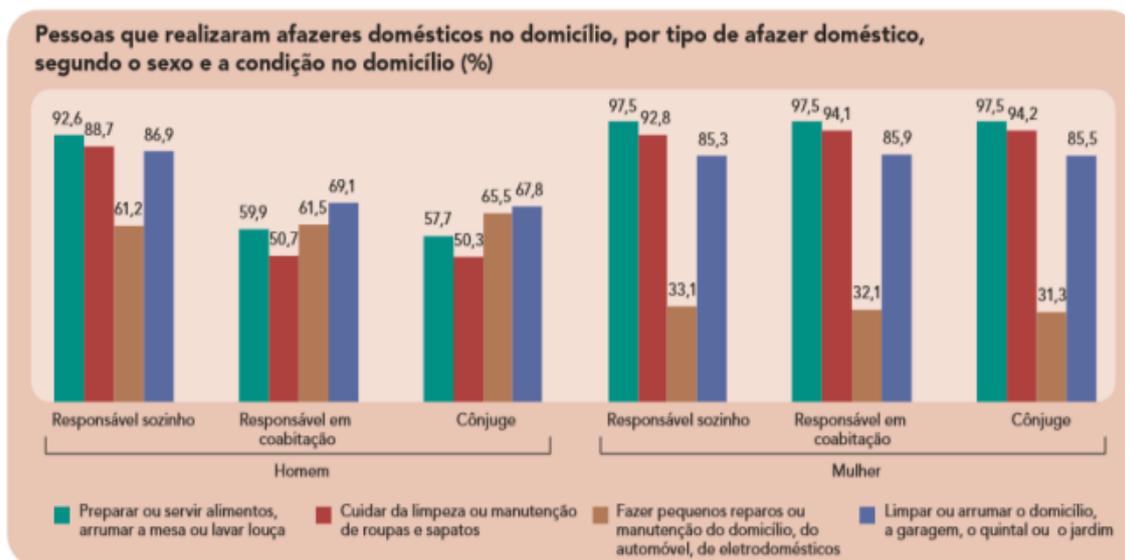
Gráfico 3 - Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo, segundo a condição no domicílio.



Fonte: IBGE, 2020b, p. 9.

Quando observada a natureza da tarefa doméstica, o IBGE (2020b) identificou que em 2019 os homens só obtinham taxas equivalentes as mulheres quando moravam sozinhos, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Pessoas que realizam os afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer doméstico, segundo o sexo e a condição no domicílio (%).



Fonte: IBGE, 2020b, p. 9.

De acordo com Mourão (2002) as desigualdades reproduzidas no ambiente doméstico, bem como a atribuição da responsabilidade pelo cuidado e pelo trabalho doméstico também podem afetar as mulheres esportistas, o papel social desempenhado pela mulher, influencia diretamente na decisão de seguir ou não em carreiras esportivas de alto rendimento:

[...] Nas condições atuais, a ordem do gênero e a distribuição do poder mantêm-se associadas aos papéis desempenhados pela mulher e pelo homem na sociedade brasileira, designando as condições de ocupação de espaços de trabalho. Os papéis associados ao gênero feminino impedem as mulheres que aspiram envolver-se em esportes de alta performance. Viajar com seu time para disputar torneios, envolver-se em treinamentos de longa temporada supõe construir uma carreira dissociada das possibilidades de gerir o espaço doméstico. Essa disponibilidade ainda não está presente na trajetória de um número significativo de mulheres, que, embora muito dispostas a assumir diferentes cargos no mercado de trabalho, no esporte ainda procuram associar sua função aos cuidados com os filhos e com a casa. (MOURÃO, 2002, p. 843).

Não é por acaso que a mulher é destinada à execução do trabalho doméstico, essencial para sobrevivência, mas não remunerado e invisível. Kérgeat (2009) destaca que a consciência coletiva da opressão do trabalho doméstico, foi uma das causas no nascimento do movimento feminista, para a autora:

[...] tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho

era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. E a denúncia [...] se desdobra numa dupla dimensão: basta de executar aquilo que se conviria chamar “trabalho”; é como se sua atribuição às mulheres, e somente a elas, fosse automática e isso não fosse visto nem reconhecido. (KÉRGOAT, 2009, p. 68-69)

Segundo Kérigoat (2009) a divisão sexual do trabalho está em disputa nas relações sociais de sexo/gênero, sendo esta uma relação antagônica, as diferenças constatadas entre atividades e/ou funções ocupadas por homens e mulheres não são meras causalidades, muito menos provenientes de diferenças biológicas, e sim de uma construção social não somente ideológica, mas com base material, fundamentada em uma relação de hierarquia entre os sexos, uma relação de dominação.

2.2. MASCULINIDADES E ESPORTES – A AUSÊNCIA DO FEMININO

Na Sociologia e na Antropologia dos sexos, os termos "masculinidade" e "feminilidade" designam as características atribuídas social e culturalmente a homens e mulheres. Pascale Molinier e Daniel Welzer-Lang (2009), fazem a seguinte observação:

Masculinidade e feminilidade existem e se definem em sua relação e por meio dela. São as relações sociais de sexo, marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado “normal” – e em geral interpretado como “natural” – para mulheres e homens. (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 101).

Os conceitos de masculinidades foram amplamente discutidos por Connell (1995), dentre eles se destaca a Masculinidade hegemônica, a autora afirma que a Masculinidade hegemônica é uma construção social, específica em cada sociedade, que coloca o homem em uma situação nitidamente superior em termos de poder social em relação às mulheres, gerando uma dominação e uma subordinação não só em relação às mulheres especificamente, mas a tudo o que possa ser associado ao “feminino”.

Nesta concepção a agressividade é uma característica natural do homem, nos remete ao conceito de masculinidade natural, descrita por Connell (1995) como: "a tese da masculinidade natural requer uma forte determinação biologicamente determinada, os homens são normalmente agressivos em todas as culturas." (CONNEL, 1995, p. 46-47).

Partindo da perspectiva que a interiorização do gênero não ocorre de maneira mecânica entre homens e mulheres, e que desejos e expectativas são moldados de

acordo com construções sociais, este princípio também é identificado no mundo do trabalho. Segundo Molinier e Welzer-Lang (2009):

Nas profissões masculinas, os homens ocultam o sofrimento gerado pelas imposições da organização do trabalho graças à eficácia simbólica de um sistema de condutas e representações centradas na virilidade, que associam o pertencimento ao grupo dos homens ao domínio infalível do real. As manifestações do sofrimento (medo, dúvida, conflito moral, compaixão etc.) são imputadas às mulheres como a marca da sua inferioridade “natural”. Uma parte da identidade sexual dos homens se constitui, portanto, no campo social, em detrimento das mulheres. (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 103).

A pesquisadora Fátima Cecchetto (2004), durante o estudo intitulado *Violência e estilos de masculinidades* (2004) que incluía lutadores de jiu-jitsu se deparou com diversos relatos que demonstravam uma concepção tradicional da masculinidade entre os lutadores. Cecchetto (2004) aponta que a agressividade masculina tem sido frequentemente definida como inerente ao homem, se resumindo a um hipotético gene agressivo alocado no cérebro masculino. A autora adverte que este tipo de concepção pode haver complicações desastrosas, reforçando a pressuposição de uma universalidade da masculinidade, sinônimo de virilidade, força e heterossexualidade.

Quando a Masculinidade hegemônica é vista como um ideal único de representação masculina, as mulheres que estão inseridas em espaços majoritariamente masculinos também são estigmatizadas. De acordo com Cecchetto (2004) no campo das lutas e artes marciais as lutadoras tem sua sexualidade questionada, o que gera certo receio das atletas se tornarem competidoras. Segundo a autora este fenômeno acontece, pois o senso comum tende a naturalizar que “o uso conspícuo da força física é uma decorrência natural do fato de se ter nascido com hormônios e órgãos sexuais masculinos e, portanto, faria parte da essência (e da natureza) do homem.” (CECCHETTO, 2004, p. 37).

O receio quanto à “masculinização” dos corpos, e relatos de questionamentos sobre sexualidade de mulheres atletas de lutas e artes marciais, foram identificados e analisados em por diversos autores que estudam a categoria “gênero” em esportes de lutas e artes marciais. A pesquisadora Fernandes (2014) descreveu a seguinte fala da judoca Aline Silva:

Algumas pessoas da minha família comentavam que eu ia ficar muito masculina, ‘esse esporte é pra homem, não é pra mulher’. Minha mãe, inclusive, não apoiava no começo, ela queria que eu fizesse jazz. Ela

tentou me forçar a fazer informática. Falou: “Se você não for pra informática, você não vai pro judô”. Eu cabulava a informática e ia pro judô. [...] (FERNANDES, 2014, p. 69).

Em entrevista com a boxeadora Silva, Berté (2016) obteve um relato evidenciando os medos e perspectivas da atleta no início da carreira:

Eu fiquei com medo, porque eu achei que eu teria que ficar muito masculina, eu achei que era assim, que a maioria das mulheres que treinam Boxe é porque são lésbicas ou... Sabe? Essa é a consciência que a gente tem. Quem treina um esporte de homem é vista dessa forma. Tanto que várias mulheres deram em cima de mim já, achando que... Por que as próprias mulheres tem essa visão, ainda mais se tu quer fazer profissionalmente. [...] (BERTÉ, 2016, p. 83).

Relato semelhante foi feito pela judoca Léa Linhares à pesquisadora Brum (2016), a associação entre a prática do esporte e o sexismo enfrentado pela atleta é explícito:

Isso [o exame para *sho-dan*]¹⁷ foi em 1969 e eu fiquei no judô mais um tempo. [...]. Me afastei total, não queria nem saber do judô, porque, na época, eu às vezes até ficava com vergonha de dizer: “Ah, eu sou faixa preta de judô” ou “Sou praticante de judô” porque já te olhavam “Hum, não te mete com ela”, como [se eu fosse] homenzinho, ou como amante de professor ou de aluno. (BRUM, 2016, p. 112).

Cecchetto (2004) também constatou que a lutadora de jiu-jitsu muitas vezes é vista como “pouco feminina” ou “masculinizada”, em uma de suas entrevistas com um lutador de jiu-jitsu Cecchetto (2004) relata, que para ele enquanto lutador a aparência conta muito no “mercado sexual”, mas o mesmo afirma não gostar do padrão estético das mulheres que lutam. Segundo ele, uma mulher lutadora do mesmo nível que um homem não é atraente e perde a feminilidade.

Entretanto quando as mulheres que frequentam as academias de jiu-jitsu como visitantes ou iniciantes e não tem o “perfil masculinizado” são denominadas “marias-tatames”, sua representação entre os lutadores corresponde à “[...] percepção da mulher como inelutavelmente interessada nas vantagens proporcionadas pelo lutador, ou melhor, pelo seu corpo, para protegê-la ou sustentá-la.” (CECCHETTO, 2004, p. 171).

Mourão (2002) aponta que a mulher ainda detém o estereótipo de “sexo frágil” quando se insere em esportes que exigem força, velocidade e impacto:

¹⁷ Sho-dan: Faixa preta 1º grau do Judô.

Os estereótipos associados ao gênero continuam presentes e as representações do sexo frágil cercam as praticantes de esportes que exigem velocidade, força e impacto, a exemplo do futebol, do basquete e do handebol e lutas. É comum atribuir o rótulo de masculinizadas às mulheres que participam dessas equipes. (MOURÃO, 2002, p. 836).

Em contrapartida Adelman (2003) identifica uma ruptura nos padrões sociais, segundo a autora as mulheres aos poucos se distanciam da representação de “sexo frágil” e se aproximam da perspectiva da “mulher ativa”:

[...] De fato, com a ruptura ou declínio da domesticidade feminina, o padrão da fragilidade começa a ceder terreno a um novo ideal, mais adequado à noção da ‘mulher ativa’ que começa a construir-se, como já mencionei, nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, a cultura de beleza feminina da nossa sociedade – que se vale do atual poder das imagens, de uma forma sem precedentes históricos – atualizou-se a partir da incorporação dessa noção da ‘mulher ativa’, elaborando novos padrões que desembocam na atual ênfase no fitness. O corpo feminino ‘ideal’ é magro e firme, embora não ‘musculoso demais’ – e requer muitas horas de trabalho, de investimentos em tempo e dinheiro que, com certeza, não estão à disposição de uma boa parcela da população feminina. (ADELMAN, 2003, p. 448-449).

Adelman (2003) ressalta ainda que a ênfase na produção do corpo ideal da "mulher ativa" nem sempre significa um corpo feminino forte e livre; embora este movimento da mulher "fitness" represente para algumas, uma tentativa de resistir ao discurso do “corpo feminino como fraco e submisso”, este também poderia ser avaliado como “mais um exemplo da forma como os corpos das mulheres são sujeitos aos discursos dominantes, comprometendo-se com tirania narcisista da magreza.” (ADELMAN, 2003, p. 449).

A complexidade relativa à atribuição de papéis femininos e masculinos na sociedade e o impacto que estes têm na percepção de masculinidade e feminilidade no presente arquétipo social, perpassa a todo o momento os meandros desta pesquisa, logo se faz necessário compreender como estes afetam os sujeitos pesquisados.

Esta pesquisadora tem ciência da existência de diversos estudos (principalmente derivados da Teoria Queer¹⁸) que versam sobre a temática abordada e poderiam ser

¹⁸ Segundo Souza (2008) o termo foi cunhado por Teresa de Laurentis em uma conferência realizada na Califórnia em 1990, a fim de teorizar sobre sexualidades gay e lésbicas, o autor afirma ainda que a Teoria Queer é muito utilizada nos estudos das relações sociais para além do binarismo hetero/homosexualidade, questionando os conceitos de identidades internalizadas e estabelecidas socialmente, considerando a pluralidade e a diversidade das configurações familiares na contemporaneidade. Para Souza (2008) "Seus principais aspectos passam por um conceito de sexualidade que vê o poder sexual incorporado em diferentes níveis da vida social, expresso discursivamente e reforçado através de fronteiras e divisões

explorados neste capítulo, entretanto não é objetivo deste trabalho o aprofundamento das feminilidades e masculinidades (sobretudo as masculinidades dissidentes). Em função da complexidade da integração entre as diferentes linhas teóricas e do tempo para conclusão deste estudo, optou-se por manter a discursão no campo das pesquisas teóricas materialistas.

2.3. O CONTEXTO PROFISSIONAL DO/A INSTRUTOR/A DE LUTAS E ARTES MARCIAIS

O campo de atuação do profissional de Educação Física se ampliou muito nas últimas décadas, conseqüentemente a profissão e formação do/a educador/a físico/a estão em plena fase de transformação. Segundo Vieira e Corrêa (2010) a formação oferecida pelas instituições de ensino, talvez, não acompanhe as constantes mudanças e não atenda de forma suficiente às necessidades da sociedade.

Dentre os requisitos para uma profissão destaca-se a necessidade de um conjunto estruturado de conhecimentos, saber específico o qual gera a exclusão dos leigos; amplo conhecimento (fruto da longa experiência do profissional); formação institucionalizada; fundamentação científica; há também a formação extra-escolar “escola de ofícios”; a criação de associação profissional própria e o código de ética; e a especialidade no campo de atuação. (VIEIRA; CORRÊA, 2010, documento eletrônico).

No contexto das profissões sabe-se que a Educação Física foi regulamentada pela Lei 9.696/98, esta lei também cria o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física, lhes dando a prerrogativa exclusiva de atestar o “status” de Profissional de Educação Física ao portador de diploma obtido em curso de Educação Física, além de delimitar a atuação deste/a profissional da seguinte forma:

Art. 3º. Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e

binárias, assim como a problematização das categorias de sexo e gênero e de identidades em geral." (SOUZA, 2008, p. 14).

pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. (BRASIL, 1998, documento eletrônico).

As lutas e artes marciais fazem parte do campo da Educação Física no contexto da atuação profissional, de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 07, de 31 de março de 2004, emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE):

A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da *luta/arte marcial*, [...] além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (BRASIL, 2004, p. 18, grifo nosso).

Ainda segundo a Resolução nº 416/2002 do CONFEF, o/a profissional de educação física é especialista em atividades físicas e destaca algumas práticas:

O Profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações - ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, *lutas*, capoeira, *artes marciais*, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais [...] (CONFEF, 2002, documento eletrônico, grifo nosso).

Entretanto esse entendimento é controverso quando aplicado ao/a profissional que ensina as lutas e artes marciais, segundo Gonçalves Junior e Drigo (2001) e Pimenta e Drigo (2021) são raros os cursos de graduação em Educação Física, que possuam em sua grade curricular alguma disciplina com carga horária significativa, relacionada às lutas e artes marciais, o que resulta em certo distanciamento do/a profissional de educação física deste universo.

Pimenta e Drigo (2021) no artigo intitulado *O dilema da formação do técnico de artes marciais no Brasil: Um olhar pela sociologia da profissão*, ressaltam ainda que o único espaço onde são feitas pesquisas referentes à didática, treinamento e preparação física de lutas e artes marciais é o espaço de formação superior, como exemplo a Educação Física, destaca-se também que a grande maioria das modalidades esportivas seus técnicos e instrutores são regulamentados e fiscalizados pelos CREFs, o que não ocorre no âmbito das lutas e das artes marciais.

Por outro lado, a prática das artes marciais em academias, clubes ou entidades esportivas, são difundidas em geral, por atletas e/ou praticantes que se formaram na prática do esporte, e em alguns casos frequentaram cursos formativos em academias ou em federações (GONÇALVES JUNIOR; DRIGO 2001).

Segundo Pimenta e Drigo (2021) o domínio da prática das artes marciais legitimada pelos detentores de grande capital simbólico e social no campo, acaba por autorizar o praticante ministrar os treinos. Em suas palavras:

O domínio da prática, o ato do saber fazer, desde que seja sancionado pelos agentes de maior capital simbólico e social no interior do campo (“Mestres”, “Grão-mestres”), já autoriza o praticante a ministrar treinos, em algumas modalidades até mesmo antes da faixa preta. (PIMENTA e DRIGO, 2021, p. 7).

Parizotto *et al.* (2017) em um estudo intitulado *O processo de institucionalização e regulamentação de artes marciais orientais no Brasil*, apontam a institucionalização das artes marciais ainda encontra-se em processo, e algumas dualidades importantes permeiam este debate, destacando-se: as dicotomias entre o conceito filosófico tradicional de artes marciais e o conceito de esporte na atualidade; e as diferentes perspectivas formativas entre professores/as de Educação Física e mestres/as das artes marciais, podem ser um indicativo da dificuldade enfrentada para institucionalização e regulamentação da prática.

Para Drigo *et al.*, (2010) desde que foi promulgada a Regulamentação Profissional da Educação Física no Brasil em 1998, o campo das lutas e artes marciais continua um pouco à margem destas legislações, seguindo um caminho próprio. O discurso dicotômico esporte e cultura, pouco respondeu ou desvelou em relação a qual seria a formação do/a instrutor/a de lutas e se esta estaria adequada à demanda necessária da sociedade atual.

Embora haja um entendimento que a Lei 9.696/98 e outras legislações suplementares autorizam o exercício profissional de educadores/as físicos/as como técnicos/as, instrutores/as, professores/as, mestres/as de lutas e artes marciais, muito se discute sobre o "saber fazer", a formação técnica e o treinamento esportivo necessário para as áreas supracitadas, (DRIGO, *et al.*, 2010).

Estas lacunas referentes a área de atuação, acaba por dividir o campo entre os órgãos reguladores (CONFED, CNE, e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), entre outros) que buscam criar identidade profissional para a Educação Física,

incorporando sob sua responsabilidade a maioria das manifestações vinculadas às lutas e artes marciais, dança, lazer, esportes, recreação, ginástica, entre outros, enquanto que de outro lado estão as federações e confederações, que querem manter a identidade de associação esportiva, e também a condição de formadoras de técnicos/as, instrutores/as, professores/as, mestres/as de lutas e artes marciais, enquanto esta profissão não estiver regulamentada (VIEIRA; CORRÊA, 2010).

Diante deste contexto específico se faz necessário a regulamentação da profissão de técnico/a, instrutor/a, professor/a, mestre/a de lutas e artes marciais. Parizotto *et al.* (2017) justifica esta necessidade apontando diversos aspectos deste cenário:

Aspectos como, o atrelamento histórico da Educação Física ao ambiente escolar, somado ao peculiar desenvolvimento das artes marciais como escolas de ofício vinculadas à figura dos mestres, a popularização recente das práticas marciais e sua vinculação com as academias de ginástica, incitaram a necessidade da regulamentação do campo de atuação dos profissionais desta área. (PARIZOTTO *et al.*, 2017, p. 58).

Atualmente tramita no Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei nº 2.889/2008 e outros projetos a ele apensados (nº 6.933/2010, 7.890/2010, 7.813/2010, 1.127/2011, 2.051/2011 e 3.280/2012) que dispõem sobre o ensino, a prática, e o exercício da atividade do/a profissional de lutas e artes marciais. Quando analisado pela Comissão de Turismo e Desporto em 2013, o mesmo foi aprovado e um texto substitutivo foi adotado, fazendo uma coesão entre os projetos, alinhando diretrizes legais e regulamentando o ensino e a prática das lutas e artes marciais e das artes marciais mistas (MMA).

Em seguida o Projeto de Lei nº 2.889/2008, apensos e texto substitutivo foram encaminhados a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público a fim de regulamentar o exercício da atividade de técnico/a, instrutor/a, professor/a ou mestre/a de artes marciais, ressalta-se que estes documentos ficaram em análise na referida comissão entre agosto de 2013 e julho de 2019, quando foi aprovado o parecer. Assim como na Comissão de Turismo e Desporto, um texto substitutivo foi adotado para abordar especificamente as questões do trabalho.

Das propostas apresentadas pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (2019) destaca-se a determinação das atribuições do/a profissional de lutas e artes marciais, a instituição de formas de capacitação técnica para o exercício

profissional da atividade como técnico/a, instrutor/a, professor/a, mestre/a de artes marciais e assegura o direito dos/as profissionais que já ensinam as modalidades continuar atuando, desde que registrados no CREF.

Art. 2º É atribuição do Profissional em Lutas e Artes Marciais a difusão de conhecimentos teóricos e práticos de qualquer modalidade de artes marciais, lutas, esportes de contato e esportes de combate, baseados nas milenares filosofias militares orientais e ocidentais.

Art. 3º A capacitação técnica para o exercício profissional da atividade como Instrutor, Técnico ou Professor será obtida por meio de curso de formação em Educação Física, promovido por instituições de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

§ 1º Considera-se mestre profissional aquele que ostenta a condição mínima de faixa, de título ou de graduação técnica que o especialize concedida por organização que represente oficialmente a respectiva Arte Marcial.

§ 2º Recomenda-se que o graduado em Educação Física tenha experiência prática na respectiva modalidade esportiva oriunda da Arte Marcial, e preferencialmente com registro na respectiva organização desportiva.

§ 3º Ficam desobrigados da graduação em curso de Educação Física os treinadores de atletas de alto rendimento participantes de competições nacionais ou regionais.

Art. 4º Aqueles que na entrada em vigor desta lei estiverem comprovadamente exercendo a função de treinador ou instrutor em qualquer das modalidades oriundas das artes marciais, fica assegurado o direito de continuar atuando na respectiva modalidade devendo se registrar no Conselho Regional de Educação Física na modalidade de Provisionado. (BRASIL, 2019, p. 6-7).

Outro destaque do substitutivo apresentado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público é delimitação do conceito de artes marciais aos aspectos esportivos; com caráter educativo, de saúde, lazer e inclusão social:

Art. 1º Entende-se como arte marcial, para os efeitos desta lei, o termo contemporâneo *“esportes de combate referindo-se às atividades esportivas derivadas das artes marciais tradicionais que se afasta da intenção de matar ou inutilizar o adversário”*, em direção à organização esportiva cujas principais adaptações foram a competitividade, o regramento com controle dos níveis de violência, condições de igualdade entre competições e normas de etiqueta específica de cada modalidade, destinando-se à educação geral, a formação do caráter, à manutenção da saúde física e psíquica e à defesa pessoal dos praticantes.

§ 1º As atividades de que trata o caput deste artigo podem ser com objetivo de rendimento esportivo, saúde, demonstração, lazer, inclusão social e educacional.

§ 2º Entende-se por atividade eminentemente competitiva aquela que desenvolvida sozinha, ou entre duas ou mais pessoas, por meio da análise técnica decorrente de regras previamente estabelecidas pelas entidades organizadoras, deverá despontar um vencedor. (BRASIL, 2019, p. 6, grifo do autor).

Estes avanços no debate sobre a regulamentação da profissão de técnico/a, instrutor/a, professor/a, mestre/a de artes marciais demonstram a busca pela legitimidade e pelo reconhecimento da profissão em suas diversas nuances, entretanto a demora na aprovação e vigor das leis deixam estes profissionais legalmente desamparados, Vieira e Corrêa (2010) resumem a contento o contexto da profissionalização¹⁹ no campo da Educação Física:

Urge a necessidade de se avançar na discussão sobre questões envolvendo a profissionalização da Educação Física, sua regulamentação, legitimação, formação e mercado, bem como a relação poder que se estabelece nos campos de atuação. Contudo, a profissionalização traz respaldo para os seus profissionais, oferecendo-lhes a legitimidade perante a sociedade e a cientificidade necessária como um campo de saber, gerando a afirmação da Educação Física na Universidade, e de lhe dar um corpo de conhecimento teórico, e não mais na tentativa/erro, mestre/artesão. (VIEIRA; CORRÊA, 2010, documento eletrônico).

O conflituoso debate sobre o processo institucionalização da Educação Física, a relação entre os órgãos reguladores (CONFED, CREFs, etc.) e associações esportivas de artes marciais e a inexistência da regulamentação da profissão de instrutor/a de lutas e artes marciais, podem impactar diretamente o contexto laboral deste/a profissional, entretanto é prematuro afirmar que estas condições afetam de formas diferentes homens e mulheres, visto que ainda carecem estudos devidamente aprofundados nesta perspectiva.

¹⁹ Neste estudo o termo “profissionalização” refere-se a habilidades especializadas, função social, corpo de conhecimento exclusivo, treinamento extenso, organização ou categoria profissional. (VIEIRA; CORRÊA, 2010, documento eletrônico).

CAPÍTULO III

APROXIMAÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA E DE SEU CONTEXTO

Neste capítulo primeiramente discorreu-se sobre o conceito de Esporte, a etimologia do termo, e suas mudanças históricas até a atualidade, considerando as influências das lutas e artes marciais e da categoria “gênero” na construção do conceito. Em um segundo momento historicizou-se a trajetória da mulher no esporte, descrevendo cronologicamente as principais marcas históricas femininas neste meio, considerando feitos nacionais e internacionais, destacando as realizações das mulheres no campo das lutas e artes marciais.

Posteriormente apresentou-se o Jiu-jitsu, sua história e a inserção da mulher neste esporte, enfatizando algumas das precursoras da arte marcial, no Japão, na Europa e no Brasil. Para tanto foram usados estudos dos/as autores/as Ana Miragaya (2002), André Mendes Capraro (2018), Antônio Carlos Simões (1999), Carla Mais (2019), Gabriela Conceição de Souza (2006, 2011), Helena Altmann (2014, 2017), Jose Luis Castillo Morales (2017), Katia Rubio (1999, 2003), Kauê Bizzar (2017), Ludmila Mourão (2000, 2002), Manuel Tubino (1999), Mike Callan (2017), Riqueldi Straub Lise (2018), Silvana Vilodre Goellner (2005), Victor Andrade de Melo (2010), entre outros/as, acadêmicos/as reconhecidos/as pelos estudos do campo esportivo.

3.1. O CONCEITO DE ESPORTE

O conceito de Esporte se transformou ao longo da história, o significado deste passou por mudanças que se mesclam com a evolução da prática esportiva. Iniciando com o *sport* inglês, perpassando pelo *desporto* português e o “esporte” brasileiro, as etimologias dos termos narram uma trajetória.

Em meio a este contexto salienta-se a dicotomia entre o conceito de Esporte moderno e o Esporte na atualidade, destacando o processo de inclusão das mulheres e a evolução dos estudos no campo.

3.1.1. O *Sport* Inglês

Originária do francês antigo (*disport*) a palavra *sport* veio do latim *deportare*, que significa “enviar para fora” (mesma origem da palavra deportar). Já o significado do termo *sport* como realização de práticas esportivas, tem origem no século XIV na Inglaterra quando os marinheiros usavam as expressões “fazer esporte”, “desportar-se” ou “sair do porto” para explicar seus passatempos que envolviam habilidades físicas (TUBINO, 1999).

No século XVIII, já se identifica o uso de *sportsman* (esportista), para designar o envolvido constantemente com a prática esportiva, e *sportsmanship* (esportivo), para designar uma natureza de envolvimento, tornando o conceito mais preciso (MELO, 2010a). No início do século XIX surge o adjetivo *sporting* (esportivo/a) e seus desdobramentos, vocábulos que ligam o fenômeno esportivo a um estilo de vida: *fashion sportswear* (roupa esportiva) ou *sporting car* (carro esportivo), e palavras que designam melhor as peculiaridades das modalidades, como por exemplo: *crack*, *ace*, *corner* etc.. Configurando uma terminologia própria, mais delineada, indicando uma nova construção conceitual (MELO, 2010a).

Nos anos iniciais do processo de nascimento do *sport* muitas atividades eram realizadas no campo, tais como: as corridas de cavalo, a caça e a pesca. Para Melo (2010a) essas práticas configuravam como um elemento de status e distinção, não acessível a todos, nem mesmo a uma parte da classe média. Entretanto também eram denominadas *sports* algumas atividades de maior popularidade entre as camadas sociais mais pobres, entre elas se destacam as brigas de animais e as touradas.

Outro *sport* usual entre os ingleses eram as lutas corporais, estas já eram populares antes do século XVIII, mas a princípio, não havia muitas regras, árbitros, limite de tempo, proteção para os lutadores ou mesmo uma técnica única, misturava-se elementos do que, no futuro, comporiam estilos diversos. Segundo Melo (2010a) a vitória era consagrada quando um dos participantes desistisse, desmaiasse ou viesse a morrer.

No século XVIII, as lutas tornaram-se mais organizadas, com o surgimento dos “empresários” que estruturaram a prática de acordo com o espírito comercial. Devido ao crescente interesse financeiro, a necessidade do estabelecimento de normas tornou-se latente, Melo (2010a) enfatiza que junto com esta necessidade de normatização, surge o

desejo de registrar os feitos dos campeões, os primeiros profissionais responsáveis pela preparação de lutadores, um calendário de combates, entre outros procedimentos.

Estas mudanças contemplaram o que Elias e Dunning (1992) designaram de esportivização de determinados jogos, definindo regras e procedimentos normativos que vieram a ser amplamente difundidos pelo mundo.

Neste período o conceito moderno de Esporte começa a ser concebido, é marcado por novas dimensões culturais relacionadas às classes médias, tais como: a organização de entidades representativas locais, nacionais e internacionais (o clube), a criação de um calendário próprio, o envolvimento de um corpo técnico especializado com: treinadores, preparadores físicos, dirigentes, gestores, psicólogos, médicos, entre outros, a geração um mercado esportivo, que extrapolou os limites do esporte (MELO, 2010a).

No século XVIII a ideia de competição tornou-se mais clara, mesmo que não totalmente preponderante, Melo (2010a) ressalta que estas mudanças se estabeleceram justamente no período pós-guerra, quando se consolidou na Inglaterra um cenário de ascensão da burguesia, como uma elite intelectual que defendia direitos civis, reformas sociais e inclusão social das classes médias. Os desdobramentos destes processos colocariam a Inglaterra como símbolo do progresso nos séculos XVIII e XIX, e contribuíram para estruturação progressiva do esporte, marcado pela ideia de racionalidade, conforme aponta Melo (2010a).

3.1.2. O Desporto Português

Naquele que é considerado o mais antigo dicionário de português, o *Vocabulário Portuguez e Latino* escrito no século XVIII por Raphael Bluteau, encontra-se a palavra “desporto”, esta é descrita como “divertimento”, mesmo sentido do termo italiano que lhe deu origem *diporto* que significa “prazer”, “diversão”. No *Diccionario de Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1813), “desporto” é definido como “divertimento”, e também como “recreação”, o mesmo se observa em outros dicionários da época, conforme afirma Melo (2010b).

O significado de “desporto” só veio a ser modificado no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, lançado após a aprovação do acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945. De acordo com Melo (2010b) “desporto” foi descrito prioritariamente como “prática sistemática de exercícios físicos”, além disso, diferentemente dos outros,

constatou-se a presença de derivados como: desportista, desportivo e desportismo. Também foi incluída a palavra “esporte” apresentada como um neologismo brasileiro, usada no mesmo sentido de “desporto”.

De acordo com Melo (2010b) possivelmente esta unificação de sentidos ocorreu porque tanto no Brasil, quanto em Portugal durante um bom tempo usava-se o termo *sport* para definir as peculiaridades da prática esportiva, assim como os ingleses. Segundo Melo (2010b) tanto no Brasil como em Portugal, os primeiros periódicos especializados em esportes usavam comumente a expressão inglesa.

No Brasil o termo “desporto” é constantemente utilizado na escrita legal. De acordo com Tubino (1999) essa influência ocorreu por meio de João Lyra Filho, que redigiu o Decreto Lei 3199, de 1941, a primeira lei do esporte no país, que institucionalizou o esporte nacional. Observa-se que esta opção foi feita antes do acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945, e desde então essa palavra vem-se mantendo nos textos legais, inclusive na Constituição de 1988 (artigo 217), em que o desporto apareceu pela primeira vez como matéria constitucional (TUBINO, 1999).

3.1.3. O Esporte Moderno *versus* Esporte para Todos

O que se entende hoje por Esporte moderno resultou de um processo de esportivização da cultura corporal inglesa a partir de movimentos das classes populares e da nobreza. Segundo Elias e Dunning (1992) a concepção e organização do esporte estão intimamente relacionadas com os processos sociais e políticos que se estabeleceram nos Estados Nações Britânicas ao longo dos séculos XVII e XVIII.

O inglês Thomas Arnold, considerado o idealizador do Esporte moderno, inseriu no esporte um caráter utilitário, com destaque para o jogo, a competição e a formação, conforme afirma Tubino (1999). A competição e o jogo já caracterizavam as práticas esportivas da Antiguidade, mas quanto à formação, Arnold acreditava que o corpo era um meio para a moralidade, definindo o esporte como um auxiliar do corpo.

Para Thomas Arnold a única perspectiva do esporte era o rendimento atlético, em que havia a necessidade de campeões, classificações, regras, entidades, dirigentes, árbitros, entre outros.

De acordo com Tubino (1999) essa percepção do esporte durou até praticamente o final da década de 1970, quando a Carta Internacional de Educação Física e Esporte defendeu o direito de acesso de todas as pessoas às práticas esportivas. A partir daí, o

rendimento esportivo passou a ser substituído gradualmente pelas práticas esportivas para todos, independentemente de gênero, idade, raça, estado físico etc. (TUBINO, 1999).

Essa mudança do conceito de Esporte perpassou pelo crescimento da relevância social das práticas esportivas, pelo aparecimento de uma intelectualidade internacional que contestava e discutia os exageros nas competições e na gestão esportiva e pelo nascimento da sociologia do esporte. Segundo Tubino (2001) toda esta movimentação no contexto esportivo provocou uma revisão conceitual do esporte, culminando nos chamados Documentos Esportivos Filosóficos Internacionais, no desenvolvimento do movimento *Esporte para Todos* e da Carta Internacional de Educação Física e Esporte.

Assim, surgiu a campanha que veio a ser consagrada na Europa como *Esporte para Todos*. Apetrechada de uma forte componente lúdica, participativa e de sociabilidade, esta campanha pretendia fomentar os valores sociais no esporte e difundir a prática esportiva como uma percepção de esporte educador, social e participativo, visto como um direito de todos (MARIVOET, 2002).

Nesta mesma retórica a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO, 1978) além de consolidar em um documento toda a discussão internacional em torno do esporte, serviu como marco para um novo conceito deste fenômeno, ainda criou a perspectiva do direito à prática esportiva (TUBINO, 2001).

Neste contexto de mudanças o estudo da categoria “gênero” no campo das atividades físicas e esportivas também passou a ser foco de atenção de organizações internacionais. A *International Association of Physical Education & Sport for Girls and Women* (IAPESGW - Associação Internacional de Educação Física e Esporte para Meninas e Mulheres) foi uma das primeiras criadas para este fim, a associação foi fundada em 1949 com a pretensão de que mulheres professoras de educação físicas se reunissem e compartilhassem suas ideias, métodos, programas, problemas e soluções entre si (ALTMANN, 2017).

Atualmente a IAPESGW é membro do *International Council of Sport Science and Physical Education* (ICSSPE - Conselho Internacional de Ciência do Esporte e Educação Física), e reúne pesquisadores/as, professores/as e outros profissionais de mais de 40 países, realizando encontros internacionais e regionais, bem como organizando publicações e estudos sobre a temática (FERREIRA, 2016).

Em 1994 na cidade de Brighton (Reino Unido), realizou-se a primeira Conferência Mundial sobre Mulheres e Desporto, reunindo à mesma mesa políticos e

entidades com responsabilidades na tomada de decisão em nível nacional e internacional na área esportiva (ALTMANN, 2014). Nesta conferência foi endossada a Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte, segundo Altmann (2014) este documento foi baseado na Declaração Universal de Direitos Humanos, contendo diretrizes para combater, em âmbito internacional, as desigualdades de gênero no campo esportivo. Para Altmann (2014) a Declaração teve a seguinte finalidade:

O objetivo primordial da Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte é o de desenvolver uma cultura esportiva que permita e valorize a participação plena das mulheres em todos os aspectos do esporte. Para isso, apresenta princípios que devem guiar ações destinadas a aumentar a participação das mulheres no esporte em todos os níveis, funções e papéis. (ALTMANN, 2014, p. 5).

No Brasil, a temática de “gênero” também está inserida no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, uma entidade científica que congrega pesquisadores/as ligados/as à área de Educação Física/Ciências do Esporte, por meio do Grupo Temático de Trabalho e Gênero, criado em 2013 (ALTMANN, 2017).

3.3. A MULHER E O ESPORTE: ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS

A história de inclusão das mulheres no esporte é marcada por uma série de conflitos causados principalmente por uma trajetória de desigualdades entre os gêneros, onde se destaca a dominação masculina (MIRAGAYA, 2002). Para analisar a inserção da mulher no meio esportivo é necessário resgatar o contexto histórico e social onde este fato iniciou a fim de trazer à memória a mudança gradual de paradigmas acerca do feminino.

Os primeiros registros de grandes eventos esportivos encontrados são dos Jogos Olímpicos da Antiguidade (entre 776 a.C. e 393 d.C.), segundo Miragaya (2002) este era considerado o evento esportivo mais importante do planeta, onde competidores se reuniam a cada quatro anos para participarem de jogos esportivos de variadas modalidades. Entretanto somente os homens podiam competir, às mulheres jovens e solteiras era concedida apenas a permissão para assistir aos Jogos Olímpicos, algumas chegaram a ser oferecidas como prêmio para vencedores destas competições (MIRAGAYA, 2002).

Uma das poucas formas das mulheres participarem das Olimpíadas da Antiguidade era indiretamente, como a criadora de cavalos de raça, a princesa espartana Kyniska, a primeira mulher a ganhar uma medalha de ouro nos Jogos e ter seu nome incluído entre os heróis olímpicos, com direito a estátua em sua homenagem, ela venceu os Jogos Olímpicos da Antiguidade de 396 a.C. e de 392 a.C. (CHIÉS, 2006). Abaixo figura desenhada da princesa Kyniska em exposição no Museu do Brooklyn.

Figura 1 – Kyniska desenhada com seus cavalos na Biografia de Mulheres Ilustres de Roma, Grécia e o Baixo Império, publicada em 1825.



Fonte: Caissie, (2020). Disponível em: <https://theconversation.com/hidden-women-of-history-kyniska-the-first-female-olympian-123909>. Acesso em: 03/11/2021.

Esta exceção deve-se principalmente a influência política da família da princesa Kyniska, e a crença dos/as espartanos/as que as mulheres deviam ser saudáveis, com bom condicionamento físico, a fim de ter filhos/as fortes, colocando a atividade física a serviço da função feminina de procriação, conforme afirmam Rubio e Simões (1999). As mulheres espartanas tomavam parte em todos os exercícios e trabalhos considerados "masculinos", inclusive a luta e o pugilato. Os exercícios tinham por objetivo desenvolver na mulher a força física, para a realização de trabalhos domésticos e para conceber filhos/as fortes (CHIÉS, 2006).

A educação feminina em Esparta também era função do Estado, o dever das mulheres era, antes de tudo, trazer à pátria filhos sadios e vigorosos. Elas praticavam em campos especiais, divididas em classes, conforme a idade, o salto, a corrida, a luta, o lançamento de disco e de dardo, o canto e a dança [...] (CHIÉS, 2006, p. 104).

Entretanto, a mulher ateniense não era incentivada a praticar esportes, especialmente porque os gregos de Atenas eram altamente competitivos e acreditavam que a excelência esportiva só se dava entre os homens, conforme afirma Miragaya (2002). Segundo a autora, os gregos atenienses acreditavam que a força, competitividade, agilidade, velocidade e outras qualidades físicas eram inerentes ao gênero masculino.

Os Jogos Olímpicos da Antiguidade duraram doze séculos (até 393 d.C.), foram abolidos após a conquista da Grécia pelo imperador romano Teodósio II (MIRAGAYA, 2002). Durante a Idade Média os espetáculos públicos tornaram-se assunto privado, Rubio e Simões (1999) explicam que tanto mulheres quanto homens envolviam-se numa ampla variedade de jogos esportivos. A partir do século XII o feudalismo e as cruzadas marcaram um período onde a mulher passou a desenvolver diversos papéis sociais, esperava-se que a nobre fosse educada para além do ler e escrever. A esta era ensinada a arte da caça com falcões, o jogo de xadrez, a contar histórias, a responder questões com sagacidade, a cantar, a tocar vários instrumentos musicais e a dançar (RUBIO; SIMÕES, 1999).

Essa condição feminina de partícipe da vida pública sofreu alterações significativas a partir do século XVII, época em que o poder passou a ser centralizado e exercido pela Igreja, este período denominado “A Caça às Bruxas” foi de grande perseguição à mulher, elas perderam seus direitos individuais e passaram a ser subjugadas pelos maridos ou, quando solteiras, pelos parentes homens (MURARO, 2002). Um reflexo deste quadro é que a mulher foi absolutamente excluída das atividades esportivas e de lazer, como afirmam Rubio e Simões (1999).

A partir do final do século XVIII e início do XIX, em meio ao início do protestantismo, à revolução industrial e posteriormente a revolução francesa, a mulher passou a participar novamente da vida pública, conforme explica Muraro (2002). No esporte não foi diferente, os cavalheiros ingleses passaram a levar suas esposas a competições de lutas esportivas, remo, corridas de cavalos entre outros eventos. Um dos esportes mais populares da época, o boliche, ainda que predominantemente praticado por homens, contou com grande adesão feminina principalmente na Inglaterra, este fenômeno passou a ocorrer com outras modalidades (críquete, bilhar, arco e flecha), e estendeu-se a países como Alemanha e França (RUBIO; SIMÕES, 1999).

Apesar da aparente aproximação feminina das práticas esportivas, mesmo sem ter a competição como objetivo principal, a restauração dos Jogos Olímpicos da Era Moderna em 1896 não refletiu essa realidade. O barão Pierre de Coubertin, pedagogo e historiador francês fundador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna manteve a antiga tradição grega e excluiu as atletas dos Jogos.

Coubertin era completamente contra a prática de esportes e atividades físicas pelas mulheres, Oliveira, Cherem e Tubino (2008) apontam que Coubertin considerava os jogos um local apropriado para representar a figura competitiva do homem, relacionando o esporte com uso da força, virilidade, coragem, moralidade e masculinidade. No que se refere ao esporte, ele acreditava que o papel da mulher era de encorajar seus filhos a vencer, não cabendo a elas baterem recordes. Como relata Lunzenfichter (1996) citado por Miragaya (2002), Coubertin ainda afirmou que a participação feminina nas Olimpíadas seria impraticável e desinteressante, logo após obter o apoio do papa Pio XI, que condenou a prática de esportes por mulheres.

Entretanto na segunda edição das Olimpíadas, em Paris no ano de 1900, lacunas na organização e a falta de coesão do Conselho Olímpico Internacional (COI) no controle do programa dos jogos, permitiu que duas modalidades fossem destinadas às mulheres (o golfe e o tênis), estes eram considerados esportes esteticamente belos que não comprometiam a feminilidade das competidoras, pois não havia contato físico entre elas, como aponta Devide (2002). Nesta Olimpíada, a britânica Charlotte Cooper consagrou-se como a primeira campeã Olímpica dos Jogos Modernos, título conquistado no tênis feminino. Abaixo fotografia de Charlotte Cooper nos Jogos Olímpicos de 1900 em Paris:

Figura 2 - Jogos de 1900, Charlotte Cooper.



Fonte: Ribeiro *et al.* (2013). Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd179/mulheres-nos-jogos-olimpicos.htm>. Acesso em: 03/11/2021.

Nos Jogos de 1912, em Estocolmo, depois de uma batalha que durou vários anos permitiu-se a participação feminina em provas de natação, entretanto as atletas norte-americanas foram impedidas de competir, pois o Comitê Olímpico Americano (COA) não autorizou as atletas competirem em modalidades onde não eram usadas saias longas. Logo nenhuma nadadora obteve o consentimento para participar dos jogos, em protesto as tenistas também se recusaram a competir no evento (DEVIDE, 2002).

Em 1916 os Jogos Olímpicos não foram disputados, em decorrência da primeira guerra mundial. Em 1917 a francesa Alice Milliat reivindicou ao COI o direito das mulheres terem o mesmo programa olímpico destinado aos homens, em face da negativa Milliat fundou em 1921 a Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI). No ano de 1922 em Paris, foi organizada a primeira edição dos Jogos Olímpicos Femininos com exclusiva participação de mulheres, a competição reuniu cerca de 300 atletas, em onze provas e mais de vinte mil espectadores (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008). Na fotografia a seguir vemos Alice Milliat como única representante feminina participante de um júri técnico de atletismo nos Jogos Olímpicos de 1928.

Figura 3 - Alice Milliat, membro do júri de atletismo nos Jogos Olímpicos de Amsterdã em 1928.



Fonte: Fondation Alice Milliat (2021). Disponível em:
<https://www.fondationalicemilliat.com/alice-milliat>. Acesso em: 03/11/2021.

Após a primeira edição dos Jogos Olímpicos Femininos, a FEFI reeditou o evento com o nome de Jogos Femininos Mundiais (*The Women's World Games*) a cada

quatro anos, até 1934, com um programa de provas maior que a realizada nos Jogos Olímpicos tradicionais, incluindo modalidades por eles proibidas, como as provas de salto e de longa distância do atletismo (MIRAGAYA, 2002). A perseverança de Alice Milliat em conjunto com outras mulheres, aos poucos levou o COI a inserir modalidades do atletismo no programa olímpico feminino (MIRAGAYA, 2002).

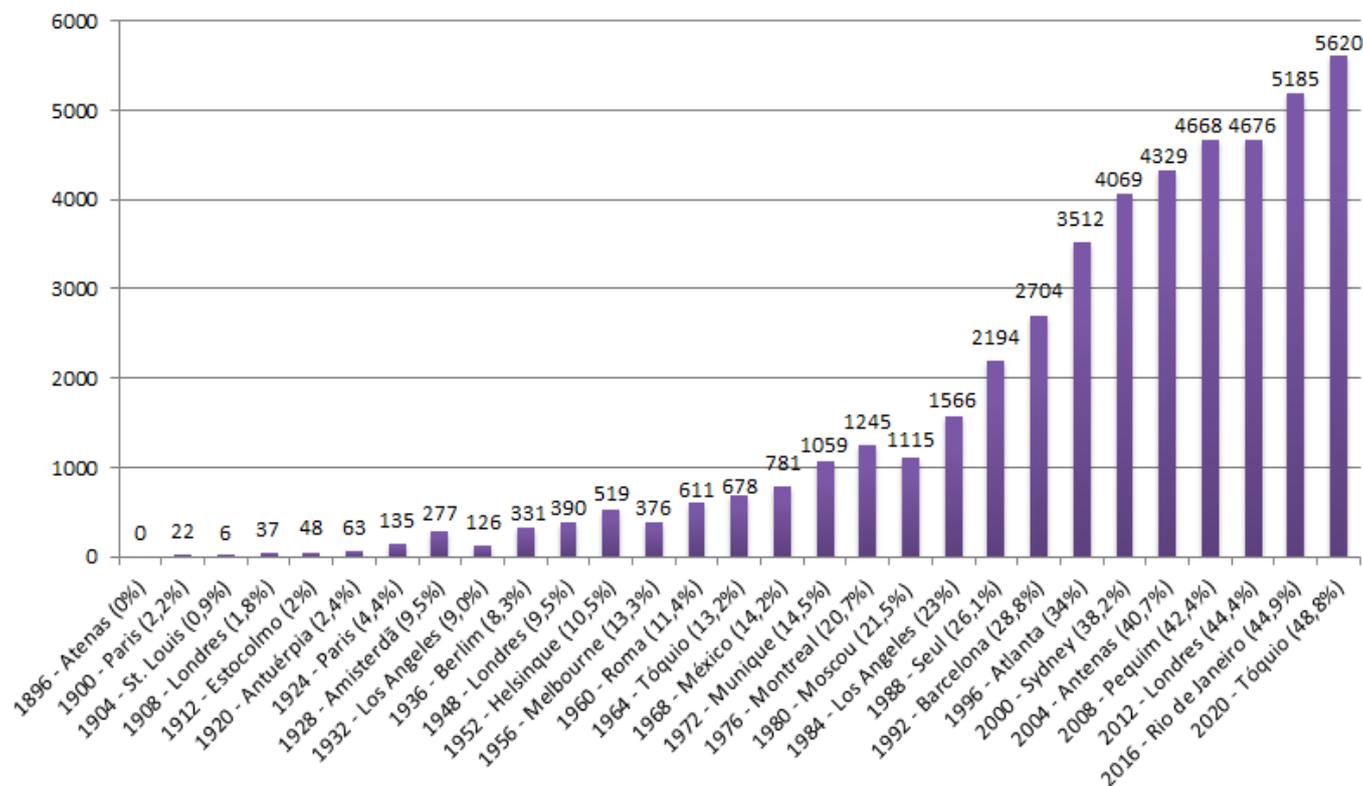
Em 1928 eram cinco modalidades femininas nas Olimpíadas, entre elas o atletismo, incluído pela primeira vez nos jogos em caráter de exibição, restrito a cinco provas. Segundo Fernandes (2014) o esporte esteve entre as modalidades proibidas, pois acreditava-se que os saltos e as corridas de meio fundo e fundo acarretariam danos aos órgãos reprodutores femininos. A inclusão do atletismo nos Jogos de 1928 foi considerada uma vitória, mas um fato colocou em risco este avanço; ao final da prova dos 800 metros rasos, algumas atletas desfaleceram na pista oferecendo argumentos àqueles que defendiam a exclusão feminina baseados na sua “incapacidade física” para provas de resistência, mesmo depois dos técnicos argumentarem que as atletas não foram preparadas adequada e especificamente para aquela prova (SOARES, 1988).

Os Jogos de 1932 (Los Angeles) e 1936 (Berlim) foram marcados por um aumento considerável de mulheres, chegando a representar 10% do total de participantes. Ao final da década de 70 surge uma movimentação no contexto esportivo internacional em prol da democratização das práticas esportivas, promovida principalmente por intelectuais reconhecidos de diversas áreas desportivas, movimentos como o *Esporte para Todos*, a Carta Internacional da Educação Física e Esporte, a Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte, entre outras iniciativas contribuíram para incentivar a prática esportivas entre as mulheres, inclusive em termos competitivos.

Diante destas transformações contextuais os números têm sofrido mudanças, como por exemplo, o aumento de modalidades e da quantidade de participantes do gênero feminino nas disputas internacionais, a exemplo da Olimpíada de Tóquio 2020²⁰, as mulheres representaram 48,8% do total de participantes, em 32 modalidades diferentes. Anteriormente nas Olimpíadas do Brasil (2016) o percentual foi de 44,9% em 28 modalidades, em Londres (2012) o percentual de participação feminina foi de 44,4%, em 26 modalidades; já em 2008 na China as mulheres eram 42,4% do total de atletas, em 26 modalidades esportivas (COI, 2018, 2021a).

²⁰ Realizada entre julho e agosto de 2021, em razão da pandemia da COVID-19.

Gráfico 5 – A progressão da participação feminina nos Jogos Olímpicos Modernos.



Fonte: gráfico elaborado pela pesquisadora, a partir de dados do COI (2021a).

Ressalta-se que nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, diretrizes importantes foram traçadas para criar um programa de eventos com equidade de gênero, dentre estas diretrizes destaca-se: quatro modalidades passaram ter o mesmo número de provas femininas e masculinas (canoagem, remo, tiro e levantamento de peso). No que se refere ao nível de modalidade, as mulheres puderam participar das corridas de BMX, das disputas de *mountain bike* e da luta livre. Em termos de cotas de atletas, seis modalidades tiveram igualdade de gênero pela primeira vez (canoagem, judô, remo, vela, tiro e levantamento de peso). Destaca-se também que os cinco novos esportes incluídos na Olimpíada de Tóquio (beisebol/softball, caratê, skate, escalada rápida e surfe) contaram com provas femininas, além das mudanças no programa do evento, o número de provas mistas dobrou em comparação com o Rio 2016 (COI, 2021a).

No que tange a participação nos órgãos decisórios, técnicos e de arbitragem, a presença feminina ainda é pouco significativa, o predomínio masculino se mantém ao longo de mais de 100 anos, segundo afirmam Rubio e Simões (1999).

Se considerarmos o Comitê Olímpico Internacional como exemplo, atualmente este possui 102 membros/as, destes/as 38 são mulheres, uma representação feminina de

37,25% (COI, 2021b), entretanto somente no ano de 1990 a primeira mulher foi eleita para ocupar um cargo executivo no COI - Flor Isava-Fonseca. O cargo mais alto ocupado por elas foi o de Vice-presidente do Conselho Executivo: Anita DeFrantz (1997-2001; 2017-2021), Gunilla Lindberg (2004-2008), Nawal El Moutawakel (2012-2016), salienta-se que o referido Conselho Executivo, fundado em 1921, é composto pelo/a presidente/a do COI, quatro vice-presidentes/as e dez outros/as membros/as, e que em apenas quatro mandatos as mulheres obtiveram uma vaga na vice-presidência. Em 2021, cinco mulheres compõem o Conselho Executivo do COI, um percentual de 33,33% do total de membros/as, conforme dados do COI (2021b).

Destaca-se também que o aumento significativo da presença feminina nas Olimpíadas não se deu naturalmente, em 1996 (quatro anos após o ingresso de Flor Isava-Fonseca no Conselho Executivo), o COI recomendou que as Federações Internacionais, as Federações Nacionais e os Comitês Olímpicos Nacionais definissem uma meta mínima de dez por cento das mulheres em cargos de tomada de decisão até o ano 2000, e vinte por cento até 2005. Conforme a implantação da recomendação, esta meta foi revisada para um mínimo de trinta por cento até 2020. As Federações e Comitês foram incentivados a adotar medidas de apoio para ajudá-los a alcançar e superar o objetivo de promover a igualdade de gênero nas Olimpíadas COI (2021a).

Um provável reflexo deste movimento iniciado pelo COI em 1996 e posteriormente expandido em diversas outras ações, foi o aumento exponencial no percentual de participação das atletas nas Olimpíadas, que subiu de 34% em Atlanta (1996) para 48,8% e Tóquio (2020) conforme afirma o COI (2021a).

3.4. A MULHER BRASILEIRA NO CONTEXTO DO ESPORTE E DAS LUTAS ESPORTIVAS

A inserção das mulheres brasileiras no mundo esportivo data de meados do século XIX. No entanto, é a partir das primeiras décadas do século XX que a participação se amplia adquirindo, portanto, maior visibilidade. Vale lembrar que nos primeiros anos do século XX, o Brasil está imerso em grandes transformações, tais como: o desenvolvimento industrial, as novas tecnologias, a urbanização das cidades, o fortalecimento do Estado, as manifestações operárias, entre outros fatores, formando o tecido das novas demandas sociais, no qual circulam valores conservadores e

revolucionários que tanto promovem a legitimação do já instituído, quanto procuravam a experimentação de novas possibilidades culturais, conforme afirma Goellner (2005).

Entre meados do século XIX até o Estado Novo, no Brasil o esporte desconhece a interferência do governo estatal. Embora existisse uma esfera esportiva integrada à vida cotidiana, com modalidades, campeonatos e clubes regimentados, essas estruturas provinham de entidades organizadas pela sociedade civil, conforme apontam Pimentel e Mezzadri (2007).

Quanto às modalidades de lutas e esportes de combate femininos, se difundiram pelo país de diferentes formas, a luta romana, por exemplo, chegou ao Brasil no início do século XX. Segundo Melo (2007) por volta de 1910 nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo era possível encontrar mulheres praticavam luta romana, geralmente em shows circenses e espetáculos teatrais mescladas às apresentações de ginástica e acrobacias. Melo (2007) destaca ainda que nestas apresentações eram comuns mulheres com musculaturas exageradas, com roupas e posturas marcantes, que assustavam e fascinavam o público por ser o oposto do que se entendia por "feminilidade" na época.

Entre muitas outras que ganhavam a vida, assustavam e encantavam o público com suas *performances*, podemos citar as norte-americanas Josephine Schauer (conhecida como Minerva) e Belle Gordon, a belga "Athleta", a austríaca Katie Brumbach, apelidada de "Sandwina", uma referência a Eugene Sandow, reconhecido pelo seu porte físico e por desenvolver um método de treinamento físico. (MELO, 2007, p. 146, grifo do autor).

A fotografia abaixo de um espetáculo circense em 1910 tem como protagonista Sandwina, que se apresentava como a mulher mais forte do mundo, fazendo exhibições em vários países da Europa e América, segundo Correa (2013) Sandwina participou de um desafio de força em Nova York com Eugene Sandow e sagrou-se vencedora ao levantar 136 quilos acima de sua cabeça, enquanto o fisiculturista não conseguir erguê-la além da altura do peito. O nome Sandwina, o duplo feminino de Sandow, foi inventado neste dia conforme aponta Correa (2013).

Figura 4 – Sandwina, 1910.



Fonte: Correa (2013). Disponível em: <https://historiadosporte.wordpress.com/2013/04/>. Acesso em: 03/11/2021.

No início do século XX as práticas corporais e esportivas tornaram-se acessíveis e uma opção de divertimento. Proliferavam, nos centros urbanos, os clubes recreativos, as agremiações, os campeonatos, os certames esportivos, os parques de lazer, os campos de futebol, os estádios, entre outros eventos esportivos, ao mesmo tempo em que se multiplicaram os espectadores e os participantes (GOELLNER, 2005). Na Olimpíada de 1932, sediada em de Los Angeles, o Brasil registrou a participação da sua primeira atleta: a nadadora paulista Maria Lenk, então, com 17 anos de idade (OLIVEIRA, CHEREM e TUBINO, 2008). Segue abaixo fotografia de Maria Lenk em sua primeira competição feminina aquática interestadual, com representantes de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Figura 5 - Em 1931, na enseada de Botafogo, Maria Lenk e Marina Cruz.



Fonte: Rezende (2015). Fonte: Disponível em: <https://www.acerj.com.br/4473-maria-lenk-uma-licao-de-vida/>. Acesso em: 03/11/2021.

Em meio a um contexto internacional de mudança e inovações que vinham da Europa, chegam também ao Brasil os ecos das lutas femininas, que projetam novas perspectivas para as mulheres brasileiras. Goellner (2005) afirma ainda, que o desejo de ampliar a participação feminina em espaços esportivos predominantemente masculinos, fez com que a sociedade brasileira se mobilizasse, o que culminou na organização de competições para a participação exclusivamente feminina, cuja primeira edição aconteceu, respectivamente, em 1935, os Jogos Femininos do Estado de São Paulo; em 1949, os Jogos da Primavera no Rio de Janeiro; e em 1954, os Jogos Abertos Femininos em Porto Alegre.

Apesar do fascínio exercido pelas lutas romanas femininas no início do século XX, a presença das mulheres em esportes hegemonicamente “masculinos” sempre foi controversa, inclusive em âmbito legal. Com o advento do Estado Novo caracterizado pela forte centralização estatal e pelo empenho na construção de uma identidade nacional por meio de intervenção em esferas da vida cotidiana, como saúde, trabalho, educação e, inclusive, no esporte (PIMENTEL; MEZZADRI, 2007).

A partir daí o Estado pensa o esporte como um instrumento de projeção internacional, assim, cria-se o Conselho Nacional de Desportos (CND), com o objetivo de controlar e fiscalizar todas as questões relacionadas às atividades físicas. Em 1941, o General Newton Cavalcanti apresentou, ao CND, subsídios para a oficialização da interdição de mulheres em algumas modalidades esportivas, por meio do artigo 54 do Decreto Lei n. 3.199, as mulheres ficam impedidas de praticar esportes considerados incompatíveis com a sua “natureza”, como as lutas e outras modalidades que exigiam maior contato corporal e extravasasse agressividade (MOURÃO, 2002). As demais modalidades eram permitidas, desde que deixassem a graciosidade e a beleza feminina à mostra, respeitando determinadas restrições.

Ao final dos anos 50 e no início dos 60, o Brasil viu despontar um ícone do esporte nacional, a tenista Maria Esther Bueno, que conquistou espaço no cenário esportivo internacional ao vencer o Campeonato de Wimbledon nos anos de 1959, 1960 e 1965, na categoria individual, e em 1958, 1960, 1963, 1965 e 1966, na categoria de duplas (GOELLNER, 2005).

Em 1964, a atleta Aída dos Santos, foi a única mulher da delegação brasileira a ir aos Jogos Olímpicos de Tóquio e bravamente conquistou o 4º lugar no salto em altura, conforme destaca Goellner (2005), Aída dos Santos obteve a melhor participação brasileira naquela Olimpíada, sem que tivesse técnico, ou mesmo as sapatilhas adequadas para a competição.

Mais tarde em 1965 durante a ditadura militar, o Estado proibiu a participação da mulher em alguns esportes específicos por meio da Deliberação nº 7/65, que estipulou: “Não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, halterofilismo e beisebol.” (MOURÃO, 2002, p. 833).

Somente a partir da segunda metade da década de 1970, após profundas transformações sociais, culturais e políticas, a distensão da ditadura militar e com o desenvolvimento do movimento feminista, o Brasil abriu espaço para a discussão acerca da posição da mulher esportista na sociedade, inclusive no âmbito legislativo. Em 1977, é instaurada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para examinar a situação da mulher em diferentes atividades e para verificar até que ponto a legislação vigente contribuía para as desigualdades de gênero na sociedade brasileira. A CPMI contou com depoimentos de mulheres de diferentes campos, dentre elas, estavam a nadadora Maria Lenk e a jornalista e tenista Íris Carvalho, que, em seus discursos, sugeriram a revogação da Deliberação nº 7/65 e reivindicaram o direito de escolha de se expor ou não aos perigos de esportes de maior contato físico (SOUZA; MOURÃO, 2011).

As transformações políticas, influenciadas pela pressão da sociedade civil, levaram à revogação da Deliberação nº 7/1965 por meio da Deliberação nº 10 de 1979, o que permitiu às mulheres praticarem e competirem em quaisquer atividades esportivas. Apesar do avanço, a legislação ainda era restritiva, pois estava condicionada à exigência da entidade internacional da modalidade realizar campeonatos e torneios oficiais com mulheres ou mistos. Caso contrário, deveria ser solicitada uma autorização ao CND para a modalidade ser praticada (BRASIL, 1984), apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, foi que as mulheres tiveram a garantia de igualdade legal em todos os âmbitos sociais, inclusive no esporte (BRASIL, 1988).

Apesar das legislações oficiais restringirem a participação feminina no esporte, muitas mulheres que se dedicavam às práticas esportivas, indiferentes às convenções

morais e sociais, aderiram ao esporte independente do discurso hegemônico, incentivadas ou não, a participarem de determinadas modalidades.

Em 1979, Joaquim Mamede de Carvalho e Silva, presidente da Confederação Brasileira de Judô, inscreve mulheres, utilizando nomes masculinos, no campeonato Sul-americano de judô, na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Este artifício foi criado devido às proibições do Decreto nº 7/65. Das quatro judocas que participaram da competição, duas levaram medalhas de ouro e uma a medalha de bronze, após ser descoberto e ser chamado para prestar esclarecimentos ao CND, Mamede levou as atletas de quimono com as suas medalhas no peito, fato este que futuramente contribuiu para a revogação desta proibição (SOUZA, 2006). Abaixo fotografia da primeira equipe brasileira feminina de judô a participar de um evento internacional, em Montevidéu, no Uruguai, em outubro de 1979.

Figura 6 - Cristina Maria de Carvalho e Silva, Kazue Ueda, Ana Maria de Carvalho e Silva e Patrícia Maria de Carvalho e Silva, em Montevidéu, em outubro de 1979.



Fonte: Judô Feminino (2010). Disponível em: <https://judofeminino.wordpress.com/page/2/>. Acesso em: 03/11/2021.

No Paraná, a judoca Amélia Domingues relatou que em 1970 (quando ainda vigorava as proibições do Decreto nº 7/65), era proibido para as mulheres até mesmo pisar no dojô²¹:

²¹ Local onde se pratica artes marciais como o Judô e o Jiu-jitsu. Consiste em uma área de vários tatames (peças de materiais que absorvam impactos seja borracha, palha de arroz ou material sintético).

Os homens ficavam lá conversando e eu passava por trás, servia uma água. Mesmo na casa dele [Sadao Ishihara²²], mulher dele nunca entrava no dojô. As filhas nunca entravam, as noras não entravam. A única que era xereta e ficava lá dentro da academia era eu. E até porque eu não sabia que não podia. Talvez se eu soubesse, eu não entraria. Eu achava que elas fossem retraídas. Eu não sabia que tinha essa tradição. Não estava escrito “é proibido”, mas [elas] não entravam, assim como era antigamente, [quando] filhos não entravam na sala quando tinha visita. Ninguém falava “é proibido”. Mas nenhum filho entrava na sala. Então, eu não, eu comecei a servir água, café e passava por ali. (BRUM, 2016, p. 103).

A judoca Iara Passos afirmou que em 1975, em Porto Alegre, as mulheres queriam competir, assim como os homens, entretanto prevalecia a barreira legal (Decreto nº 7/65). Para apaziguar as alunas, o professor organizava torneios internos:

Por baixo, tinha umas 70 e tantas [meninas na academia em 1975]. Tinha muita, muita, muita mulher fazendo judô. Mas foi passando o tempo, era todo mundo iniciante, e com o tempo, o pessoal foi desistindo, foi desistindo, foi desistindo e aí... Em 1975, não havia competição [para mulheres], a gente podia [somente] treinar. (BRUM, 2016, p. 92).

Em 1975 tinha bastantes mulheres treinando. Só que a gente pedia sempre para participar de competição porque a gente via os caras, os homens, competindo e nós não podíamos. E aí quando incomodávamos muito o professor, ele parava e fazia um torneozinho interno só para dar uma acalmada. (BRUM, 2016, p. 104).

A pesquisadora Isabela Lisboa Berté (2016) afirma que na década de 1980 o universo das lutas e artes marciais femininos começou a entrar na mídia, discursos em torno de mulheres que praticavam lutas para fins de defesa pessoal, competições e atributos como a saúde e a construção corporal, passam a aparecer em diferentes reportagens.

Na matéria *As mulheres vão à luta*, da jornalista Marisa Carrião, publicada na revista *Visão* de julho de 1985, é destacada a presença feminina em diferentes modalidades de lutas, tais como: Capoeira, Aikidô, Caratê, Kung Fu, Tai-Chi-Chuan, Tae-kwon-do e Judô (BERTÉ, 2016). A ênfase nos benefícios corporais proporcionados pelo esporte é nítida nestes trechos da reportagem:

A presença feminina nas academias é um fenômeno desta década. Mas não é só o item segurança que faz crescer esse interesse; mas também a saúde e a beleza física são argumentos nada desprezíveis (CARRIÃO, 31/07/1985, p. 34, apud, BERTÉ, 2016, p. 42).

²² Patriarca do Judô na região de Assaí, cidade onde Amélia Domingues iniciou sua carreira.

Mas, se as lutas fazem bem a saúde e proporcionam segurança, de quebra oferecem as mulheres uma vantagem nada desprezível: beleza (CARRIÃO, 1985, p. 33, apud, BERTÉ, 2016, p. 42).

Berté (2016) aponta ainda a existência de registros de campeonatos publicados na coluna *Ringue*, do *Jornal do Comércio*, “Judô: Amanhã, campeonato brasileiro da região sul masculino e feminino” (AVELINE, 1982a, s/p, apud, BERTÉ, 2016, p. 42) e “Karatê: São Paulo e o novo campeão brasileiro” (AVELINE, 1982b, s/p, apud, BERTÉ, 2016, p. 42). Ambos relatam a disputa de campeonatos em que existem categorias femininas e masculinas.

Enquanto no campo das lutas e artes marciais as mulheres brasileiras eram marginalizadas, a participação das atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos cresceu significativamente nos demais esportes a partir dos anos 70. A primeira premiação com o ouro olímpico aconteceu em Atlanta, em 1996, no vôlei de praia para a dupla Jacqueline Silva e Sandra Pires (COB, 2015).

A ascensão na participação e premiação das atletas brasileiras permaneceu nas edições posteriores dos Jogos Olímpicos, tanto que na Olimpíada de 2016, ocorrida no Brasil, a delegação brasileira contou com participação de 209 mulheres, um recorde de participação feminina, com destaque para Rafaela Silva que conquistou medalha de ouro no Judô e para a dupla Martine Grael e Kahena Kunze que também levaram o primeiro lugar na disputa de Vela (COB, 2018).

Nos Jogos Olímpicos modernos as mulheres começaram a ganhar protagonismo no universo das lutas a partir de 1992 quando o judô feminino foi inserido na competição, nas Olimpíadas de Sidney (2000) o Tae-kwon-do também passou a fazer parte do quadro de jogos Olímpicos nas modalidades feminina e masculina, em 2004 as mulheres passaram a disputar a Luta Olímpica e em 2012 finalmente foi admitido o Boxe Olímpico Feminino (COI, 2016).

Nas Olimpíadas de Londres em 2012, o Boxe Feminino brasileiro estreou com destaque, presente em três categorias: até 51kg, 60kg e 75kg, a atleta Adriana Araújo conquistou uma medalha de bronze, conforme afirma Fernandes (2014).

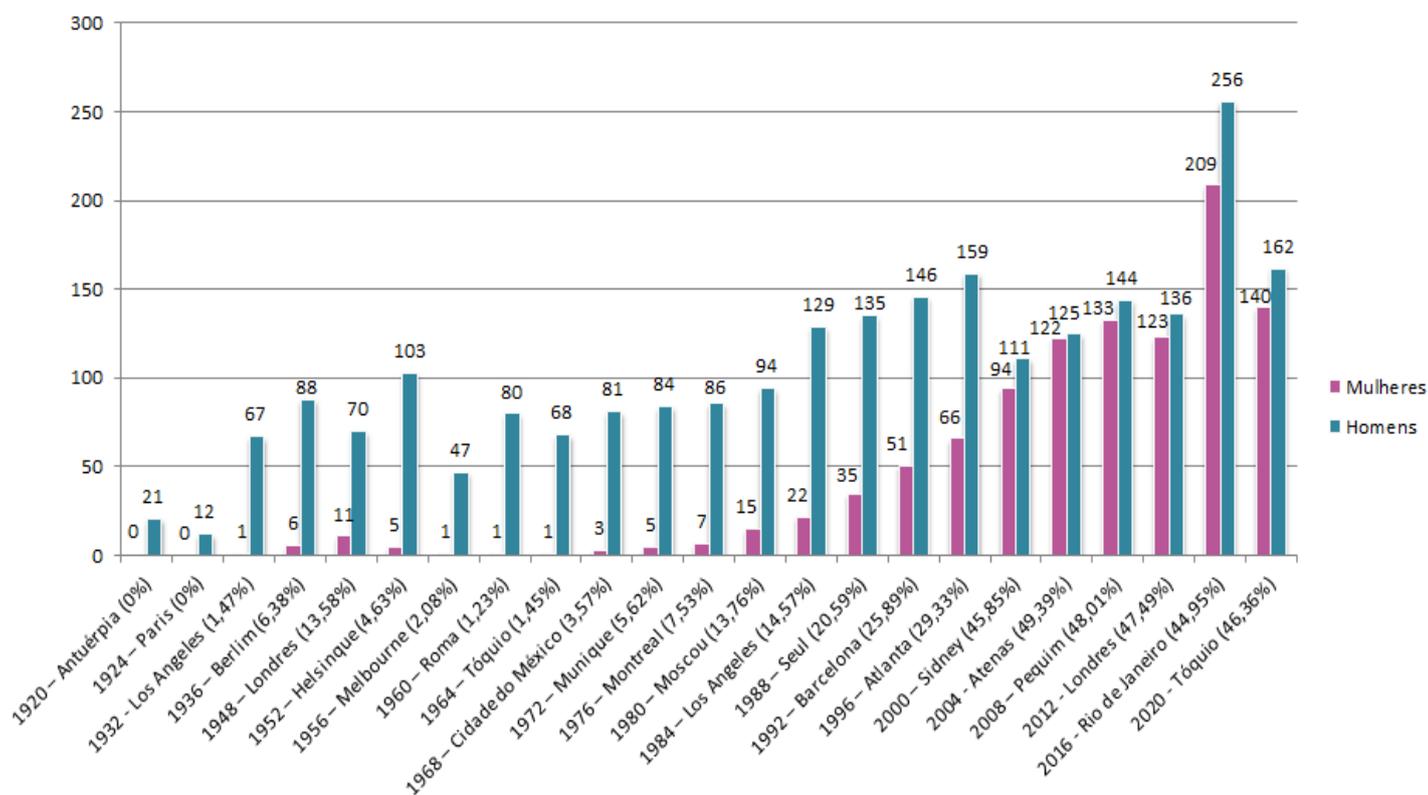
Uma das últimas competições internacionais organizada pelo COI com participação brasileira foram as Olimpíadas de Tóquio 2020, a delegação brasileira contou com 302 atletas, sendo 140 mulheres, somando um total de 46,36% dos/as competidores/as, e das 21 medalhas do Brasil, 09 foram conquistadas por elas, destas 03

foram medalhas de ouro, esse número representa 41% do total segundo informa o COI (2021a).

As mulheres brasileiras foram destaque em Tóquio 2020, a atleta Rayssa Leal, de 13 anos, foi medalhista de prata na modalidade *skate strret*, se sagrando a mais jovem medalhista olímpica do Brasil; a ginasta Rebeca Andrade conquistou uma medalha de prata (individual geral) e uma de ouro (categoria salto) na ginástica artística, tornando-se a primeira ginasta brasileira a ser campeã olímpica e a primeira atleta do Brasil a ganhar duas medalhas numa mesma edição das Olimpíadas; a dupla Laura Pigossi e Luisa Stefani, que ganharam a medalha de bronze no tênis, conquistando a primeira medalha do Brasil na história do tênis em Olimpíadas (COB, 2021).

Abaixo gráfico demonstrando a evolução da participação das atletas brasileiras nas Olimpíadas e a flagrante discrepância do número de homens e mulheres integrantes do “time brasileiro”.

Gráfico 6 – Percentual de participação das atletas brasileiras nas Olimpíadas.



Fonte: gráfico elaborado pela pesquisadora, a partir de dados do COB (2021).

3.5. DO JUJUTSU²³ AO JIU-JITSU BRASILEIRO, A HISTÓRIA

A história do Jiu-jitsu Brasileiro é amplamente divulgada entre seus/as praticantes de modo informal, entretanto a bibliografia acumulada a respeito é bastante reduzida, portanto este resumo da trajetória do esporte foi realizado a partir das poucas obras que trata especificamente deste tema: o estudo de Diógenes Dalton Fayon (2000) *Jiu-jitsu: um resgate histórico*, pela Universidade de Campinas; o livro *A História do Jiu-jitsu Brasileiro: do Jujutsu ao Jiu-jitsu Brasileiro* de Kauê Bizzar, publicado em 2017; e o artigo *Primórdios do jiu-jitsu e dos confrontos intermodalidades no Brasil: contestando uma memória consolidada* dos autores Riqueldi Straub Lise e André Mendes Capraro (2018). A fim de retratar a história do jiu-jitsu na Europa foram utilizados os estudos de Nash (2012) e Callan (2017).

De acordo com Bizzar (2017) uma das mais aceitas teorias, com maior nexo cronológico e maior apoio dos historiadores sobre o surgimento do Jiu-jitsu, é que este tem seu início na Índia por volta de 500 a.C., o jujutsu (como era chamado) era praticado por monges budistas preocupados com a defesa pessoal, visto que não podiam utilizar armas e tinham pouca força física em virtude da sua dieta. Com a expansão do budismo, a arte marcial se espalhou do sudeste da Ásia para a China, chegando finalmente ao Japão, onde se desenvolveu tornando-se oficial no país tanto para defesa pessoal, quanto como técnica de guerra.

O jujutsu chegou ao Japão e se integrou ao estilo de luta dos samurais, exímios guerreiros, reconhecidos pelas técnicas de espadas, entre outras modalidades de combate. A arte destacava-se, por características como equilíbrio e flexibilidade que venciam a força bruta. Sob a influência de diversos clãs japoneses a arte marcial floresceu e chegou ao seu apogeu na era Iedo (1615 a 1868), inclusive passou a ser conhecida como Ju-jitsu²⁴, conforme aponta Fayon (2000).

Entretanto com o fim do feudalismo e ascensão do imperador Matsushito Meiji (1868 a 1912), os clãs foram dissolvidos, os samurais perderam o direito de portar seus sabres, os combates entre a nobreza foram proibidos, o Ju-jitsu entra em experimenta um período de declínio, sem o uso das armas utilizando apenas técnicas corporais a arte marcial passou a ser chamada de Jiu-jitsu, segundo aponta Fayon (2000). Tanto o Ju-jitsu, quanto o Jiu-jitsu foram marginalizados no Japão, “[...] a arte outrora secreta e

²³ Arte marcial precursora do jiu-jitsu.

²⁴ Ju-jitsu: Técnica Suave ou Arte Adaptável, nome dado a um coletivo de estilos de artes marciais japonesas, incluindo técnicas armadas ou desarmadas.

guerreira passa a ser ensinada de maneira acidental e mercenária por samurais desempregados e até por bandidos, o que só lhe traz má reputação e desinteresse dos intelectuais.” (FAYAN, 2000, p. 19).

Ao final do século XIX e início do século XX, os mestres começaram a migrar do Japão para outros continentes, levando as artes marciais para o ocidente, começando pela Europa, posteriormente chegando à América. Além de ensinar as suas técnicas, os mestres ganhavam a vida participando de lutas, competições, apresentações teatrais, etc., conforme afirma Bizzar (2017).

O Reino Unido em especial foi um dos polos de popularização das artes marciais japonesas para o mundo. Para Nash (2012) Edward William Barton-Wright foi um dos responsáveis pela disseminação das lutas japonesas na Europa, nascido em Bangalore, na Índia, Barton-Wright estudou na Alemanha e na França, trabalhou em concessões ferroviárias e mineração na Espanha, Portugal, Egito, e operou assentamentos no sudeste asiático, inclusive no Japão. Durante esse longo período fora da Europa Edward adquiriu um amplo conhecimento em artes marciais.

Segundo Nash (2012) durante três anos de permanência no Japão, Barton-Wright estudou o ju-jitsu com um professor local em Kobe, especializado em *Katas*²⁵, e conheceu o mestre Jigoro Kano²⁶ que lhe ensinou algumas técnicas do judô. Inspirado pela experiência adquirida no ju-jitsu, Barton-Wright retorna ao Reino Unido em 1898 e registra o Bartitsu Ltd. na junta comercial de Londres:

Naqueles dias, Bartitsu, como apresentado ao público por Barton-Wright, parecia pouco mais que jujútsu por outro nome (em uma tradução ruim). Quase todos os métodos demonstrados nos artigos da Pearson's Magazine foram retirados diretamente da arte japonesa, com a única exceção sendo uma técnica de combate nas ruas parisiense de usar o casaco para desarmar um oponente. (NASH, 2012, documento eletrônico, tradução nossa).

Além dos princípios do jiu-jitsu, Barton-Wright começou a expandir as técnicas do Bartitsu por meio de seus escritos e demonstrações ao vivo, com o tempo o Bartitsu tornou-se uma arte marcial eclética, com várias e distintas disciplinas do oriente e do

²⁵ Conjunto de técnicas fundamentais executadas em um método de estudo especial, em que os golpes são coreografados entre o que ataca e o que recebe o golpe, com objetivos didáticos.

²⁶ Mestre responsável pela reformulação do Jiu-jitsu sintetizou as diversas técnicas da arte marcial eliminando as mais perigosas, e criou o Judô como uma forma esportiva da luta.

ocidente, tais como: boxe inglês, *savate*²⁷ francês, ju-jutsu japonês, luta romana europeia e a *la canne*²⁸ francesa (NASH, 2012).

Outra contribuição de Edward William Barton-Wright foi trazer grandes mestres japoneses de ju-jitsu para a Inglaterra, como: Sadakazu Uyenishi e Yukio Tani, dois dos primeiros instrutores orientais a ensinar artes marciais fora do Japão, Barton-Wright também fundou o Bartitsu Club, uma espécie de escola para treino de Bartitsu, no distrito de Soho, em Londres (NASH, 2012). Abaixo fotografia de Barton-Wright:

Figura 7 – Barton-Wright realizando movimentos do Bartitsu.



Fonte: Journal Of Manly Arts (2006). Disponível em: https://ejmas.com/jmanly/articles/2006/jmanlyart_wolf_0506.html. Acesso em: 03/11/2021.

Segundo Callan (2017) Uyenishi se tornou professor e posteriormente administrador da Escola Golden Square de Jujutsu, em Londres, publicou um livro intitulado *O livro de Ju-jitsu praticado no Japão* (Uyenishi, 1906), enquanto Yokio

²⁷ O *savate* ou boxe francês é uma arte marcial e um esporte de combate, desenvolvido na França no qual pés e mãos são utilizados para atingir os adversários, combinando elementos de boxe com técnicas de chute.

²⁸ Luta de autodefesa que foi particularmente usada por cavalheiros burgueses de alta classe na França, utilizando bengalas como armas, (NASH, 2012).

Tani se associou a outro mestre, Taro Miyake, e fundaram a Escola Japonesa de Jujutsu, na Oxford Street, Londres, eles também publicaram um livro chamado: *O jogo de Jujitsu para uso de escolas e faculdades* (Miyake e Tani, 1906). Diante deste contexto, a arte marcial se popularizou pela Europa e posteriormente chegou às Américas.

No Brasil, um dos primeiros indícios do exercício da prática de jiu-jitsu localizado por Lise e Capraro (2018), foi de 1908, os autores encontraram registros da presença do mestre japonês Sada Miyako que chegou ministrar aulas de jiu-jitsu para militares da marinha brasileira, antes mesmo de tornar-se conhecida pela população, a arte marcial foi adotada pelas forças armadas. Os autores afirmam ainda, que em 1909 Sada Miyako também realizava apresentações em teatros do Rio de Janeiro, no formato popular Europeu, promovendo combates intermodalidades.

Entretanto o mestre que é reconhecido por efetivamente difundir o jiu-jitsu no Brasil foi o japonês Esai Maeda Koma, Lise e Capraro (2018) e Bizzar (2017) explicam que depois de viajar com uma trupe de lutadores e apresentar por vários países da Europa e das Américas, o mestre, também conhecido como Conde Koma chegou ao Brasil em 1915. Koma viajou pelo Brasil por dois anos realizando apresentações com sua trupe, e em 1917 decidiu fixar residência em Belém do Pará, no ano seguinte conheceu o jovem Carlos Gracie o mais velho dos irmãos Gracie, começou a treiná-lo e este repassou os ensinamentos aos seus irmãos.

Hélio Gracie o mais novo dos irmãos, era um garoto de corpo frágil logo percebeu que não conseguia executar com facilidade as técnicas ensinadas, com a intenção fazer de forma mais eficiente, começou a modificá-las para se adaptarem a sua condição, enfatizando os princípios de alavanca, equilíbrio e manipulação do corpo. De acordo com Bizzar (2017) quando a família Gracie mudou-se para o Rio de Janeiro em 1925, Carlos Gracie abriu sua primeira academia, conhecida como Academia Gracie de Jiu-jitsu, a partir daí as práticas e a filosofia da arte marcial foram se popularizando.

As técnicas foram refinadas e aperfeiçoadas por Hélio Gracie que desenvolveu um método adaptado do jiu-jitsu (devido ao seu físico fraco), enfatizando o uso da força e do peso do adversário como alavanca para os golpes de imobilização, deslocamentos e demais situações de combate, possibilitando que mesmo uma pessoa mais fraca e mais leve pudesse lutar em iguais condições (FAYAN, 2000).

Segundo Lise e Capraro (2018) os integrantes da família Grace, imbuídos em provar a supremacia das técnicas do jiu-jitsu e atrair alunos para sua academia, desafiavam mestres de outras artes marciais e lutadores amadores, e em alguns casos até

ofereciam premiações em dinheiro àqueles que os vencessem. A fama do jiu-jitsu e da família Grace se espalhou pelo Brasil e pelo mundo, a ponto de se tornar um esporte conhecido mundialmente como *Brazilian Jiu-jitsu* ou Jiu-jitsu Brasileiro, e a família Grace sua matriarca. A seguir fotografia da Família Gracie para divulgação do documentário “Os Gracie e o Nascimento do Vale-Tudo”, de Victor Cesar Bota (2013).

Figura 8 - Foto da família Gracie.



Fonte: Graciemag (2013). Disponível em: <https://www.graciemag.com/2013/06/12/jiu-jitsu-canal-combate-exibe-filme-sobre-os-gracie-esta-noite/>. Acesso em: 03/11/2021.

Fayan (2000) afirma que o jiu-jitsu atual é muito diferente do jiu-jitsu de outrora, utilizado como uma forma de defesa e/ou um fundamento para guerra, na atualidade o jiu-jitsu vai para além da defesa pessoal, a arte marcial passou por um processo de esportivização com regras e padrões determinados para competições esportivas. Segundo o autor, neste processo secular de transformação houve certa descaracterização da arte marcial em sua essência, quando se trata da filosofia voltada para a prática do "lutar, para não lutar", como esporte o jiu-jitsu passa a ser visto como objeto para o lazer e o entretenimento.

3.6. DAS ONNA BUGEISHAS ÀS SUFRAGISTAS INGLESAS - A INSERÇÃO DA MULHER NO JIU-JITSU

Apesar do campo das artes marciais ser monopolizado pelo gênero masculino, as mulheres desempenharam um papel importante em sua história, inclusive nas grandes

guerras japonesas, influenciando diretamente nos campos de batalha ou indiretamente como esposas, filhas e mães em processos políticos.

Morales (2017) aponta que durante um período de oito séculos das grandes guerras samurais, era possível encontrar as *Onna Bugeishas*, nome dado às mulheres samurais, provenientes de todos os estratos sociais, da nobre à camponesa, verdadeiras guerreiras, que deixaram sua marca nos campos de batalha, nos navios de guerra, na defesa de castelos, e estiveram presente em diferentes períodos históricos do Japão.

As *Onna Bugeishas* lutaram lado a lado com os homens samurais, equiparando-os, às vezes superando-os em habilidades, elas eram educadas em ciências, matemática e literatura, além de praticarem o *nagitana*²⁹, o *kyudo*³⁰, bem como o ju-jitsu (MORALES, 2017).

Carla Mais (2019) reuniu em sua pesquisa, histórias de *Onna Bugeishas* que viveram em períodos históricos distantes um do outro, estas foram retratadas em crônicas, contos de guerra e por vários pintores entre o período Tokugawa (1603 a 1868) e o período Meiji (1868 a 1912). Apesar de registros históricos escassos, evidências arqueológicas sugerem que as *Onna Bugeishas* talvez não fossem uma raridade, pesquisas recentes descobriram um envolvimento feminino significativo em batalha, questionando a exclusão das mulheres samurais dos livros de história.

Um estudo realizado em 105 cabeças de soldados decepadas que datam da batalha travada entre Takeda Katsuyori e Hōjō Ujinao (1580) e mantidas no cemitério da cidade de Numazu, na província de Shizuoka, revelou que um terço pertencia a mulheres adultas. O fato de não terem sido encontrados crânios de crianças e idosos indicaria que essas mulheres participaram do confronto longe de fortificações (MAIS, 2019). Segundo Turnbull (2010), os detalhes desta escavação e testes de DNA confirmam que guerreiras samurais certamente estavam presentes no campo de batalha.

Destas mulheres, por vezes apagadas da história das guerras samurais, destaca-se a lendária imperatriz Jingū, as guerreiras Tomoe Gozen, Hangaku Gozen, Sanada Komatsu, entre outras samurais. Nesta pesquisa enfatizou-se a história de duas destas pioneiras da prática das artes marciais, a imperatriz Jingū e a samurai Tomoe Gozen.

A primeira delas, a imperatriz Jingū (169 a 269) era uma soberana guerreira que reinou ao longo do século III d.C., desde a morte do imperador Chūai, seu marido. Os

²⁹ Arte marcial praticada com uma espada em forma de foice com cerca de 2 metros de comprimento, que leva o mesmo nome da arte marcial, Naginata.

³⁰ Luta com arco e flecha.

historiadores, no entanto, concordam em considerar sua figura mais mitológica do que histórica. A primeira evidência biográfica da figura da imperatriz Jingū foi localizada nos registros históricos japoneses do século VIII d.C. e no Fudoki³¹, conforme afirma Carla Mais (2019).

Embora a imperatriz Jingū não seja muito popular na atualidade, ela era conhecida no Japão no passado. Segundo a lenda, Jingū alcançou diversas vitórias militares em território japonês e conquistou parte do território coreano, era considerada um canal com espíritos divinos, o que a impeliu a invadir e assumir o controle do território de Silla (Coreia), uma terra rica em ouro, prata e outros bens, (MAIS, 2019). Após seu retorno ao Japão (Kyūshū), Jingū deu à luz ao imperador Ōjin. Jingū, morreu com cem anos de idade, servindo por muitos anos como regente de Ōjin.

Carla Mais (2019) identificou a seguinte retratação da fala da imperatriz Jingū, sobre sua incursão pela Coreia:

Fazer guerra e mover tropas é uma questão de grande preocupação para um país. Paz e perigo, sucesso e fracasso dependem disso. Se agora eu confiar a vocês, meus ministros, os deveres da expedição que estamos prestes a empreender, a culpa, em caso de fracasso, recairá sobre vocês. Isso seria muito doloroso para mim. Portanto, embora eu seja uma mulher e também uma mulher débil, emprestarei por um tempo a aparência externa de um homem e me forçarei a adotar conselhos masculinos. [...] Se a empreitada for bem-sucedida, todos vocês, meus ministros, terão o crédito, enquanto que, se não der certo, serei a única culpada. (KEGAN PAUL, TRENCH, TRÜBNER, 1896, p. 228, *apud*, MAIS, 2019, p. 82-83, tradução nossa).

No Japão moderno, antes da Segunda Guerra Mundial, a figura da Imperatriz Jingū era muito conhecida e fazia parte do programa de história da escola primária japonesa. Após a Segunda Guerra Mundial, a figura da imperatriz foi revisada e muitos estudiosos questionaram a realidade histórica dos estudiosos contemporâneos de Jingū. Segundo Mais (2019) atualmente os historiadores concordam que a lenda da Imperatriz Jingū é um produto dialético entre eventos históricos que realmente aconteceram e elementos mitológicos que influenciaram e estruturaram a própria lenda. Com base em constatações realizadas por meio de análises históricas de como as mulheres da

³¹ São relatos antigos da cultura e geografia provincial japonesa, uma tradição oral apresentada aos monarcas do Japão, eles contêm registros agrícolas, geográficos e históricos, bem como mitologia e folclore. Os Fudokis manuscritos também documentam mitos locais, rituais e poemas que não são mencionados na literatura tradicional da antiga mitologia e história nacional japonesa.

antiguidade exerceram influência e poder por um longo período, é possível, portanto, aceitar como verdadeira a existência de uma mulher conquistadora como Jingū.

Figura 9 - Retratação de Jingū Kōgō recebendo tributos.



Fonte: Museu de Artes de Birmingham. Disponível em: <https://www.artsbma.org/collection/nihon-ryakushi-zukai-pictures-of-japanese-history-empress-jingukogo-receives-envoys-from-korea/>. Acesso em: 03/11/2021.

Outra *Onna Bugeisha* que se destacou na história das mulheres samurais foi Tomoe Gozen, o pesquisador Morales (2017) aponta que Gozen além de grande guerreira, também era conhecida por sua beleza, inteligência, companheirismo e força física incomparável, os feitos de Tomoe Gozen durante a guerra de Genpei (1180 a 1185) tornaram-na uma figura ilustre da história nipônica. Inclusive, as proezas de Gozen foram retratadas nos escritos históricos *Heike Monogatari*³²:

[...] Tomoe, de pele clara e cabelos longos, era de excepcional beleza. Como lutadora, ela era páreo para mil homens comuns, habilidosos em armas, capazes de dobrar o arco mais forte, a cavalo ou a pé, sempre pronto com sua espada para comparar qualquer demônio ou deus que surgisse em seu caminho. Ela conseguia controlar o cavalo mais indisciplinado e galopar pelas encostas mais íngremes. (TSUCHIDA, KITAGAWA, SEIDENSTICKER, 1975, p. 83-84, *apud*, MAIS, 2019, p. 90, tradução nossa).

Usando diferentes fontes nas quais Tomoe Gozen é mencionada, Carla Mais (2019) traçou os principais feitos da carreira militar de Tomoe no exército do Lorde Kiso Yoshinaka. Segundo a autora, no sexto mês de 1181, Gozen estreou na batalha de Yokotagawara, derrotando sete guerreiros a cavalo. No quinto mês de 1183, como uma

³² Também conhecido como *O Conto dos Heike*, é um relato épico sobre a luta entre os clãs Taira e Minamoto pelo controle do Japão no final do século XII, durante as Guerras Genpei (1180-1185).

das principais comandantes de Yoshinaka, conduziu mais de mil cavaleiros e venceu a batalha contra os Taira em Tonamiyam. Finalmente, no primeiro mês de 1184, se destacou na batalha de Uchide no Hama, onde seu exército formado por trezentos cavaleiros de Yoshinaka foi dizimado por seis mil cavaleiros inimigos, Tomoe foi uma dos/as seis guerreiros/as a sobreviver. Sua última batalha, de Awazu, foi descrita no nono capítulo do *Heike Monogatari*, *A morte de Kiso*, onde ciente da derrota iminente Lorde Yoshinaka ordenou que Tomoe fugisse. O que aconteceu com Tomoe Gozen após a fuga permanece misterioso, Mais (2019) localizou pelo menos duas versões distintas que indicam diferentes caminhos para vida de Gozem após a sua última batalha.

Figura 10 - Estátua de Tomoe Gozen e Minamoto, no Japão.



Fonte: Lotter (2014). Disponível em: <http://www.craiglotter.co.za/2015/12/24/japan-2014-41-yoshinaka-yakata-museum-in-miyanokoshi-2014-10-09/>. Acesso em: 03/11/2021.

Com o declínio das artes marciais no Japão e a migração dos mestres japoneses, o jiu-jitsu chegou a diversos países do mundo, principalmente à Europa. Neste contexto de popularização e visibilidade das artes marciais, homens e mulheres nobres eram incentivados a praticar ju-jitsu³³, para defesa pessoal.

A Escola Golden Square de Jujutsu, em Piccadilly, Londres, dirigida por Sadakazu Uyenishi, era uma referência do ju-jitsu feminino londrino. Segundo Callan (2017) a edição de 11 de abril de 1904 do jornal *Gloucestershire Echo* traz relatos de senhoras estudando ju-jitsu em um porão da Golden Square, sob os cuidados do mestre

³³ Nesta época na Europa era utilizado o termo Ju-jitsu para discriminar as técnicas corporais do jiu-jitsu, como projeção, quedas e luta de solo.

Uyenishi. Em outra matéria do jornal *The Miscellany*, Uyenishi explica porque ensina ju-jitsu às mulheres:

O equilíbrio e a rapidez sempre vencerão, e as mulheres sempre serão rápidas. Quando uma grande tempestade varre a floresta, as árvores pesadas e resistentes sofrem mais. As plantas menores que possuem mais elasticidade podem suportar a tempestade porque oferecem a menor resistência à força oposta. É assim com o Jujutsu. É o único sistema no mundo que pode permitir que uma mulher comum, derrote um homem forte. (CALLAN, 2017, p. 3, tradução nossa).

Em meio a este cenário, foi que por volta de 1903, as mulheres ingressaram nas artes marciais no ocidente, conforme afirma Callan (2017). Dentre as pioneiras se destacam Phoebe Roberts, Emily Watts e Edith Garrud.

Phoebe Parry nasceu em 22 de outubro de 1887, em Bedwelty, Monmouthshire, caçula entre cinco filhos, aos três anos foi adotada pela senhora Roberts, esposa de um químico em Londres, daí em diante Phoebe Parry passou a ser conhecida como Phoebe Roberts (CALLAN, 2017). Por volta de 1903, Phoebe Roberts ingressa na Escola Golden Square de Jujutsu, em Piccadilly, sob a orientação do mestre Uyenishi, já em 1904, Roberts torna-se instrutora na escola, além de realizar demonstrações da arte marcial com os mestres Sadakazu Uyenishi e Yukio Tani, e Emily Watts, que também havia iniciado o ju-jitsu por volta de 1903, segundo aponta Callan (2017).

Um indicativo da popularidade da Srta. Roberts e do apoio nos altos círculos sociais, foi o convite recebido para se apresentar na *Garden Party*, ofertada pela *Japan Society*, no Jardim Botânico Real, em 1905. Callan (2017) afirma que a festa foi realizada em homenagem ao príncipe e princesa Arisugawa, que estavam visitando a Europa representando o imperador Meiji do Japão. Os jornais noticiaram e ilustraram Phoebe Roberts como: “[...] uma garota leve e esbelta de dezesseis ou dezessete anos, capaz de lançar oponentes pesados do sexo masculino com a maior facilidade.” (CALLAN, 2017, p. 4, tradução nossa).

Posteriormente Phoebe Roberts passou a dar aulas na Escola Japonesa de Jujutsu, na Oxford Street, administrada pelo mestre Yukio Tani, segundo notas da revista *Sandow* de 1905, conforme constatou Callan (2017).

Outra precursora da arte marcial na Europa foi Emily Watts. Segundo Callan (2017) Emily Diana Ashton nasceu por volta de 1867, em uma família rica da Inglaterra, estudou dança e artes corporais desde criança. Em 1902 ela se casou com Roger Watts, em Warwick, e passou a se chamar Emily Diana Watts.

Assim como Phoebe Roberts, Emily Watts ingressou na Escola Golden Square em 1903, Callan (2017) afirma que em 1906, Emily já ministrava aulas para crianças na *Prince's Skating Rink*, em Knightsbridge, Londres. Neste mesmo ano, Emily Watts publicou o livro *A fina arte do Jujutsu*, o primeiro livro, escrito em inglês, sobre as técnicas da arte marcial publicado por uma mulher.

O livro de Watts (1906) tinha por objetivo ensinar aos iniciantes exercícios, técnicas e lições do ju-jitsu. Com instruções e fotografias Emily Watts ensinava quedas³⁴, rolamentos³⁵, *katas*³⁶ e técnicas de defesa pessoal. Nas fotografias que ilustram o livro é possível visualizar a autora demonstrando passo-a-passo os detalhes de variados golpes em suas parceiras de treino e seus professores. Em 1907 o jornal *Dominion* relata em um artigo intitulado *Jujutsu para mulheres* sobre a exibição da arte marcial realizada por Watts e Alice Lauder Brunton em um congresso de grande prestígio, na *London University* (CALLAN, 2017).

Em 1914, Watts produziu outro livro, *O Renascimento do Ideal Grego*, apresentando um sistema próprio de exercícios calistênicos inspirados nas estátuas e obras de arte gregas antigas. Com a repercussão deste trabalho, foi aceita no Instituto Francês Marey e no Instituto Americano de Arqueologia. Watts passou boa parte dos anos subsequentes percorrendo um circuito internacional de palestras, realizando demonstrações da sua arte, Emily Diana Watts morreu em 1968 aos 101 anos (CALLAN, 2017).

Dentre as mulheres pioneiras no ensino do jiu-jitsu, a mais renomada foi Edith Garrud. Nascida Edith Margaret Williams em Bath, Somerset (Inglaterra) em 1872, casou-se em 1893 com William H. Garrud, instrutor de educação física especializado em ginástica, boxe, luta livre que em 1904 conheceu o fundador do *Bartitsu*, por meio de Barton-Wright, os Garruds conheceram o ju-jitsu, posteriormente começaram a treinar a arte marcial com o mestre Uyenishi na Escola Golden Square de Jujutsu, no Soho, segundo afirmam WHN - *Women's History Network* (2013) e Callan (2017).

À medida que sua habilidade na arte marcial crescia a reputação de Edith Garrud também aumentava. Segundo o WHN (2013) em 1907, Edith foi protagonista de um curta-metragem intitulado *Jujutsu – Derrubando com os pés*, produzido pela *Pathé Film Company*, em 1908 o casal Garrud passou a administrar e dar aulas na Escola Golden

³⁴ Formas diversas de projetar o oponente ao chão.

³⁵ Técnica empregada nas artes marciais, a fim de evitar grande parte dos danos provocados ao corpo por quedas simples.

³⁶ Formas de pegar no quimono.

Square, no censo realizado em 1911 Edith e William Garrud foram listados como: “Professores de Ju-jitsu, a arte japonesa de autodefesa”.

Nessa época o movimento sufragista estava em seu auge. Emmeline Pankhurst, líder da associação *Women's Social and Political Union* - WSPU (União Social e Política das Mulheres) acreditava que a luta para ganhar o direito ao voto na Grã-Bretanha deveria ser motivada por ações estrategicamente agressivas. Segundo Abreu (2002), em 1908 o WSPU organizava protestos, marchas, e violava a lei deliberadamente, incluindo assaltos, depredação de prédios públicos e privados, incêndios em casas e igrejas desocupadas. O que gerou confrontos violentos com a polícia e membros do governo.

Foi neste período que Edith Garrud teve seu primeiro contato com a WSPU. Em 1908, ela demonstrou alguns movimentos de ju-jitsu e palestrou para um grupo de sufragistas. Habitualmente, Edith realizava as demonstrações enquanto William falava, entretanto como este estava doente, Emmeline Pankhurst persuadiu Edith a se apresentar sozinha (WHN, 2013).

Logo depois desta apresentação muitos membros da associação começaram a frequentar suas aulas. Em 1910, Edith envolveu-se diretamente no movimento ministrando aulas de ju-jitsu regularmente para os membros WSPU, chegou até mesmo a escrever para o jornal sufragista *Votos para mulheres* (WHN, 2013). Em 1910 Edith Garrud produziu um artigo ilustrado explicando como as mulheres usavam as técnicas de ju-jitsu: "mulheres que usam ju-jitsu têm trazido grandes covardes corpulentos quase duas vezes o seu tamanho aos seus pés e os fazem uivar por misericórdia" (WILLIAMS, 2012, s/p, tradução nossa).

Em 18 de novembro de 1910, no que ficou conhecida como a Sexta-feira negra, cerca de trezentas mulheres foram confrontadas por policiais em frente ao Parlamento. As manifestantes foram atacadas tanto pela polícia, quanto por homens que assistiam ao protesto, duas mulheres foram mortas, muitas foram feridas e mais de uma centena de sufragistas foram presas durante o conflito, (RUZ; PARKINSON, 2015).

Depois da Sexta-feira negra, a liderança do WSPU determinou que todas as sufragistas deveriam preparar-se para defender-se em futuras manifestações, e incentivaram-nas a aprender ju-jitsu. “A polícia conhece o ju-jitsu. Eu aconselho você a aprender ju-jitsu. As mulheres devem praticá-lo tanto quanto os homens, disse Sylvia Pankhurst, filha de Emmeline Pankhurst, em um discurso de 1913”. (RUZ; PARKINSON, 2015, s/p, tradução nossa).

A fim de resistir à prisão e assédio constante da polícia (que também eram treinados em artes marciais durante sua formação), o WSPU criou uma unidade dedicada a proteger as líderes do movimento. A *Bodyguard* consistia em cerca de trinta mulheres treinadas na arte do ju-jitsu por Edith Garrud, que estavam dispostas a proteger os Pankhursts e executar as tarefas mais perigosas, segundo apontam Ruz e Parkinson (2015).

As senhoras treinavam com Garrud em locais secretos por toda Londres, assim como o ju-jitsu, foram ensinadas a manejar tacos de madeira de origem indiana, semelhantes aos usados pela polícia, Ruz e Parkinson (2015) afirmam que tais treinamentos ajudaram-nas a defender-se da truculência policial. Como no famoso confronto conhecido como Batalha de Glasgow, ocorrido no início de 1914.

[...] Uma multidão estava esperando para ver Emmeline Pankhurst falar no St Andrew's Hall. Mas a polícia a cercara, esperando pegá-la. Pankhurst escapou, ao entrar comprando uma passagem e fingindo ser uma espectadora. A *Bodygard* então se posicionou, sentando em um semicírculo de cadeiras atrás do pódio do orador. De repente, Pankhurst apareceu e começou a falar. Ela o fez por meio minuto antes que a polícia tentasse invadir o palco. Mas eles foram surpreendidos por arames farpados escondidos em buquês. "Então, cerca de 30 sufragistas e 50 policiais se envolveram em uma briga no palco diante de 4.000 pessoas por vários minutos", diz Wolf. (RUZ; PARKINSON, 2015, s/p, tradução nossa).

Com a batalha vencida, Edith voltou a ensinar a arte marcial ao lado de seu marido e acabou desaparecendo da vida pública. Edith e William continuaram a ensinar artes marciais até 1925 quando venderam seu dojô³⁷ e se aposentaram. Embora distante da sua vida pública, em 1965 concedeu uma entrevista ao jornalista Godfrey Winn, no evento de seu aniversário de 94 anos. Edith Garrud morreu em 1971, aos 99 anos, em Londres (WHN, 2013).

3.7. AS PRECURSORAS DO JIU-JITSU NO BRASIL

Atualmente o Jiu-jitsu Brasileiro figura entre os mais importantes esportes de combate mundial. O Brasil é referência na construção de atletas e instrutores/as da modalidade, entretanto a inserção da mulher neste esporte ocorreu por meio de lutas travadas dentro e fora dos tatames.

³⁷ Dojô: Local em que se pratica o Judô. Consiste em uma área de vários tatames (peças de material que absorva impacto seja borracha, palha de arroz, material sintético).

Guerreiras como Yvone Duarte, Zanza e Kyra Gracie merecem destaque especial, pelo pioneirismo e garra que abriram as portas do esporte e da profissão às mulheres lutadoras e instrutoras da “Arte suave”. Os próximos tópicos desta pesquisa são destinados ao resumo da história das primeiras.

3.7.1. Yvone Duarte, a primeira faixa preta

Yvone Magalhães Duarte, natural de Boa Vista (Roraima) é atualmente a mulher mais graduada do jiu-jitsu no mundo (faixa coral). Iniciou o esporte em 1978, aos 14 anos, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Yvone desde criança praticava diversos esportes:

Eu morei na infância em Boa Vista, Roraima. Lá aproveitei tudo o que a escola pública oferecia como modalidade de esporte. E tínhamos uma rivalidade enorme entre as escolas, assim comecei a competir desde cedo defendendo minha escola, minha equipe. E essa educação voltada às competições foi determinante para minha performance no jiu-jitsu, na vida. Levei a flexibilidade da ginástica para o tatame, aprendi a respirar na natação. Acho que aprendemos muito sobre concentração, sobre nossos limites e habilidades nos esportes individuais. [...] (CAVALLI, 2015, documento eletrônico).

A década de 80 foi o início da “época de ouro” do jiu-jitsu no Rio de Janeiro, Mattos (2014) aponta que, mestres como Marcelo Behring, Rickson, Rilion, Rolls e Royler Gracie firmavam a fama do esporte no estado. O jiu-jitsu era totalmente dominado pelos homens até surgir Yvone Duarte, uma das responsáveis pela introdução do jiu-jitsu feminino em competições:

Quando comecei a praticar, o jiu-jitsu era praticamente restrito a zona Sul do Rio de Janeiro, havia poucas academias e mais raro ainda era a presença de mulheres nos tatames. Pedi ao Rickson Gracie e ao Marcelo Behring que incluíssem lutas femininas no campeonato estadual, isso só aconteceu um ano depois. Naquela época não sabia que estava fazendo história, marcando o começo da presença feminina no jiu-jitsu. O Rickson consultou o mestre dos mestres, Hélio Gracie, pois até aquele ano o ingresso de mulheres nas competições era um tabu a ser vencido. [...] (MATTOS, 2014, documento eletrônico).

Em uma entrevista com Lúcia Cavalli (2015), Duarte conta sobre o pioneirismo da equipe feminina, e sobre o fato de ter treinado grávida:

[...] Nesse aspecto, a academia Osvaldo Alves foi vanguardista, deu o mesmo tratamento e condições de aprendizado. A equipe contava com

muito boas atletas: Marina Alcântara, Fernanda Bulhões, Laila Zalfa, Ana Maria D'ávila, Lucia Moraes, Verinha, e eu. Nossa equipe foi pioneira, e por isso começamos a pressionar as federações para que abrissem as competições para nós. Mesmo que poucas outras academias contassem com a presença de mulheres, já vislumbrávamos uma possibilidade de começo. E assim pisamos no tatame em 1985 para nunca mais sairmos das competições de jiu-jitsu. Eu tinha acabado de ter meu filho Pedro Henrique, esse ano ele completa 30 anos. Sim, eu treinei grávida. Gravidez não é doença e o jiu-jitsu é ou não é uma arte suave? É! O parto foi normal. Entre a bolsa estourar e o Pedro nascer, todo o trabalho de parto durou 02h30min, 3 meses depois, estávamos no tatame treinando e dando de mamar na boa. (CAVALLI, 2015, documento eletrônico).

No primeiro campeonato feminino de jiu-jitsu do Brasil (1985) a então faixa azul ganhou sua primeira medalha de ouro, e ficou invicta durante todas as competições das décadas de 80 e 90. Mattos (2014) afirma que Yvone era considerada muito técnica, flexível, veloz e determinada. Royler Gracie, um dos grandes nomes do Jiu-jitsu Brasileiro conta sobre as atuações de Yvone nos campeonatos de jiu-jitsu feminino:

Foi uma época de ouro, quem viu, viu, quem não viu não vai ver mais! Uma pena. Com certeza fez parte dos anos dourados do Jiu-Jitsu. A Yvone foi e continua sendo uma supercampeã. Adoraria poder lhe ver em ação mais uma vez, acho que não só eu, mas todo o público do jiu-jitsu. (MATTOS, 2014, documento eletrônico).

Em 1989 Yvone mudou-se para Brasília para trabalhar na Universidade de Brasília (UnB), lá passou a praticar judô com Takeshi Miura, medalha de ouro do Campeonato Pan-americano de judô em 1967, em entrevista com Mattos (2014), ela relata a experiência:

Miura me ensinou golpes e pegada como se eu fosse canhota. Isso foi determinante para ganhar competições na categoria absoluta e no peso, já na faixa preta. Sobretudo porque o pessoal do Rio de Janeiro não sabia que eu vinha praticando judô. Eu derrubava, ganhava dois pontos e, com isso, já saía na frente na pontuação. (MATTOS, 2014, documento eletrônico).

Em seu currículo no jiu-jitsu Yvone reuniu os títulos de: campeã carioca peso pena e absoluto³⁸ em 1985 (faixa azul); campeã carioca por peso em 1986 e 1987 (faixa azul); campeã carioca em 1988 e 1989 por peso e absoluto (faixa roxa); campeã

³⁸ Nas competições de jiu-jitsu as categorias Juvenil (de 16 a 17 anos), Adulto (de 18 a 29 anos) e *Máster* (mais de 30 anos) são organizadas pelas faixas (branca, azul, roxa, marrom, preta, preta e vermelha, vermelha e branca, vermelha) e divididas por: gênero, peso e idade. Na categoria “Absoluto” os/as atletas de mesma faixa e gênero se enfrentam independente do peso ou idade (IBJJF, 2018).

brasileira em 1991 e 1992 por peso e absoluto (faixa preta) e campeã brasileira no absoluto em 1996 (faixa preta).

Quando morou em Brasília, Duarte organizou sua própria equipe na Academia da Polícia Militar de Brasília:

Em 1994, tive cerca de 200 alunos na academia, nas minhas aulas sempre tentei associar o jiu-jitsu a cidadania, com foco em tornar os policiais mais preparados para defesa sem necessariamente o uso de armas de fogo, usando recursos e técnicas de imobilização, de golpes não traumáticos. O jiu-jitsu é isso, nos dá condições de defesa, ante as alternativas violentas. (MATTOS, 2014, documento eletrônico).

Em 1997, foi nomeada delegada da Confederação Brasileira de Jiu-jitsu (CBJJ) por Carlinhos Gracie, neste período Yvone reorganizou a Federação de Jiu-jitsu em Brasília segundo afirma Mattos (2014). Além de todos os feitos na história do jiu-jitsu, Yvone Duarte também foi idealizadora de um curso de defesa pessoal realizado na UnB com foco em minorias vulneráveis, o trabalho iniciado em 2016, em parceria com a professora Tatiana Lionço, que tem por objetivo tornar o jiu-jitsu um aliado das mulheres e dos segmentos vulneráveis, no combate às violências físicas, emocionais e simbólicas e ainda melhorar a autoestima dos/as praticantes (UNB, 2019). A seguir fotografia de Yvone e equipe da Academia da Polícia Militar de Brasília em Brasília.

Figura 11 – Yvone Duarte e equipe em Brasília.



Fonte: Cavalli (2015). Disponível em: <https://bjjforum.com.br/?p=3650>. Acesso em: 03/11/2021.

3.2.2. Rosângela da Silva Conceição “Zanza”, a primeira campeã mundial

Rosângela da Silva Conceição nasceu em 07 de agosto de 1973 na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Começou a treinar esportes de combate (judô)

influenciada por seu irmão mais velho, aos 09 anos (NOGUEIRA, 2014). Zanza como é conhecida, foi a primeira campeã mundial de jiu-jitsu, mas assim como outras atletas, iniciou competindo judô:

[...] quando eu tinha nove anos, meu irmão treinava judô na academia (Associação de Judô GABA) e o professor dele (Almerindo Batista) me convidou para treinar. De princípio eu relutei, mas topei fazer um treino, gostei e estou até hoje aí (risos). Aos catorze anos meu professor lá na academia Ragmar Borsatto me colocou para lutar um campeonato feminino na categoria adulto, aí eu lutei fui bem, depois de um ano ele me mandou para o Rio de Janeiro para fazer uma seletiva para um Sul-americano, lutei, não classifiquei porque tinha só quinze anos, mas foi uma boa experiência. (NOGUEIRA, 2014, documento eletrônico).

A fim de melhorar suas habilidades gerais e as técnicas de solo (*ne-wasa*), procurou o mestre Ricardo Murgel, professor de jiu-jitsu pioneiro da arte suave no sul do Rio Grande do Sul. Embora continuasse treinando, não havia muitas competições femininas de jiu-jitsu na época, então Zanza continuou se dedicando ao judô, conquistando o lugar de reserva da atleta Edinanci Silva, nos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996, conforme afirma BJJ Heroes (2015).

Ao final de 1995 Zanza recebeu um convite da Universidade Gama Filho para treinar no Rio de Janeiro, a partir daí começou a praticar com grandes nomes do judô como Flávio Canto e Léo Leite. Em 1998 a Confederação Brasileira de Jiu-jitsu (CBJJ) permitiu a participação das mulheres no Campeonato Mundial de Jiu-jitsu, criando as primeiras divisões femininas. Segundo o BJJ Heroes (2015) naquele ano havia apenas duas categorias de peso (leve e pesado), e todas as faixas competiam juntas. Faixa roxa na época, Rosângela Conceição decidiu entrar no campeonato, e fez história junto com Thaís Ramos, sendo as primeiras campeãs mundiais da história do esporte, em suas respectivas categorias de peso. Zanza continuou treinando e competindo no judô e no jiu-jitsu, conquistando a faixa preta no jiu-jitsu do mestre Sylvio Behring.

Em 2003, após outra tentativa fracassada de se classificar para a seleção brasileira de judô para as Olimpíadas de Verão (Atenas, 2004), Rosângela Conceição teve vontade de abandonar o esporte, entretanto um treinador de luta livre cubano chamado Eugenio Fuentes, viu o potencial de Zanza para lutar e a convenceu de que estilo livre seria uma boa mudança de carreira. Rosângela conta como foi o processo de transição entre as várias modalidades de lutas:

[...] Quatro anos depois eu entrei para a seletiva para as Olimpíadas de Sidnei (2000), fiz parte da equipe de treinamento, mas não competi. Quem foi selecionada para lutar foi a Edinanci que acabou machucando o joelho. Aí quatro anos depois acabei não classificando para os jogos de Atenas (2004). Fui convidada por um professor de Luta livre, treinei com ele por três meses e fui para uma luta na Espanha, ganhei da campeã europeia, e o treinador falou que assinava embaixo que eu tinha condições de disputar uma Olimpíada por essa modalidade. No Pan-americano de 2007 lutei na modalidade de Luta Olímpica e ganhei o bronze, na categoria peso pesado. Depois classifiquei na Luta livre para os jogos Olímpicos de Pequim. E também classifiquei no campeonato (Mundial) de Edmonton e fui a primeira mulher a conseguir. (NOGUEIRA, 2014, documento eletrônico).

A mudança de carreira foi um sucesso, em poucos anos, Rosângela Conceição deixou sua marca na luta livre, conquistando uma medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de 2007, e se classificando para as Olimpíadas de 2008, sendo a primeira mulher a fazê-lo no esporte. Nesse processo, Conceição se tornou a atleta feminina de luta livre de maior sucesso do Brasil (BJJ HEROES, 2015). Zanza fala do apoio que recebeu de atletas e amigos, e da falta de auxílio financeiro da Federação Brasileira de Luta Livre:

[...] Interessante é que nas Olimpíadas de 2008 eu não tinha condições de pagar uma *sparring* (parceiro de treino) [...] O Aurélio Miguel (ex-judoca) pagou a passagem dela para Pequim. E toda a vez que um atleta ganha uma medalha importante ou se classifica para uma competição desse nível, a Federação te dá um tipo de suporte financeiro, uma verba para treinar, mas quando eu classifiquei, eu não recebi nada do meu país! Até hoje eu não sei o porquê. Aí eu tive apoio do Zequinha Barbosa, que foi atleta medalhista em Seul (1988) que me ajudou bastante. Eu tive ajuda de muita gente, mas patrocínio eu não tive não. E hoje que quero encerrar minha carreira, me aposentar aqui nos jogos do Rio de Janeiro em 2016. (NOGUEIRA, 2014, documento eletrônico).

No campo das lutas esportivas femininas, Zanza fez história em todas as modalidades em que participou. Segundo o BJJ Heroes (2015) as principais vitórias de Rosângela Conceição no jiu-jitsu foram: Campeonato Mundial (1998, 2003, 2005); Campeonato Brasileiro absoluto faixa roxa (1999); Campeonato Pan-Americano (1999); Campeonato Sul-Americano - eliminatórias do Abu Dhabi Combat Club (ADCC, 2009). No Judô sua principal marca foi a convocação para a Olimpíada nos Jogos de Atlanta (1996). Na Luta Livre conquistou a medalha de bronze no Pan-Americano (2007), participou dos Jogos Olímpicos de Pequim (2008), e obteve o terceiro lugar no Campeonato Europeu Edmonton Open (2008).

Posteriormente Rosângela se mudou para Abu Dhabi para ensinar jiu-jitsu em uma escola infantil, como parte de um famoso programa escolar implantado nos Emirados Árabes Unidos pelo xeique Tahnoun Bin Zayed (NOGUEIRA, 2014). Em 2011, Rosângela Conceição passou a ser tema de uma série de histórias em quadrinhos denominadas *As Aventuras de Zanza*, nesses quadrinhos, Zanza mostra os valores e a moral das artes marciais por meio de ilustrações (BJJ HEROES, 2015). Abaixo fotografia de Zanza em competição oficial de jiu-jitsu.

Figura 12 – Rosângela Conceição em competição oficial.



Fonte: BJJ Heroes (2015). Disponível em: <https://www.bjjheroes.com/bjj-fighters/rosangela-conceicao>. Acesso em: 24/02/2020.

3.2.3. Kyra Gracie, a primeira Gracie faixa preta

Kyra Gracie Guimarães nascida em 29 de maio de 1985, Rio de Janeiro, foi a primeira mulher da família Gracie a conquistar a faixa preta e a competir ativamente no esporte. Kyra treina jiu-jitsu desde bem pequena na academia da família, começou a competir aos onze anos de idade. Foi a atleta mais jovem a conquistar o Campeonato Mundial sem quimono (ADCC) aos 19 anos, em 2011 se tornou a primeira mulher da história a sagrar-se três vezes campeã do *ADCC World Championship*, (ROSSI, 2018).

Dos vários títulos que conquistou se destacam: cinco Campeonatos Mundiais (2004, 2006, 2008, 2010 e 2011); três Campeonatos *ADCC World Championship* (2005, 2007 e 2011); cinco Campeonatos Pan-Americanos (2001, 2002, 2003, 2005 e 2007); seis Campeonatos Brasileiros (1998, 1999, 2000, 2001, 2005 e 2008); seis Campeonatos Estaduais (1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2002); e um Campeonato Asiático (2006), (ROSSI, 2018).

Além dos feitos dentro do tatame, Kyra Gracie se sobressai pela luta em prol da inserção das mulheres no jiu-jitsu e contra o machismo no esporte. Em 2006 com objetivo de incentivar a participação das mulheres no jiu-jitsu e criar quimonos mais atraentes para elas, Kyra lançou o quimono rosa na sua linha de esportiva, uma novidade na época, uma vez que algumas competições proíbem a utilização de quimonos coloridos. A ideia foi um sucesso tão grande, que outras marcas e outros esportes de combate também adotaram o quimono rosa:

O jiu-jitsu nunca teve muito incentivo para que nós mulheres praticássemos. Eu sempre tive vontade de dar um toque feminino nos materiais de treino. [...] Depois, decidi conversar com o meu patrocinador, a Atama, e pedir para que eles fizessem um kimono exclusivo só pra mim. Nessa época, eu já estava pensando em lançar uma linha de kimonos Kyra Gracie, mas todas as pessoas falavam que não daria certo, que ninguém usaria um kimono rosa. Fiquei durante 2 anos usando este kimono e fazendo todas as entrevistas com ele. Graças a isso, comecei a receber muitos pedidos para compra. Lançamos o kimono em uma série limitada de 300 kimonos e foi um sucesso! (GRACIE, 2010, documento eletrônico).

Em uma entrevista para *Revista Vogue* (2019) Kyra fala das dificuldades enfrentadas na família em razão do sexismo:

As mulheres na minha família nunca foram incentivadas no Jiu-Jitsu. Minha mãe começou e, quando resolveu levar a sério, foi desencorajada e teve que parar. Tive dentro de casa meus maiores ídolos, mas não existia uma referência feminina. Tive que lutar para poder lutar, pois diversas vezes me falaram que não era esporte para mulher. Depois de alguns títulos eles começaram a me olhar de outra maneira e incentivaram o meu crescimento, mas até hoje as premiações são diferentes e as federações e revistas especializadas não dão o mesmo valor para a categoria feminina. (VOGUE, 2019, documento eletrônico).

Quando indagada sobre o machismo no jiu-jitsu e as possibilidades de combate a esta ideologia, Kyra responde:

VOGUE: Acha que o meio do jiu-jitsu é machista? Você ainda sofre por esse tipo de situação no esporte? KYRA: Sim! Existe um conceito muito machista. A maioria das academias são clubes do bolinha, a federação internacional dá prêmios bem maiores para o masculino e a categoria feminina é sempre deixada em segundo plano.

VOGUE: Como ajudar a combater isso? KYRA: Estou na missão de mudar essa mentalidade, para que mais mulheres sejam beneficiadas pelo estilo de vida saudável do jiu-jitsu. (VOGUE, 2019, documento eletrônico).

Recentemente Kyra esteve envolvida no projeto de integração do jiu-jitsu e outros esportes de combate às Escolas Municipais do Rio de Janeiro, segundo a *Revista GracieMag* (2019) o Projeto Escola de Lutas ensina o jiu-jitsu, a capoeira, o tae-kwon-do e o judô em escolas municipais. Seu principal objetivo é proporcionar aos/as jovens estudantes uma ocupação gratuita, mantendo-os/as afastados/as da ociosidade e praticando esportes de combate.

Ainda em 2019 foi apresentado no Senado Federal o Projeto de Lei 4478/2019, propondo que o jiu-jitsu seja incorporado como disciplina opcional no ensino fundamental do país. Kyra, entre outros mestres do jiu-jitsu, expuseram no Senado a experiência obtida no Rio de Janeiro e os benefícios que a arte marcial poderia agregar ao/as jovens brasileiros/as (ARTHUR JR., 2019).

Além da sua constante presença no meio político e na mídia, Kyra Gracie de também promove eventos especiais para mulheres, como: aulas de defesa pessoal gratuitas, campeonatos femininos, entre outros projetos voltados para a inclusão e democratização do esporte (GRACIEMAG, 2019). Abaixo Kyra Gracie em evento especial para mulheres na academia Alliance, em São Paulo (2017).

Figura 13 - Kyra Gracie em aula especial para mulheres.



Fonte: Graciemag (2017). Disponível em: <https://www.graciemag.com/2017/10/31/kyra-gracie-recebe-200-mulheres-para-aulao-de-jiu-jitsu-no-outubro-rosa/>. Acesso em: 03/11/2021.

CAPÍTULO IV

LUTA DE MULHERES!

4.1. DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A antropóloga Mariza Peirano (1995) adverte que não há como se livrar desses imprevistos durante as pesquisas. A autora afirma ainda que a experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do/a pesquisador/a, do contexto sociohistórico amplo, das situações que se configuram no próprio local de pesquisa e entre o/a pesquisador/a e pesquisado/a. Afinal, independente da metodologia empregada, e da aparelhagem conceitual, o que conduzirá a pesquisa serão as revelações do próprio campo (PEIRANO, 1995).

Para além dos imprevistos próprios do campo de estudo, tive que lidar com outros desafios para realizar esta pesquisa. Segundo Borges 2011 as bolsas para incentivar a formação de mestre e doutores, fazem parte do universo acadêmico brasileiro, e são fundamentais para o incremento da produção científica e o sucesso da ciência nacional. Entretanto, atualmente está cada vez mais difícil conseguir este apoio financeiro, como não obtive acesso à bolsa de incentivo a pesquisa, nem a redução dos meus encargos como servidora pública, logo foi preciso conciliar meu trabalho como Secretária Acadêmica na Universidade do Estado de Minas Gerais, durante todo o período do mestrado.

Outro fato a ser mencionado, foi que em dezembro de 2018 em um treino tive uma séria lesão no joelho e em abril de 2019 foi feita uma cirurgia corretiva, o que me afastou por mais de um ano dos tatames, do meio esportivo e consequentemente dos meus sujeitos de pesquisa.

Depois de um ano de trabalho, já na fase de aprovação do projeto para coleta de dados, no início de 2020 o mundo se deparou com a pandemia do COVID-19, meses de isolamento social, instabilidade e incertezas. A dificuldade de produzir ciência em meio a estas e demais pressões advindas principalmente do isolamento social, foi frequente neste intervalo. O medo da contaminação, as mudanças no trabalho, as mortes de pessoas próximas, a ansiedade e a expectativa para a “volta da normalidade” e

consequente início do trabalho de campo, fizeram parte da minha vida, e em maior ou menor intensidade na vida de todos/as os/as envolvidos nesta pesquisa.

Em meados de 2021, próximo da data limite de defesa desta dissertação, me contaminei com uma variável severa do vírus (COVID-19), precisei contar com cuidados especiais para recuperação, sendo necessário o adiamento da data de defesa.

A dificuldade para coletar os dados se fez presente de várias formas, desde a abordagem as entrevistadas feita principalmente por meio das redes sociais, passando pela escolha do local para realização das entrevistas presenciais, visto que os locais públicos estavam fechados, inclusive as academias de artes marciais, e culminando na presença e às vezes interferência de outras pessoas na entrevista, pois em algumas ocasiões a participante estava acompanhada pelo cônjuge e/ou pelos filhos no momento da entrevista, devido ao isolamento social.

Independente dos desafios encontrados pelo caminho, foram empenhados todos os esforços para o desenvolvimento desta pesquisa, os tópicos a seguir apresentaram os aspectos mais relevantes da pesquisa de campo.

4.2. OS SUJEITOS DA PESQUISA: AS INSTRUTORAS DE JIU-JITSU

Os de sujeitos desta pesquisa são seis instrutoras de jiu-jitsu, filiadas a confederações e/ou federações oficiais de jiu-jitsu, exercendo tal atividade com vínculo empregatício e/ou como autônomas, em academias esportivas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As entrevistas foram realizadas entre março e agosto de 2021, as presenciais ocorreram no local de trabalho das entrevistadas ou em suas residências, em dias distintos, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, duraram em média 40 minutos e foram transcritas na íntegra. Os nomes reais e das respectivas academias foram substituídos por fictícios, o perfil de cada uma delas, serão detalhados a seguir.

4.2.1. Perfil das entrevistadas

A partir da fala das entrevistadas observou-se que estas apresentam uma média de 36,8 anos de idade, em sua maioria casadas com instrutores de jiu-jitsu, todas praticantes de outros esportes, com no mínimo de cinco anos de jiu-jitsu, sendo a mais experiente com quinze anos de prática, com variado tempo de atuação como instrutoras

(entre seis meses e onze anos). No que se refere à formação acadêmica, das seis entrevistadas três possuem o ensino superior completo, uma possui superior incompleto e duas o ensino médio completo.

No que tange ao perfil profissional, quatro delas são autônomas, destas três possuem sua própria academia e uma a própria equipe, as demais são contratadas como prestadoras de serviços, todas exercem outras atividades remuneradas, destas apenas duas consideram a atividade de instrutora como principal. Quanto aos alunos/as que instruem todas trabalham com turmas mistas formadas por ambos os gêneros, em sua maioria crianças, adolescentes e/ou como instrutoras auxiliares na turma de adultos, apenas uma instrutora entrevistada atua como instrutora principal da turma de adultos.

A fim de permitir uma análise ampla e a comparação cruzada de dados segue abaixo, quadros abaixo contendo um compilado dos principais dados do perfil das entrevistadas.

Quadro 2 – Perfil pessoal das entrevistadas

	Mackenzie	Leoa	Cyborg	Ronda	Bia Basílio	Bate-Estaca
Idade:	41 anos	37 anos	35 anos	40 anos	39 anos	29 anos
Estado Civil:	Casada	Divorciada	Casada	Casada	Casada	Solteira
Número de filhos:	02 filhos - 14 e 19 anos	01 filha de 17 anos e 01 filho de 7 anos	Sem filhos	02 filhos - 14 e 12 anos	01 filho de 9 anos	Grávida de 07 meses
Total de moradores na residência:	4 pessoas, ela, o marido e os 2 filhos	5 pessoas, ela, o genro, o pai, a mãe e os 2 filhos	2 pessoas, ela e o marido	4 pessoas, ela, o marido e os 2 filhos	3 pessoas, ela, o marido e o filho	2 pessoas, ela e o namorado
Formação acadêmica:	Pedagoga, especialista em Neuropedagogia	Ensino médio completo	Graduada em Gestão comercial e cursando Educação Física	Ensino médio completo	Licenciada em Educação Física	Ensino superior incompleto (Educação Física)
Cidade onde mora:	Ibirité	Ibirité	Sarzedo	Belo Horizonte	Ibirité	Belo Horizonte
Outros esportes praticados:	Boxe e ciclismo	Treino funcional	Boxe, musculação	Musculação	Corrida, musculação	Box, MMA, Wrestling e Muay Thai
Tempo de prática do jiu-jitsu:	05 anos	05 anos	15 anos	07 anos	05 anos	10 anos
Tempo como instrutora de jiu-jitsu:	02 anos	03 anos	11 anos	06 meses	02 anos	06 anos
Atual graduação no jiu-jitsu:	Faixa roxa	Faixa roxa 3º grau	Faixa preta 1º grau	Faixa marrom	Faixa roxa	Faixa preta
Federação ou Confederação filiada:	CBJJE	CBJJ	CBJJ /IBJJF/ CBJJE	LBJJ	CBJJ	CBJJ
Academia em que treina atualmente:	Academia Beta	Academia Alfa	Academia Delta	Academia Alfa	Academia Beta	Academia Ômega

Fonte: Quadro elaborado pela própria pesquisadora a partir dos dados coletados nas entrevistas.

Quadro 3 – Perfil profissional das entrevistadas

	Mackenzie	Leoa	Cyborg	Ronda	Bia Basílio	Bate-Estaca
Academia e/ou escola de artes marciais em que trabalha:	Academia Beta	Academia Alfa II - Filial da Academia Alfa	Academia Alfa	Academia Gama	Academia Beta	Team Bate-Estaca
Localização da academia em que trabalha:	Ibirité	Ibirité	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Ibirité	Belo Horizonte
Vínculo com a academia em que trabalha:	Proprietária da Academia	Proprietária da Academia	Proprietária da Academia junto com o marido	Contratada para prestação de serviço	Contratada para prestação de serviço	Parceria com Academias, é proprietária da Equipe
Outros cargos e/ou funções exercidas:	Administradora da academia	Administradora da academia	Administradora da academia	Vendedora de cosméticos	Cabeleireira, manicure e depiladora	Promotora de eventos e tatuadora
Atividades consideradas como principais:	Administradora da academia	Instrutora de jiu-jitsu	Instrutora de jiu-jitsu	Vendedora de cosméticos	Cabeleireira, manicure e depiladora	Promotora de eventos e tatuadora
Jornada de trabalho semanal, somadas todas as funções:	Cerca de 44 horas semanais.	Cerca de 30 horas semanais.	Cerca de 70 horas semanais.	Cerca de 12 horas semanais.	Cerca de 48 horas semanais.	Cerca de 36 horas semanais.
Gênero e faixa etária dos/as alunos/as:	Misto, crianças de 04 a 09 anos.	Misto, crianças, adolescentes, jovens até 20 anos.	Misto, crianças, adolescentes e adultos.	Misto, crianças, adolescentes e adultos.	Misto, adultos.	Misto, adultos.
Função exercida por turma:	Instrutora auxiliar do filho em turmas infantis.	Instrutora principal de turmas infantis, adolescentes e mulheres.	Instrutora principal de turmas infantis, adolescente e mulheres; Instrutora auxiliar do marido na turma dos adultos.	Instrutora principal de turmas infantis, instrutora auxiliar do marido na turma dos adultos.	Instrutora auxiliar do marido na turma dos adultos.	Instrutora principal da turma de adultos,

Fonte: Quadro elaborado pela própria pesquisadora a partir dos dados coletados nas entrevistas.

MACKENZIE

Pedagoga, pós-graduada em Neuropsicologia (2020), Mackenzie tem 41 anos, é casada, tem dois filhos (14 e 19 anos), ambos praticantes de jiu-jitsu, moram com ela e o marido em Ibirité. Além de instrutora de jiu-jitsu, Mackenzie é proprietária da Academia Beta onde treina e administra sozinha o estabelecimento empregando mais onze pessoas, dentre elas seu esposo e seu filho mais velho.

Recém-graduada como faixa roxa, Mackenzie pratica jiu-jitsu há cinco anos, e atua há dois anos como sua instrutora auxiliar do filho, nas aulas para crianças de 04 e 09 anos, três vezes por semana. Conheceu a arte marcial por meio do esposo, que a incentivou a ingressar no jiu-jitsu, desde que iniciou a prática do esporte Mackenzie sempre esteve envolvida em campeonatos de jiu-jitsu como competidora, como técnica auxiliar e como organizadora de campeonatos. Ela também pratica boxe e ciclismo, além de promover um projeto social em sua academia para auxiliar alunos/as carentes.

Em 2018 com o apoio do marido, Mackenzie comprou a Academia Beta em que ele era instrutor e ela aluna, e reestruturou toda a gestão da empresa, destaca-se que o estabelecimento leva o nome do marido de Mackenzie e do antigo proprietário, além do jiu-jitsu, a Academia Beta também oferece aulas de muay thai, boxe, sanda (box chinês), balé e dança contemporânea. Atualmente o estabelecimento tem cerca de 200 alunos/as e é uma das referências em artes marciais da região. Mackenzie tem a atividade de gestora como principal, dedicando em torno de 44 horas semanais a este trabalho.

Mackenzie é a principal responsável pela organização e realização das atividades domésticas, não possui empregada, e segundo ela apenas o seu filho mais novo “ajuda” nas tarefas do lar, Mackenzie diz que priorizar o trabalho por necessidade e que gostaria de se doar mais para o cuidado doméstico. A entrevista com Mackenzie ocorreu nas dependências da sua academia em março de 2021.

LEOA

Leoa tem 37 anos, divorciada, reside em Ibirité, com a filha de 17 anos, o filho de 07 anos, a mãe, o pai e seu genro. Leoa concluiu o ensino médio em 2006 e gostaria de se graduar em Educação Física. Praticante de jiu-jitsu há cinco anos (atualmente treina na Academia Alfa), faixa roxa terceiro grau e há três anos como instrutora, Leoa

administra a própria academia a Alfa II, anexa a sua residência, ministrando aulas para crianças, adolescentes, jovens (até 20 anos) de ambos os gêneros e mulheres adultas, público para o qual também oferece treinamento funcional.

Leoa conheceu o esporte por meio de seu irmão e seu ex-marido, que a incentivaram a praticar a arte marcial. Após conhecer o jiu-jitsu, Leoa começou a acompanhar sua filha mais velha nos treinos em campeonatos, após grande relutância inicial, Leoa começou a apreciar o esporte e a praticá-lo esporadicamente. O contato maior com as aulas e a rotina administrativa de uma academia se deu quando o ex-marido de Leoa decidiu montar a própria academia anexa à casa do casal. Inicialmente as tarefas de Leoa era limpar o local, por insistência de seu ex-marido ela começou a treinar mais com a turma, principalmente com mulheres iniciantes e a participar da rotina administrativa do negócio.

Evangélica desde criança, a história de Leoa é marcada por um conflito entre a rotina própria do esporte e preceitos religiosos. O fato de treinar com homens e os horários dos treinos (coincidiavam com os horários dos cultos) provocou desgastes e desentendimentos na igreja e na família de Leoa. Em 2018 Leoa divorciou-se, seu ex-marido a deixou com os filhos, a casa e a academia e foi morar em outro estado. Recém-graduada na faixa azul, e sem nenhuma experiência como instrutora, Leoa se viu obrigada a assumir as turmas do ex-marido, sob pena de fechar as portas e ter que procurar outra ocupação. A partir daí, Leoa decidiu contratar um instrutor para ministrar as aulas de jiu-jitsu para a turma mista dos adultos, e ela, incentivada por seu professor, assumiu os demais treinos.

Atualmente Leoa vê a atividade de instrutora como principal, ministra aulas particulares ou em pequenos grupos, com uma carga horária de aproximadamente 30 horas semanais. Por ocorrência da pandemia do Coronavírus, o instrutor contratado precisou ser dispensado e a turma dos adultos foi desfeita. Após a liberação das autoridades de saúde, Leoa pretende reabrir a turma mista dos adultos e assumir como instrutora principal.

Leoa é a responsável pela realização e organização da maior parte do trabalho doméstico da sua casa, sua mãe contribui com tarefas da cozinha e ocasionalmente seus filhos auxiliam em tarefas designadas por ela. A entrevista com Leoa ocorreu na sua academia em março de 2021.

RONDA

Ronda tem 40 anos, é casada, reside em Belo Horizonte com os dois filhos (de 14 e 12 anos) e o marido que também é instrutor de jiu-jitsu. Ronda concluiu o ensino médio em 1998, já competiu em alguns campeonatos de jiu-jitsu, mas afirma não ter o perfil de competidora.

Atualmente a prática do jiu-jitsu é uma atividade familiar para Ronda, ela, os filhos e o marido treinam juntos na Academia Alfa, Ronda pratica o esporte há sete anos, atualmente está na faixa marrom da modalidade. Ronda começou a dar aulas substituindo seus professores na academia onde treina, e foi aproximadamente seis meses antes da realização da entrevista, que ela e o marido assumiram turmas como instrutores de jiu-jitsu em uma academia de musculação próxima a sua residência.

Ronda ministra aulas para crianças, adolescentes e atua como instrutora auxiliar na turma dos adultos, substituindo o marido quando necessário. As aulas ocorrem três vezes por semana, entre 19h00min às 22h00min, na Academia Gama, segundo ela essa carga horária de trabalho possibilita a conciliação com o trabalho doméstico, treinos de jiu-jitsu, prática de musculação e o trabalho como revendedora de cosméticos, considerada por Ronda sua atividade remunerada principal, por ter mais tempo nesta profissão.

Quando abordada sobre o trabalho doméstico, Ronda afirma ser a principal responsável pela execução e organização do mesmo, seus dois filhos contribuem na realização de tarefas supervisionadas por ela. Outro aspecto levantado pela entrevistada foi um acordo feito com o marido logo após o nascimento de seu primeiro filho, em que ambos decidiram que ela não iria trabalhar “fora de casa” e ficaria responsável por cuidar dos filhos e da casa, Ronda afirma que tal decisão hoje possibilita a execução do trabalho doméstico junto com suas demais atividades.

Ressalta-se que Ronda é evangélica e vem de uma família extremamente conservadora, seu pai, tio e entre outros parentes vêm a prática do esporte e a profissão de instrutora de jiu-jitsu, como algo trivial, desnecessário e inadequado para mulheres. Ronda vê no marido, nos filhos e na sua equipe uma fonte de apoio e incentivo para continuar no esporte. A entrevista com Ronda ocorreu em sua residência, em março de 2021, com a presença do marido, que por vezes interrompeu a entrevistada.

CYBORG

Cyborg tem 35, é casada, não tem filhos, reside em Sarzedo com o marido que também é instrutor de jiu-jitsu. Cyborg é formada em Gestão Comercial e está concluindo uma segunda graduação em Educação Física.

Para além das competições, Cyborg pratica jiu-jitsu há 15 anos (atualmente na Academia Delta), atua como instrutora há 11 anos, é faixa preta primeiro grau e iniciou na profissão como faixa roxa, incentivada por seu instrutor. Destaca-se que Cyborg também já foi competidora de jiu-jitsu, ganhou diversos campeonatos, entre eles um mundial (pela CBJJE) em 2017.

Cyborg e o marido administram a própria academia (Academia Alfa), localizada em Belo Horizonte, esta leva o nome do marido de Cyborg, com aulas entre segunda e sexta-feira, em horários que variam entre 07h00min e 22h00min. Cyborg ministra aulas para turmas das crianças e adolescentes, atua como instrutora auxiliar na turma dos adultos e, quando necessário, substitui o marido.

Com uma média diária de 15 horas de expediente, Cyborg e o marido executam todas as atividades secundárias da academia, desde a recepção dos/as alunos/as até a limpeza do local, pois não têm outros funcionários. Ressalta-se que o tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho de Cyborg, gira em torno de uma hora e vinte minutos ao dia.

Cyborg divide o trabalho doméstico com o marido, segundo a mesma os dois são responsáveis pela execução das tarefas domésticas. Cyborg também desenvolve um trabalho específico em sua academia visando incentivar a prática do jiu-jitsu entre o público feminino. Ela promove eventos esportivos e sociais entre as mulheres da equipe e convidadas de outras academias, estes eventos são desenvolvidos principalmente para fortalecer os laços das mulheres com a equipe, com o esporte e com outras lutadoras, incentivando a prática do jiu-jitsu feminino. A entrevista com Cyborg ocorreu por Whatsapp em maio de 2021.

BIA BASÍLIO

Bia Basílio tem 39 anos, é casada, reside em Ibirité, com o cônjuge e o filho de 09 anos, ambos também praticantes de jiu-jitsu. Bia Basílio é professora formada em Educação Física, curso concluído em 2020. No jiu-jitsu, Bia é faixa roxa, pratica o

esporte há seis anos (atualmente na Academia Beta), e há dois anos atua como instrutora auxiliar nas aulas do marido, em turmas de adultos, com homens e mulheres a partir de 16 anos.

A trajetória dentro dos tatames Bia é marcada por desafios desde seu ingresso no esporte. Basílio conheceu o jiu-jitsu há cinco anos, enquanto levava o filho às aulas, ela se encantou com o esporte, entretanto seu marido não permitia que ela treinasse com homens e no treino dos adultos não tinha mulheres, somente após um longo processo de conscientização do marido Bia Basílio pode treinar com ambos os gêneros e iniciar seu trabalho como instrutora.

Além de instrutora de jiu-jitsu, Basílio também trabalha na área de estética como cabeleireira, manicure e depiladora em um salão instalado na sua casa, Bia considera este seu trabalho principal, onde dedica entre sete e oito horas diárias. Bia também se considera a principal responsável pela realização do trabalho doméstico, seu marido a auxilia em algumas tarefas, principalmente aos domingos, por ela considerado como “dia de folga”, quando o esposo é responsável pela realização de todas as tarefas da casa.

Bia atua ativamente em uma igreja evangélica, como obreira, ela afirma que seus pastores e demais companheiros da igreja são grandes incentivadores do seu trabalho como instrutora de jiu-jitsu e da prática de atividades esportivas em geral. Sua família e amigos também são grandes apoiadores. A entrevista com Bia Basílio ocorreu na academia em que esta trabalha, em março de 2021, com a presença do marido e do filho.

BATE-ESTACA

Bate-Estaca tem 29 anos, é solteira, está grávida de 07 meses de seu primeiro filho e reside em Belo Horizonte com o namorado. Após concluir o ensino médio Bate-Estaca iniciou uma graduação em Educação Física, mas não finalizou o curso, diz gostar apenas do campo das lutas e que a melhor maneira de se especializar na área é praticando diversas modalidades de lutas esportivas, na formação pelo exercício prático.

Faixa preta de jiu-jitsu desde dezembro de 2019, Bate-Estaca pratica o esporte há dez anos (atualmente treina na Academia Ômega), atua como instrutora há seis anos. Campeã brasileira na faixa marrom pela CBJJ (2019). Desde os dezesseis anos Bate-

Estaca pratica esportes de combate, como: box, MMA, wrestling e muay thai, inclusive em 2018 foi vice-campeã brasileira de wrestling.

Bate-Estaca iniciou a sua carreira de instrutora de jiu-jitsu ensinando seus colegas de treino novatos, com o tempo ela foi desenvolvendo uma didática própria de ensino derivada das outras modalidades de lutas que praticava, percebendo este potencial seu professor a autorizou dar aulas para turmas de iniciantes, enquanto ainda estava na faixa azul.

Entre 2015 e 2017 Bate-Estaca mudou de equipe, neste período não atuou como instrutora, mas auxiliava os iniciantes nos treinos. Em 2018, já com a faixa marrom, Bate-Estaca voltou a sua equipe de origem, como instrutora principal, treinando adultos de ambos os gêneros. Bate-Estaca se destaca por ter criado sua própria equipe, que leva apenas o seu sobrenome, uma das poucas mulheres do Brasil a conseguir este feito, o “Team Bate-Estaca” foi criado em 2019.

Apesar de obter alguma renda do seu trabalho como instrutora de jiu-jitsu, Bate-Estaca não considera esta sua profissão principal, pois não obtém um retorno financeiro suficiente para se manter, ela considera como principais as profissões de promotora de eventos, *personal fight* e tatuadora.

O “Team Bate-Estaca” treinava em um espaço na zona leste de Belo Horizonte, devido a pandemia da COVID-19, o fechamento das academias e o alto custo de manutenção, Bate-Estaca precisou mudar o local de treino para o terraço da casa de um aluno, até a descoberta da sua gravidez ela treinava uma turma de alunos/as adultos pela manhã e estava com o projeto de iniciar uma turma feminina no período da noite.

Ressalta-se que Bate-Estaca também se destaca como influenciadora digital, principalmente entre os praticantes de jiu-jitsu, atualmente ela possui quase vinte mil seguidores no Instagram, onde promove debates sobre o mundo do jiu-jitsu, a vida da mulher no esporte, a remuneração das atletas, entre outros temas.

Quanto ao trabalho doméstico, Bate-Estaca divide as tarefas com o namorado, de acordo com a afinidade de cada um. Ela afirma que não coloca o trabalho doméstico como prioridade e não deixa que este afete o seu trabalho como instrutora, afirma também que isso provavelmente não mudará depois do nascimento do filho. A entrevista com Bate-Estaca ocorreu em agosto de 2021 em sua residência.

4.3. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, A PRÁTICA DO JIU-JITSU E O TRABALHO COMO INSTRUTORA

Este estudo tem como base teórica a Divisão sexual do trabalho, seus princípios e subdivisões. Como meio de diálogo entre teoria e prática, foram utilizados excertos de fala das instrutoras de jiu-jitsu, sujeitos desta pesquisa, para realização das análises empíricas.

No que tange a divisão sexual do trabalho, em decorrência de diversos fatores, suas formas são instáveis no tempo e no espaço, no entanto os seus princípios organizadores: o princípio da separação (trabalho de homens e trabalho de mulheres) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher) permanecem constantes, conforme afirma Quirino (2011).

4.3.1. A Divisão sexual do trabalho e o princípio da separação: “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”

Segundo o princípio da separação os homens são destinados a trabalhos da esfera produtiva e mulheres destinadas a trabalhos reprodutivos, este princípio se estende a atividades exercidas fora do ambiente familiar, Quirino (2011) faz a seguinte observação sobre o princípio da separação:

[...] E mesmo quando exercidas fora do lar, as ocupações ditas femininas, são quase sempre voltadas para o cuidado e a prestação de serviço, tais como o trabalho das enfermeiras, secretárias, nutricionistas, entre outras, e acabam se tornando uma extensão do trabalho doméstico, reforçando esse princípio. (QUIRINO, 2011, p. 217).

Neste estudo identificou-se uma tendência das instrutoras trabalharem com turmas de crianças e adolescentes de ambos os gêneros, turmas exclusivas de mulheres e como instrutoras auxiliares nas turmas mistas adultas, eventualmente substituindo o instrutor principal. O que corrobora com a perspectiva do princípio da separação, visto que na ocupação de instrutora de jiu-jitsu as funções que mais se aproximam das atividades ditas “femininas” seria a instrução de crianças, adolescentes, outras mulheres e no auxílio ao instrutor.

Este fenômeno pode ser demonstrado na fala da única entrevistada que é instrutora principal de uma turma de adultos (mista), quando perguntada sobre o gênero e faixa etária das suas turmas, Bate-Estaca responde o seguinte: “Misto, adultos - Eu nunca quis ter turmas separadas, porque só sobrava isso pra gente e eu não achava justo, você só pode dar aula se for para a turma feminina ou só para criança.”.

Um dos efeitos do princípio da separação no caso de Leoa, por exemplo, é a especialização em turmas infantis e a “preferência” dela em trabalhar com este público. Leoa afirma que prefere trabalhar com crianças, pois é mais rentável, uma vez que os pais das crianças se sentem mais tranquilos em “deixar os filhos com uma mulher”:

Meu foco é mexer com criança. Entrevistadora: Porque que você prefere trabalhar com crianças? Leoa: Não sei... Questão de rentabilidade, com as crianças tem mais rentabilidade... Quando tem uma mulher dando aula, e as crianças veem, elas se apegam mais pelo fato de a gente ser mulher, os pais parecem que gostam... Eu tenho essa visão, né... Eles chegam eles ficam mais tranquilos em deixar os filhos com uma mulher dando aula. (Fala da entrevistada Leoa).

Quando perguntada, Leoa demonstra receio quando se trata de treinar homens adultos:

[...] eu tenho mais foco assim pra criança, eu já dei aula pra homem também, mas assumir uma turma só com homem assim eu nunca assumi não... Já dei aula pra homem, tipo o professor não veio, eu dei a aula. Hoje eu dou (aula) para criança, adolescente e jovens, jovem eu dou... E mulher... (Fala da entrevistada Leoa).

Outro aspecto abordado por Leoa ao justificar sua preferência em trabalhar com crianças são os questionamentos levantados por homens adultos, colocando em dúvida a sua capacidade técnica como instrutora:

[...] Senão ia ser muito difícil, porque com a criança tudo que você ensina ela aprende, ela não te questiona muito, agora o adulto ele tem aquele negócio né “faixa azul, não sabe nada, acabou de pegar uma faixa” criança não está nem aí pra isso, criança você está falando ela está atenta pra te ouvir, o adulto está atento para te questionar, espera uma brechinha para questionar a capacidade da gente. (Fala da entrevistada Leoa).

Ronda também aponta os desafios a serem enfrentados diante da possibilidade de ser instrutora da turma de adultos, o principal deles é desmistificar a ideia de que a

mulher é mais frágil e logo não tem capacidade técnica ou conteúdo para ser instrutora de jiu-jitsu:

Eu acho que às vezes as mulheres ficam até com medo mesmo, de pegar a frente de uma equipe pra ela, né... Entrevistadora: Porque você acha isso? Ronda: Porque vai entrar tanto homem, quanto mulher, eu acho assim, eu, no meu ponto de vista, pra gente mulher dá aula pra homem, dependendo do homem, se ele for muito machista, é mais complicado. Porque o homem vê a gente com preconceito, tem homem que pensa assim: "Uma mulher que dá aula ali na academia, mais frágil..." Não pensam que ela pode ter muito conteúdo pra tá ensinando, às vezes tem gente que pensa que um homem tem mais conteúdo. Mas quando os dois, tanto o homem, quanto a mulher, está disposto a aprender e corre atrás, todos os dois têm o mesmo conteúdo e capacidade pra ensinar. Mas tem muito preconceito do povo. (Fala da entrevistada Ronda).

A “fragilidade” feminina apontada por Ronda nos remete ao estereótipo socialmente construído de que existem esportes “para homens” e esportes “para mulheres”, e o jiu-jitsu se insere no rol dos esportes ditos “masculinos” - principalmente por ser uma luta, majoritariamente praticada por homens, com muito contato físico, entendida como competitiva e violenta (CECCHETTO, 2004), este seria um espaço masculino onde uma mulher instrutora, em uma posição de superioridade hierárquica, estaria fora de lugar. As mulheres têm que lidar com este fato desde o ingresso no esporte, passando pela formação da instrutora até a manutenção na profissão.

Para atuar como instrutoras elas têm que se manter treinadas e demonstrar suas competências técnicas e físicas nas aulas enquanto instrutoras e nos treinos enquanto alunas. Mesmo contando com anos de experiência, uma alta graduação e exercer a profissão de instrutora, elas são constantemente testadas, Bate-Estaca afirma que “precisa bater” para que o aluno entenda que ela tem capacidade de ensinar:

[...] porque a gente, mulher no esporte... Eu sempre tenho que provar que eu sou melhor, não adianta eu chegar com o título e com minha faixa preta não, todo aluno, que vai treinar comigo, eu tenho que bater nele inicialmente pra ele me respeitar, não tem essa parte... Se fosse um homem não teria esse problema, tenho muitos alunos que nunca treinaram com o mestre! Se você é uma mulher... Você tem que treinar uma pessoa e bater, pra ele entender que você tem capacidade de ensinar! (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

As instrutoras Bia Basílio e Mackenzie relatam exemplos de como a visão deturpada do lugar da mulher no esporte e na sociedade, pode influenciar no exercício

da profissão e na prática do esporte. Segundo elas muitos homens têm problemas em treinarem com mulheres, pois entendem que estão “apanhando” delas, e isso ainda é um tabu entre eles:

[...] principalmente quando a pessoa começa. - Há...apanhar de mulher! Tem aquele orgulho de não querer apanhar de mulher e já percebi menino muito frustrado... Por exemplo a pessoa entra ele é grandão, é fortão, ele fica frustrado porque uma mulher, uma pessoa de 1,63m conseguir fazer muita coisa com ele, já percebi sim, muita frustração - Nossa eu vim aqui pra apanhar de mulher!, acontece demais. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Pois é as vezes entra um homem por exemplo... Um homem grande, um homem forte, aí ele chega ali e vê uma mulher faixa roxa por exemplo... Ele não quer apanhar de mulher, homem não quer apanhar de mulher, aí a gente chega ali e no primeiro momento a gente segura eles [...] Então quando você consegue finalizar um homem, aí você tem que ficar na defensiva porque ele vai vir com tudo, então isso dificulta um pouco... Porque querendo ou não, mesmo a gente sendo mais experiente, tendo mais técnica, a gente fica com medo né... Porque um homem vindo pra cima da gente, igual um touro, com toda força dele, com toda fúria, que eles colocaram toda fúria ali... É complicado, você fica com medo de machucar. [...] (Fala da entrevistada Mackenzie).

Essa perspectiva sexista do jiu-jitsu, visto como um esporte masculino e inadequado para mulheres perpassa a fala de todas as entrevistadas. Cyborg afirma que fora do seu ambiente de trabalho já foi constrangida pelo exercício da sua profissão, segundo ela: “Claro que sempre tem aquela pessoa sem noção, que acha que vc não tem capacidade de exercer uma profissão predominantemente masculina por ser mulher”. Essa ideia construída socialmente já esteve presente, inclusive, no repertório de uma das instrutoras entrevistadas. Leoa conta que quando conheceu o jiu-jitsu tinha outra visão em relação à prática da arte marcial:

Aí eu fui olhar aquele negócio e falei - Misericórdia, isso não é coisa de homem não, esse negócio é muito estranho! Depois vi os treinos com mulheres e falava - Esse negócio não existe, esse negócio de mulher ficar rolando com homem, isso não dá não... E a princípio eu acompanhava... Porque minha menina logo em seguida entrou, e eu ia ver, ela começou a participar de campeonato, e eu fui indo, achava lindo e comecei a gostar. [...] (Fala da entrevistada Leoa).

Ronda apesar de ouvir comentários sexistas, afirma não se deixar influenciar pela opinião dos outros, para não desistir da sua profissão:

[...] Então se alguém falar assim: - Há Ronda, você dando aula, ou você tá dando aula pra homem e tal. Eu vejo o que eu posso passar, as vezes a pessoa nem está ali dentro, nem sabe como é a arte marcial e quer dar palpite, então não deixo estas coisas me influenciarem. Porque senão a gente acaba desistindo. (Fala da entrevistada Ronda).

O preconceito relativo à prática de jiu-jitsu prática por mulheres é tão manifesto que, ao ser perguntada se já foi constrangida ou discriminada fora do seu ambiente de trabalho por ser mulher lutadora e instrutora de jiu-jitsu, Bate-Estaca relata que constantemente é constrangida por piadas sexuais: “Sim, piadas sexuais quando as pessoas ficam sabendo que você é lutadora de jiu-jitsu, - Ai, nossa você podia me dar um triângulo - ou então – Ai, me dá uma chave de virilha -, normalmente acabo sendo constrangida por homens”.

Compreende-se então que a dinâmica da separação entre "trabalho de homem" e "trabalho de mulher", também pode ser aplicada às instrutoras entrevistadas, nos casos pesquisados as mulheres foram destinadas as funções que mais se aproximam de atividades tidas como “femininas” associadas ao cuidado de crianças e adolescentes, a instrução de turmas femininas e como auxiliares dos instrutores nas turmas adultas mistas. Infere-se também que mesmo exercendo a profissão de instrutoras, altamente graduadas no esporte, com anos de experiência, elas são entendidas como "frágeis" e de pouca competência técnica, embora sejam constantemente testadas dentro do tatame. As instrutoras entrevistadas ainda enfrentam o dilema masculino sobre "apanhar de mulher”, mesmo em um ambiente em que é comum a prática de luta esportiva entre homens e mulheres.

4.3.2. A Divisão sexual do trabalho e o princípio da hierarquia: a subvalorização do trabalho feminino

Segundo o princípio da hierarquia as funções de maior valor social e econômico são destinadas aos homens, enquanto as mulheres são destinadas a funções periféricas de menor valor agregado, segundo Quirino (2011) essa valorização diferenciada pode ser aplicada tanto na esfera pública quanto privada.

Para Cecchetto (2004) além das mulheres serem pouco representadas no jiu-jitsu, muitos instrutores e homens praticantes do esporte entendem as mulheres como "fracas" e pouco resistentes aos esportes e as lutas, logo não há incentivo na preparação

delas para as competições, um dos principais lugares de consagração dos/as praticantes de jiu-jitsu. Ferreti (2011) afirma ainda que diferentemente dos homens, em algumas competições não há premiação para as lutas femininas, ou o valor é menor que ao destinado às lutas masculinas.

Mackenzie também identifica a dificuldade imposta às mulheres para estar em competições, segundo ela alguns campeonatos não dispõem da categoria feminina, em suas palavras: “[...] tem campeonato que só tem masculino, e as meninas ficam querendo ir e não tem!”. Estes fatores estão diretamente atrelados ao ensino da arte marcial, bem como a preparação de adultos de ambos os gêneros para competições, pois estas funções são exercidas por instrutores/as graduados/as reconhecidos/as por seus pares, no entanto grande parte deste reconhecimento se dá em um lugar onde a mulher é pouco estimulada a estar.

Mesmo sendo altamente qualificadas para as funções a maioria das instrutoras não atuam com as turmas principais, quatro das seis entrevistadas atuam principalmente como instrutoras auxiliares. Cyborb é faixa preta, campeã mundial pela CBJJE, pratica jiu-jitsu há 15 anos, 11 deles como instrutora, afirma dividir todas as tarefas da sua academia com o marido, mas quando se trata de instruir as turmas adultas mistas, ela atua principalmente como instrutora auxiliar. Ronda entrou no jiu-jitsu há sete anos junto com o marido, ambos têm a mesma graduação, treinam juntos no mesmo local, no entanto ela ministra aulas para as crianças mesmo tendo resistência em lidar com esta faixa etária, e é instrutora auxiliar do marido na turma dos adultos. Bia Basílio é professora de Educação Física, com seis anos de experiência no jiu-jitsu, apresentou a arte marcial ao marido, atualmente é instrutora auxiliar do marido na turma dos adultos. Mackenzie é pedagoga, pratica jiu-jitsu há cinco anos, campeã de diversos campeonatos regionais, entretanto é instrutora auxiliar do filho em uma turma de crianças de 04 a 07 anos.

Mesmo Bate-Estaca que atuava como instrutora principal na turma de adultos precisou criar sua própria equipe, ao perceber na equipe em que estava o seu trabalho não era reconhecido, as conquistas dos/as seus/as alunos/as eram atribuídas ao líder da equipe e não a ela. E ainda temos o caso de Leoa que decidiu abrir mão de uma turma de adultos, por não se sentir segura para dar aulas para homens, mesmo com experiência de instrutora auxiliar e já ter dado aulas para estes na ausência do instrutor principal.

Bate-Estaca enfatiza que sua metodologia de ensino está acima de muitas academias e mesmo assim tem dificuldade em formar turmas, e que a desvalorização do

trabalho da mulher instrutora, a baixa rentabilidade financeira, as diferenças das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, é um fator que a faz pensar em desistir da profissão:

Entrevistadora: Você já pensou em desistir da sua profissão? Bate-Estaca: Uma vez por dia, desde o dia que eu comecei. Entrevistadora: Por qual motivo? Bate-Estaca: O retorno financeiro principalmente. É muito mais difícil uma mulher conseguir montar uma equipe, pode até tá parecendo ser arrogância, mas eu já frequentei muitas academias, vi o padrão de aulas de muitas pessoas, *eu sei que meu padrão tá acima de muitos faixas pretas, de muitas academias*, e ainda assim eu *tenho uma enorme dificuldade de formar turma, comparado a um homem*. Então, quando você vê isso, quando você vê que o seu trabalho não tem esse retorno financeiro, cê fica chateada, hoje em dia nós somos movidos a dinheiro, então eu não posso dar aula só por amor, quando você vê, que você se esforça muito, você é boa no que você faz e você não tem retorno é frustrante. (Fala da entrevistada Bate-Estaca, grifo nosso).

A combinação os princípios da separação e hierarquia em profissões predominantemente masculinas pode resultar na completa invisibilidade da mulher instrutora de jiu-jitsu, Bate-Estaca sinaliza que há dificuldade até identificação como instrutora, certos empregadores simplesmente não acreditam uma mulher pode exercer esta função:

Não, com toda certeza não, nós não temos as mesmas possibilidades! Você pode ver se hoje abrir uma academia na esquina da sua casa, e eles precisarem de um professor de luta, *eles jamais vão ter na cabeça você!* Você pode chegar, pode chegar e falar: - Não, eu sou professora de lutas - *eles não vão acreditar*, eles não vão ter você na cabeça e eles não vão te colocar! Você vai ser professora de zumba, de aerodance, alguma deste tipo, você não vai ser uma professora de luta. (Fala da entrevistada Bate-Estaca, grifo nosso).

Os dados empíricos desta pesquisa demonstram uma tendência a subvalorização do trabalho das instrutoras de jiu-jitsu pesquisadas, visto que a maioria delas foi destinada às funções mais periféricas como a instrução de crianças, adolescentes, outras mulheres e como instrutoras auxiliares, enquanto a prestigiada incumbência de instruir as turmas adultas majoritariamente masculinas estava sob a responsabilidade de um instrutor. Observa-se também que mesmo investindo em conhecimento, preparo físico, técnico e metodológico as entrevistadas acreditam ter menores possibilidades de evolução na profissão por serem mulheres.

4.3.3. Os caminhos do Labirinto de Cristal

O fenômeno do labirinto de cristal refere-se aos obstáculos horizontais encontrados pelas mulheres no decorrer de suas carreiras, que podem ocasionar a lenta ascensão, a estagnação ou até desistência de determinada carreira (LIMA, 2013).

Conforme Altmann (1999), Olinto (2011) e Auad (2012) desde a infância meninos e meninas são educados de formas diferentes, a partir desta socialização as mulheres são levadas a seguir caminhos marcadamente diferentes, daqueles escolhidos pelos homens. Segundo Olinto (2011) que denomina tal fenômeno como Segregação horizontal:

Por meio da segregação horizontal as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens. Sobretudo pela atuação da família e da escola, as meninas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levadas a considerar como mais adequados para elas [...] A segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero. (OLINTO, 2011, p. 69).

Sousa e Altmann (1999) apontam que desde a introdução do esporte moderno como conteúdo da Educação Física escolar no Brasil os meninos eram incentivados a praticar esportes que necessitavam de maior esforço físico e combate corpo a corpo, enquanto as mulheres eram ensinadas as práticas que promoviam a suavidade de movimentos e a distância entre corpos.

Estas diferenças reproduzidas em âmbito escolar e familiar são aspectos que podem dificultar a prática de jiu-jitsu por mulheres, bem como o desenvolvimento destas até se tornarem instrutoras. Bate-Estaca observa que muitas de suas alunas são afetadas por crenças limitantes ligadas às percepções de gênero e por uma educação corporal deficiente, combinados estes fatores acabam por impor barreiras às mulheres praticantes de jiu-jitsu:

[...] as mulheres não têm contato com o esporte na infância elas não desenvolvem o gosto por esporte. [...] Então eu perco muita mulher por isso, como ela não teve contato com o esporte, ela não tem consciência corporal. [...] em escola pública você vê, nenhuma menina quer ir pra porra da Educação Física, quer ficar sentada, se elas não têm contato com o esporte, começar esse contato na vida adulta é muito difícil. Sem contar as crenças limitantes que a gente tem de que mulher não consegue fazer força, porra! Lógico que consegue! Mas essas *crenças são tão limitantes* que as mulheres já chegam lá e não

tentam, *nem tentam se defender* [...]. (Fala da entrevistada Bate-Estaca, grifo nosso).

Bate-Estaca completa ainda, que as mulheres que permanecem no esporte desenvolveram certa consciência corporal desde a infância e “são mulheres que têm irmãos” o que sugere certa equidade de gênero na formação das meninas:

[...] as mulheres que ficam no jiu-jitsu que gostam de trocação, que gostam de sair na mão, são mulheres que têm irmãos, são normalmente a irmã mais nova, que está acostumada a brincar na rua, a subir em árvore, elas desenvolvem muito mais porque já tem uma certa consciência do que consegue fazer com o corpo. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

A percepção de que jiu-jitsu não é uma prática para mulheres, por parte dos parentes, foi um fator que dificultou a evolução de Ronda para se tornar instrutora, segundo ela: “A minha família... Assim pai, irmã, tem muito preconceito. Todo mundo, quando a gente reúne, fica assim: - Se eu fosse o seu marido eu não deixava você fazer isso não! - Isso não é coisa de mulher fazer! [...] tem muito preconceito até hoje em questão de parentes.”

Segundo Lima (2013, p. 897) “o casamento, a maternidade, a manutenção da relação afetiva, as formas de agir e de se vestir são operados como barreiras, quando cada um desses itens são vistos como operados por códigos de um tipo de “feminidade” hegemônica [...]”, logo quando o trabalho ou a prática esportiva opera com uma lógica que valoriza apenas tributos ditos “masculinos” e desvaloriza os atributos ditos “femininos”, as mulheres enfrentam uma série de dificuldades. Corroborando com esta perspectiva, quando questionada sobre as principais dificuldades das mulheres para a prática do jiu-jitsu e sua formação para a instrução do jiu-jitsu, Bia Basílio responde:

Tem muita coisa que dificulta pra mulher, é a jornada de trabalho, a educação dos filhos né, quando precisa de aula de reforço é a gente que dá, essa coisa toda, tem questão hormonais também, você falta uma semana porque você tá com cólica [...] ou quando o marido da gente não treina temos a dificuldade deles não entenderem... [...] (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Mackenzie enquanto gestora de uma academia percebe que as mulheres ingressam menos no jiu-jitsu e desistem mais “fácil”, em suas palavras: “as mulheres entram menos no jiu-jitsu, tem menos mulher... e automaticamente elas desistem mais fácil... Se entra cinco por exemplo, uma só permanece, a desistência das meninas são

maiores.”. Segundo ela muito se deve a falta de apoio das pessoas próximas que não praticam a arte marcial, Mackenzie infere que o comportamento e visão destas pessoas podem resultar na desistência de algumas mulheres:

[...] no início é complicado, no início é muito difícil, talvez não tenham o apoio do marido, ou do namorado, porque se o marido ou namorado praticar a arte também é mais fácil, quando eles não praticam, eles não conhecem [...] Quem tá aqui dentro não vê essa diferença, mas quem tá lá fora enxerga uma diferença muito grande - Minha mulher ficar agarrando homem dentro do tatame! - eles vão sempre jogando essas piadas e aí elas acabam desistindo, eu acho que elas não encontram lá fora um apoio necessário para passar pelas primeiras fases que são as mais difíceis, né?! (Fala da entrevistada Mackenzie).

Leoa expressa sua dificuldade com os comentários vindos de membros da igreja que frequentava, por causa destes por um tempo se recusou a treinar com homens, depois de várias conversas com seu instrutor começou a treinar com seu marido e posteriormente com outros homens, o que possibilitou o início de sua carreira como instrutora. Leoa afirma que na época tinha medo destes julgamentos:

[...] nesta época eu não treinava com homem, mas quando eu entrei para a Academia Alfa, o professor foi trabalhando minha cabeça [...] aí eu falava da igreja, falava “Como eu vou ficar rolando com homem?” [...] tinha essa neura toda, mas não era bem o pastor, era mais os membros, quem julga mais são os membros, aí eu falava - Não vou treinar não - ele falava - Você deve treinar, se você não quiser não tem problema, mas eu acho importante. Aí ele foi conversando comigo, eu comecei treinando com meu marido, e depois eu comecei a treinar (com outros homens) mas morrendo de medo desse julgamento, porque eles julgavam. (Fala da entrevistada Leoa).

Leoa ainda se sentia pressionada pela mãe e pela ex-cunhada religiosas, que também frequentavam a mesma igreja. Quando perguntada sobre a reação das pessoas a sua prática esportiva, Leoa responde:

Eu tinha minha ex-cunhada que caía na minha alma [...] Quando eu separei, minha mãe falava - Como você vai arrumar um rapaz da igreja? [...] ela falava - Nossa como é que você vai arrumar alguém? Se você fica rolando com homem, chegar lá você está montada em cima de um cara, homem nenhum vai aceitar isso não, da igreja não aceita não! Então tinha muito essa pressão aí, eu acabei saindo da igreja muito por causa disso aí. (Fala da entrevistada Leoa).

Outra armadilha do labirinto de cristal que se manifesta entre profissões hegemonicamente masculinas, é a divergência existente entre a forma de agir esperada pelo/a profissional e a construída como adequada para as mulheres (LIMA, 2013). Neste sentido, Ronda relata que enfrenta desafios relacionados ao questionamento de sua autoridade por parte dos pais e mães das crianças, segundo ela: “As vezes eu acho que a mulher tem que ser mais durona [...] a gente quer levar as coisas mais na calma, mas com amor, mas tem hora que a gente tem que ser mais rígida com o povo, nesta questão de dar o treino.”, em alguns momentos Ronda se vê obrigada a impor regras para o bom andamento das suas aulas:

Então às vezes tem pai que não gosta que chama a atenção dos filhos, aqui tem muito isso: - Há mais o meu filho é assim... [...] se eu tenho que chamar atenção eu vou chamar atenção de qualquer um, e aí as mães ficam assim "dodoízinhas", mas eu falo: - Não, aqui não tem como você ficar desse jeito, tem ser na regra aqui. [...] porque eles tem que aprender em casa, mas a aula é minha, se ela quiser mandar, vai ter mandar na casa dela, porque se você deixar os pais se intrometerem na sua aula aí vira bagunça, porque aí tipo assim: - Quem tá mandando aqui!? É o professor ou é todo mundo que vai mandando? [...] (Fala da entrevistada Ronda).

As crenças limitantes vinculadas a gênero, ou Sexismo automático conforme preconizado por Lima (2013), criadas a partir a ideia que mulheres não podem ocupar determinados espaços, acabam por criar obstáculos contundentes que podem dificultar o progresso na carreira de instrutora.

Ressalta-se que o/a praticante que treina com ambos os gêneros tem a possibilidade de testar suas habilidades e moldar o seu estilo de luta de acordo com o perfil de diferentes oponentes, conforme o gênero, força, tamanho, idade, velocidade, habilidade técnica, etc. (THOMAZINI, MORAES e ALMEIDA, 2009). Diante deste contexto recomenda-se às mulheres o ingresso nas turmas mistas, e caso o objetivo destas seja tornarem-se instrutoras de jiu-jitsu o treino em turmas mistas é extremamente necessário.

Todas as instrutoras entrevistadas atualmente treinam em turmas mistas e quando questionadas se tiveram ou têm um treinamento diferenciado dos homens, mesmo estando nas turmas mistas, cinco das seis entrevistadas declaram que o treinamento é igual. Segundo Mackenzie: “Não tem, quando a gente entra no tatame não tem isso não, não tem gênero, todo mundo igual”, Leoa também concorda: “Não, como diz meu professor depois que pisou no tatame, todo mundo é igual, mulher, homem, não

tem nada disso não!”, Cyborg tem a mesma visão no que se refere a sua academia “aqui todo mundo treina com todo mundo, não existe distinção, depois que vestiu o uniforme todo mundo é igual”, no entanto quando perguntada se já havia presenciado em outras academias situações que poderiam dificultar a formação de futuras instrutoras ela responde: “Existem academias que as mulheres vão treinar e ficam sentadas a maior parte do tempo porque os homens não as chamam para treinar, e elas também ficam com vergonha de chamar.”. Bate-Estaca afirma que o tratamento dado às mulheres nas aulas é diferenciado:

[...] no início como tinham poucas mulheres, eu gostava muito de rodar academias, eu ia visitando academias pra fazer alguns treinos diferentes, e sempre quando você chega na academia eles te tratam com uma idiota! Não querem fazer rola com você, ou então antes de começar o rola - Ô gente aqui, essa é nossa convidada, não machuca ela! [...] (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Ela destaca ainda que muitas vezes os instrutores não conseguem enxergar potencial de luta em mulheres, colocam-nas para treinar com crianças ou com os/as iniciantes e na hora dos rolas as mulheres são consideradas “treino de descanso”:

[...] eles tratam as mulheres como se nós fossemos retardadas, deixam a gente normalmente sentada num canto, os rolas mais legais você não faz, eles colocam iniciante pra treinar posição com você, se tem uma criança, você vai ser a dupla dessa criança... Por mais que você tenha 80 quilos, você que vai ser a duplinha dela! Você é treino de descanso... Treino de descanso, eu acho que todo mundo sabe que eles consideram a mulher treino de descanso, né?! Muita diferenciação em ensinar posição, eu vejo que tem academia que nem se presta a ensinar posição direito pra menina! Acha que ela não vai nem tentar fazer no rola, você vê um monte homem ali treinando aquela posição e a menina tá no básico treinando o *arm lock* há quatro anos! Tem essa diferença! Eles não conseguem enxergar um potencial de luta em uma mulher. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Infere-se que o sexismo automático também pode restringir o desenvolvimento e a formação dos instrutores, uma vez que estes são criados em um meio que enxerga a mulher como frágil e inapta para a prática de esportes de combate. Já as transgressoras conforme identificado por Cecchetto (2004) são vistas como “pouco femininas” ou “Marias-tatames”, Bia Basílio ressalta que o marido (hoje instrutor de jiu-jitsu de ambos os gêneros) teve dificuldades para começar treinar com mulheres, e que ela só começou

a treinar com homens após ele perceber que a prática do jiu-jitsu não tem conotação sexual, “não tinha maldade naquilo”:

[...] ele ficou quase um ano, no início ele ficava travado, com vergonha, aquela coisa da criação mesmo né, de ter sido criado com todo aquele respeito com o corpo da mulher, isso trava os meninos também, eles têm muita dificuldade no início, a gente só olha as nossas dificuldades, mas eles também têm, aí depois de um ano ali... Ele treinando com as meninas, ele pôde perceber por ele que não tinha maldade naquilo, e foi aí que agora todo mundo treina com todo mundo lá em casa. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

A interação com os/as colegas de treino é um aspecto que perpassa a fala de todas as instrutoras, Ronda afirma o relacionamento com a equipe facilitou sua trajetória como instrutora: “a equipe é muito unida, eu acho que um ajudando o outro ali, me ajudou a caminhar e continuar nos treinos e não desistir.”, Mackenzie por outro lado alega nunca ter sido constrangida ou discriminada em seu ambiente de trabalho, mas admite ter sido alvo de piadinhas dos colegas de treino:

Pelo contrário, eu acho que eles sempre me respeitaram muito. A gente ouve piadinhas né - Você tá achando só porque você tá lutando jiu-jitsu, você pode falar isso... - A você quer rolar no tatame! É em forma de brincadeira, mas que acaba sendo uma forma de... Colocar a arte marcial em jogo... De testar. Nunca fui ofendida a ponto de ficar chateada assim, sabe?! (Fala da entrevistada Mackenzie).

Bate-Estaca, no entanto, relata ter sofrido muito assédio quando ingressou no esporte: “De início é muito difícil, muito, muito assédio, é muito assédio! Eu hoje sou considerada uma pessoa tosca, porque foi a melhor maneira deu me defender de assédio, [...] porque na delicadeza eu nunca consegui ganhar este espaço”, segundo ela muitos instrutores são abusivos:

[...] eu tenho dó, porque as vezes você não conhece o professor que você está começando, tem mestres aqui em Belo Horizonte que se a mulher me perguntar: - Eu vou treinar jiu-jitsu com tal pessoa... - Escolhe outro esporte, não treina, que você vai se decepcionar. São pessoas extremamente abusivas [...] (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Bia Basílio ressalta que enquanto instrutora tenta trabalhar a desconstrução das percepções deturpadas de gênero desde o primeiro dia de aula, mas este processo é longo e demanda paciência:

[...] a gente, vai falando - Aqui é diferente, aqui o corpo da pessoa não é visto igual lá fora... aquela coisa sexual apenas, aqui o corpo do seu colega você precisa dele pra você treinar, então você tem que respeitar o corpo do seu colega, e você respeitar os seus limites também. Desde a primeira aula que a gente já vai trabalhando isso lentamente, porque foi construído devagarinho, a vida inteira, para ser desconstruído também demora. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Diante do exposto compreende-se que em torno da formação e do exercício da ocupação das instrutoras de jiu-jitsu entrevistadas existem diversos obstáculos vinculados às relações sociais de sexo/gênero e no lugar social atribuído as estas mulheres. Observa-se que barreiras estruturais horizontais como: o processo de socialização de meninos e meninas na infância, a deficiência na educação corporal das mulheres no âmbito da Educação Física escolar e a ideia socialmente construída de que a mulher não pode ocupar determinados espaços, podem influir em maior ou menor proporção nos caminhos trilhados na carreira das instrutoras pesquisadas.

4.3.4. As barreiras do Teto de Vidro

Além dos obstáculos horizontais, Lima (2008) também destaca as barreiras verticais que impedem as mulheres de ascender profissionalmente, o denominado teto de vidro de tão sutil às vezes é invisível, mas forte o suficiente para barrar ascensão das mulheres na carreira. Uma das características do fenômeno do teto de vidro apontado por Steil (1997) é a sua perversidade, relacionada principalmente a segregação das mulheres em termos ocupacionais, as avaliações injustas e a menor remuneração em relação aos homens.

Neste sentido Bate-Estaca relata que o fato de ser mulher reduziu muito suas possibilidades de progredir na profissão, destaca as dificuldades encontradas quando precisava viajar para outras cidades a fim de participar de campeonatos e competições, uns dos principais espaços de reconhecimento de praticantes e instrutores/as de jiu-jitsu:

Eu acho que o que mais dificultou a minha evolução no jiu-jitsu foi ter nascido com uma vagina, com toda a certeza! Isso dificulta muito

porque, por exemplo, eu que gosto de competir, você tem que viajar para as competições, se você viaja para competição é muito mais barato quando você viaja em grupo, é muito mais barato quando você divide o carro, divide os quartos de hotéis e tal... eu sou sempre a única mulher! [...] (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Ela destaca que para poder dividir os custos de viagens e participar desses campeonatos, precisou se masculinizar para “não ser vista como piranha”, segundo Bate-Estaca:

Então pra eu não ser vista como "piranha", durante estes dez anos eu tive meio que um processo de meio que masculinização, [...] então eu precisei de ficar mais fechada e ficar mais com jeitinho de homem, para que eu não sofresse preconceito, para que eles pudessem me levar nos campeonatos com eles! Porque se eu fosse uma mulher "feminina", a mulher do cara nunca ia deixar ele me levar em um campeonato com ele, eu precisava de carona! [...] (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Fora os empecilhos relacionados ao custeio de viagens, a participação das mulheres em campeonatos de jiu-jitsu tem outros meandros, segundo Ferretti (2011) há diferença nos valores de premiações, às vezes apenas os homens são premiados e conforme já apresentado nesta pesquisa a entrevistada Mackenzie afirma que em algumas competições não têm a categoria feminina, Mackenzie ainda afirma que alguns organizadores não se preocupam nem em adaptar os prêmios para as mulheres: “Por exemplo: Rei de Minas, eu ganhei ano retrasado, eu ganhei um cinturão escrito Rei de Minas, eu questionei, porque não "Rainha de Minas", porque não fizeram, porque não tem demanda de meninas suficiente para mandar fazer um cinturão Rainha de Minas...”.

Bate-Estaca fala da expectativa e da frustração que viveu ao realizar o sonho de ganhar um campeonato brasileiro (pela CBJJ), uns dos títulos mais expressivos do jiu-jitsu mundial, e não obter o retorno esperado:

[...] foi a melhor sensação da minha vida e provavelmente uma das mais frustrantes, foram nove anos de treino para conseguir [...] a gente acha que alguma coisa vai mudar na nossa vida como atleta, que algumas portas vão se abrir, e ainda não, pra mulher não, pro esporte igual o jiu-jitsu que ainda não é um esporte olímpico, não, eu não tive tantas oportunidades assim, não melhorou muita coisa [...] eu não pude ficar nem para comemorar, eu tive que pegar o ônibus para voltar para BH, para eu ter que trabalhar para pagar o gasto que eu tive com este campeonato, porque foi todo custeado por minha conta. Eu imaginei que tendo um dos títulos mais expressivos do jiu-jitsu eu

teria patrocínio, eu teria portas abertas para outras coisas e não aconteceu. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Perguntada a quem atribuía o ocorrido, Bate-Estaca diz que isso se deu, pois está fora do “eixo de lutas” (as cidades Rio de Janeiro e São Paulo) e ao fato de ser mulher, em suas palavras:

Atribuo por Belo Horizonte não ser um eixo de luta, então aparece muito menos oportunidades pra gente aqui, eu teria que está em São Paulo ou Rio de Janeiro para que as coisas acontecessem, eu atribuo também por eu ser mulher, uma mulher levar uma medalha não tem tanta importância... uma medalha brasileira as pessoas não fazem tanto aê quanto fazem para um homem entendeu, com toda certeza são esses os principais motivos. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Mourão (2002) identificou que os estereótipos associados ao gênero feminino, impedem as mulheres de se envolverem em esportes de alto desempenho, pois viajar com a equipe, envolver-se em longas temporadas de treinamento, entre outros aspectos “[...] supõe construir uma carreira dissociada das possibilidades de gerir o espaço doméstico.” (MOURÃO, 2002, p. 843). Complementando a perspectiva de dissociação da carreira de Mourão (2002), Bate-Estaca afirma ter demorado a divulgar a gravidez nas redes sociais por medo de perder os patrocínios e de perder a sua “imagem de atleta”:

[...] o homem quando te vê como mulher, ele para de te ver como atleta, então assim patrocínios... você vai perder! [...] porque as pessoas começam te enxergar como mãe, mãe não é atleta! É mais uns dos motivos que eu não quis postar, eu demorei anos para construir uma imagem de atleta, e se eu apareço grávida simplesmente na cabeça das pessoas não funcionam as duas coisas, não orquestram. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Steil (1997) aborda a questão do comprometimento organizacional aplicado ao fenômeno do teto de vidro, segundo a autora, gestores decidem se promovem ou não as mulheres ancorados na crença de que mulheres têm menor comprometimento organizacional, uma vez podem se casar, ter filhos e/ou deixar o emprego. No entanto Steil (1997), baseada em estudos de Marsden, Kalleberg e Cook (1993), demonstra que as diferenças de comprometimento entre homens e mulheres são mínimas e estão ligadas aos atributos dos cargos e não às características pessoais.

Diante do fenômeno apresentado por Steil (1997), entende-se o relato de Bate-Estaca afirma ter ficado totalmente insegura com a descoberta da gravidez, em suas

palavras: “eu já comecei a pensar “Cara, a vida que eu levo, não é uma vida para um bebê dentro de uma barriga” [...] Depois que eu ganhar (o bebê) eu consigo voltar, mas agora não dá!”. A questão da não regularização da profissão, a pandemia da COVID-19 e a natureza do esporte fez com que Bate-Estaca deixasse de exercer temporariamente a ocupação de instrutora, por medo de sofrer um acidente: “não existe uma posição segura no jiu-jitsu, ainda mais em uma época de pandemia, se você toma uma raspagem e cai de bunda, se você cai de mau jeito de costas [...] então de início eu já tive que abrir mão do que eu mais gostava...”.

Outro ponto destacado por Bate-Estaca foi que antes da descoberta da gravidez, ter sido convidada para participar de um *realite show* de jiu-jitsu de repercussão internacional, após a descoberta da gravidez ela precisou cancelar o contrato com os organizadores, e hoje teme ter perdido definitivamente esta oportunidade:

[...] o detalhe é que descobri indo para um realite show que era o BJJ Stars, já tava com tudo fechado, eu descobri indo pra lá, que era uma oportunidade que esperei durante 10 anos, então a gente não sabe quando ela bate de novo, até mesmo porque hoje eu tô pra fazer 30, a nova leva de jiu-jiteiros com 20 anos já são faixa pretas, então tem isso. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Outra característica do fenômeno do teto de vidro identificada por Steil (1997) é a inclinação dos homens em delegar tarefas desafiadoras para outros homens, em detrimento das mulheres, “estudos experimentais indicam que homens, de maneira geral, estão menos propensos a delegar tarefas desafiadoras às mulheres do que estariam dispostos delegá-las aos homens” (STEIL, 1997, p. 64).

Este entendimento converge com a percepção das instrutoras entrevistadas, quando perguntadas se têm as mesmas possibilidades de crescimento na profissão que os homens, Leoa enquanto instrutora e proprietária de academia e Ronda enquanto instrutora enfatizam a discrepância de oportunidades, o preconceito presente no esporte e a preferência por homens para a instrução do jiu-jitsu:

[...] a minha academia crescer eu sendo professora e se tivesse um homem, eu acho que com o homem cresceria mais, em questão de adultos. Entrevistadora: Por quê? Leoa: Porque existe um preconceito, é lógico que existe, por exemplo, em duas academias diferentes, uma tem um professor faixa preta e em outra uma professora faixa preta mulher dando aula, eu acredito que ainda existe um machismo, que o cara vai chegar e ele vai deixar de treinar na academia que a mulher dá

aula e ir para a academia para que o homem da aula. [...] (Fala da entrevistada Leoa).

Não, os homens crescem mais, mais pelo preconceito de uma mulher está na frente do treinamento. Há possibilidade da gente crescer, porque a gente corre atrás e vai e fala assim: - Eu quero isso, aí elas realmente crescem. Mas olhando o preconceito... Se tiver que dar uma oportunidade para um homem ou para uma mulher... Muitas vezes eles dão para o homem, pelo fato de ter mais homens treinando. (o marido olha discordando) Eu acho! (Ronda enfatiza seu ponto de vista). (Fala da entrevistada Ronda).

Cyborg afirma que o esporte ainda é muito machista, logo as mulheres não têm as mesmas possibilidades que os homens, entretanto as mulheres vêm ganhando espaço, ela destaca ainda a necessidade da busca constante por aperfeiçoamento para “para não ficar para trás”:

Ainda sim é um esporte machista, mas vem melhorando com o tempo. Foi bem pior na época que entrei, mas hoje as mulheres conseguiram ganhar mais espaço, porém precisam correr atrás de conhecimento para não ficar para trás! Porque o jiu-jitsu muda todo dia, sempre tem alguma coisa nova, então estudar é primordial. (Fala da entrevistada Cyborg).

Diante das falas das instrutoras pesquisadas, a luz do fenômeno do teto de vidro teorizado por Steil (1997), observa-se a existência de certas barreiras verticais, que podem impedir a ascensão na carreira destas. Dentre as barreiras encontradas destaca-se: menor possibilidade das entrevistadas ocuparem espaços de consagração do jiu-jitsu brasileiro, menor visibilidade das conquistas femininas no campo esportivo, mais especificamente do jiu-jitsu feminino, a dificuldade de se delegar funções desafiadoras a mulheres (entendendo a instrução de jiu-jitsu como uma destas funções), o entendimento que mulheres têm o menor comprometimento com a função que os homens, a percepção do senso comum que uma esportista está dissociada do espaço doméstico.

4.3.5. As marcas do Drible da Dor

O fenômeno do drible da dor preconizado por Lima (2008) tem como base o discurso meritocrático das mulheres, segundo o qual “[...] o mérito premia inteligências e habilidades, qualidades vinculadas a mentes e espíritos, não a corpos. Não há lugar

para qualquer discussão que remeta ao corpo: raça, gênero, país de origem; nesta lógica, o mérito não ter cor, sexo, etnia, localidade..." (LIMA, 2008, p. 50).

O que viabiliza a representação de saberes descorporificados, cada qual em função do talento do indivíduo, ocupando o espaço merecido, pois foi competente para conquistá-lo. O problema deste tipo de discurso é as mulheres que não obtiveram os mesmos resultados, são vistas como incompetentes, que utilizam o discurso de discriminação entre gênero para justificar seus fracassos (LIMA, 2013).

Cyborg ressalta que o mérito obtido na carreira foi devido aos estudos, e que é preciso ser muito boa no que faz, para estar segura e não temer a opinião alheia, em suas palavras: “eu penso assim, se é isso que eu quero para mim, preciso ser muito boa no que faço, por isso estou sempre estudando e me atualizando, porque se você se sente segura e sabe o que está fazendo, não ter porque temer a opinião dos outros.”.

Mackenzie ao falar da dificuldade para se formar instrutoras de jiu-jitsu destaca os desafios de lutar com os homens muito mais fortes, afirma que talvez as iniciantes não tenham a mesma “perseverança” dela, e que tal dificuldade não tem relação com a diferença de gênero:

Porque um homem vindo pra cima da gente, igual um touro, com toda força dele, com toda fúria, que eles colocaram toda fúria ali... é complicado, você fica com medo de machucar. E talvez as iniciantes não tenha, elas não tem essa perseverança de passar por isso e ver que isso vai passar... Daqui a pouco, você vai se sobressair ali pela sua técnica, pela sua habilidade, não tem nada haver com homem ou mulher... (Fala da entrevistada Mackenzie).

Ao ser questionada sobre as dificuldades de criar sua própria equipe, Bate-Estaca - uma das poucas mulheres líderes de equipe do Brasil, a única que foi localizada nesta pesquisa em Minas Gerais - afirma que esta é uma questão de persistência, as dificuldades são as mesmas para homens e mulheres, e posteriormente afirma que ficou entre dois e três anos para turmas reduzidas sem ter nenhum ganho financeiro:

[...] não tem jeito, é persistência! Não tem jeito, isso tanto pra homem, quanto pra mulher, quando você vai começar dando aula de alguma coisa, você não consegue lotar um espaço seu você não consegue! São anos! Eu fiquei mais de dois, três anos, dando aula para uma pessoa, duas pessoas, eu ia todo dia dar aula para uma pessoa, duas pessoas, pra não ganhar nada. Porque eu gostava de ensinar, e eu percebi que era o jeito mais fácil de aprender [...] aí com o tempo, as pessoas vão reconhecendo seu trabalho, vai vendo como você é dura de jiu-jitsu, vai batendo no pessoal, seus alunos vão batendo, e aí as pessoas vão

confiando, aí depois que eu saí, eu não tive tanta dificuldade assim...
(Fala da entrevistada Bate-Estaca).

É marcante a contundência de Mackenzie em negar que homens e mulheres tinham ou têm treinamentos diferenciados, chegando a alegar que ambos têm a mesma força: “Não tem, quando a gente entra no tatame não tem isso não, não tem gênero. Todo mundo igual, todos nós treinamos as mesmas técnicas, fazemos as mesmas forças...”, ela usa a mesma alegação, e ainda completa que ambos têm as mesmas oportunidades, quando questionada se recebeu ou recebe algum tipo de favorecimento no exercício da sua profissão por ser mulher: “Não, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum... é tudo igual mesmo, na hora do tatame ali a pegada é a mesma, a força é a mesma, se tiver que te finalizar, que te quedar é a mesma coisa, na luta e em oportunidades também.”.

A partir da própria experiência, Bate-Estaca orienta as mulheres praticantes de jiu-jitsu a “bater nos homens”, mesmo correndo o risco de se machucar, como se fosse uma tarefa ao alcance de todas, segundo ela:

[...] a partir do momento que você treina jiu-jitsu de verdade, isso é uma dica que eu dou para qualquer mulher, você quer que o homem pare de te assediar, começa a bater nele, o ego masculino é uma coisa muito frágil [...] e eu tô falando por cicatrizes que eu tive. Esse nariz meu é pro lado, por causa de uma cabeçada que um cara me deu na hora que fui pegar as costas dele. Depois que você começa a apresentar perigo pra eles, eles te deixam de te ver como algo sexual, não existe isso. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Cyborg relata que não precisa mais provar sua capacidade aos outros, pois já provou para si mesma esta capacidade, por meio de suas realizações:

[...] como te falei, antes eu ficava tentando provar para as pessoas que eu era capaz, e hoje eu vejo que não existe essa necessidade, pois eu já provei para mim que sou capaz, ganhando inúmeros campeonatos como o Mundial, por exemplo, e tenho minha maior conquista que foi a faixa preta! (Fala da entrevistada Cyborg).

O discurso associado à representação das supermulheres com realizações próprias de uma minoria de mulheres, por isso considerada uma categoria superior (LIMA, 2013), também se faz presente na fala de Bate-Estaca quando destaca as vantagens de ter um tratamento igualitário na hora da “porrada”, chegando a afirmar que

seus colegas de treino queriam “sua cabeça em uma bandeja”, traduzindo tais comportamentos em sinais de reconhecimento entre pares, em suas palavras:

[...] tinha um professor que ele não deixava ter diferenciação de gênero, na hora da porrada, todo mundo ia ter que apanhar por igual, isso também me ajudou muito, porque os meninos eles sempre me enxergavam eu e qualquer outra menina lá como uma igual, eles queriam nossa cabeça numa bandeja, eles batiam na gente como se a gente fosse homem, então na hora de eu dar aula eles me respeitavam porque eles sabiam que eu entendia do que eu estava falando. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

A perspectiva que as lutadoras como supermulheres, também se faz presente quando Bate-Estaca fala das limitações impostas pela sociedade, para ela “depois que você começa fazer o esporte, você fica muito mais dona de si, você vai passando por cima de algumas limitações que a sociedade coloca que aí você começa a questionar as coisas!”, completa ainda transpor as limitações impostas socialmente, desenvolveu seu senso crítico e começou a duvidar “do que as pessoas colocam como verdade”:

A sociedade sempre falou que ia ser difícil de bater em homem, aí você vê que porra você consegue, "O homem é muito mais forte que a mulher" Mentira! Não é! O homem não é muito mais forte assim não! Depois que você vai passando por algumas barreiras, você começa a questionar algumas coisas que a sociedade coloca, eu acho que você entra em choque com a sociedade sabe, eu desacredito totalmente do que as pessoas colocam como verdade, principalmente no esporte. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

As falas das instrutoras aqui entrevistadas, suprimindo as diferenças biológicas entre gêneros, baseadas em resultados obtidos à custa de muito esforço, resistência a inúmeros obstáculos impostos às mulheres, violências de gênero e até mesmo lesões sérias ocasionadas por preconceito de parceiros de treino que não suportam “apanhar de mulher”, trazem a luz quanto certos fenômenos podem ser perversos. Sendo assim considera-se que compreender os meandros do drible da dor entre instrutoras de jiu-jitsu, não se trata de mera enunciação teórica, mas uma necessidade aqui evidenciada.

4.3.6. O peso da Dupla Jornada

Conforme já apresentado no capítulo dois desta dissertação é extensa a literatura que reafirma a existência do trabalho duplicado. A dupla jornada é caracterizada pela

situação de dupla opressão vivida pela mulher ao exercer o trabalho remunerado e também o trabalho doméstico. Para Hirata e Kér goat (2007, p. 607), “[...] As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero.”

Apesar do ingresso em uma profissão majoritariamente masculina e de todas exercerem outras funções remuneradas, no presente estudo, quatro das seis instrutoras entrevistadas são as principais responsáveis pela realização do trabalho doméstico. Apenas Cyborg e Bate-Estaca afirmam dividir a responsabilidade do trabalho doméstico com seus parceiros. Destaca-se que nenhuma das entrevistadas utiliza os serviços de empregadas domésticas³⁹.

Mackenzie diz que sua jornada de trabalho na academia, que inclui a gestão do estabelecimento, as aulas e os treinos "desgasta muito", somada ao trabalho doméstico "cansa muito". Mackenzie diz ter a obrigação de fazer todo o trabalho doméstico, pois não tem ajudante:

A gente vai se virando, como se diz "rebolando", não é fácil, não tem sido fácil, porque a minha jornada aqui é bem grande, e a gente cansa muito, tanto nos treinos quanto nas aulas, a gente se desgasta muito, eu chego em casa eu não estou com pique de arrumar casa, apesar que eu tenho que fazer né... Eu não tenho nenhum ajudante, mas cansa muito, então a gente vai deixando um pouco a desejar em casa, eu confesso. (Fala da entrevistada Mackenzie).

Quando perguntadas se os outros moradores da residência dividem o trabalho doméstico Mackenzie, Ronda, Bate-Estaca e Bia Basílio dizem que recebem “ajuda” de outros membros da família, o que reforça a ideia que o trabalho doméstico é de responsabilidade exclusiva delas. Ronda faz a seguinte colocação: “Meus meninos eu coloco eles pra me ajudar, que eles são adolescentes... Eles conseguem já varrer uma casa, passar um pano, assim vai auxiliando né!?”.

Em uma análise sobre as novas configurações da divisão sexual do trabalho Hirata e Kér goat (2007) discorrem sobre os "nomadismos sexuais" advindos da precarização do trabalho e da flexibilização do emprego, as autoras descrevem as diferenças do nomadismo no tempo para mulheres e homens:

³⁹ Flexão do termo usado da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) quando refere-se às pessoas, em sua grande maioria mulheres (92%, segundo o IPEA (2019)), que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

[...] nomadismos no tempo para as mulheres (o grande aumento do trabalho em tempo parcial geralmente associado à concentração de horas de trabalho dispersas na jornada ou na semana), e o nomadismo no tempo para homens nomadismos no espaço para os homens (temporários, canteiros de obras públicas e do nuclear para os operários, a banalização e multiplicação dos deslocamentos profissionais dos altos executivos, na Europa e no mundo). (HIRATA, KÉRGOAT, 2007, p. 600).

Segundo Kérigoat (2009) a flexibilização do trabalho nos moldes supracitados somados a divisão sexual do trabalho podem reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo/gênero. Neste contexto as mulheres com uma jornada de trabalho em tempo parcial têm um menor número de horas de trabalho assalariado, portanto têm salários menores que aqueles que exercem o trabalho remunerado em tempo integral, enquanto podem dedicar mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado.

O caso de Ronda reflete bem a questão apresentada por Kérigoat (2009) associada à invisibilidade do trabalho doméstico. Apesar de trabalhar como instrutora de jiu-jitsu (em jornada parcial), atuar com revendedora de cosméticos e se responsabilizar integralmente pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos dois filhos e do marido, Ronda afirma que fica muito tempo em casa e “decidiu não trabalhar”, segundo ela:

No meu trabalho de vendas, tem a revista online, eu vendo [...] pelo whatsapp mesmo, como na academia a gente só trabalha de 19:00 as 22:00 horas, então isso não me atrapalha em casa. Até porque como eu fico muito tempo em casa, que eu decidi não trabalhar mais quando eu tive meu primeiro filho, eu e ele (marido) já tinha conversado de não trabalhar fora mais, então eu não faço tudo no mesmo dia, eu vou dividindo as minhas coisas e consigo conciliar tudo, os meus treinos, dá as aulas e fazer uma musculação, e aí eu vou dividindo tudo, cada dia eu faço um pouquinho. (Fala da entrevistada Ronda).

Bia Basílio, Cyborg, Bate-Estaca e Leoa usam a estratégia de priorizar as aulas e treinos de jiu-jitsu para conseguir conciliar a dupla jornada. Bate-Estaca ressalta: “eu deixo a casa dar bicho, mas não deixo de trabalhar ou de treinar, meu namorado sabe disso, minha prioridade não é ser dona de casa, não é arrumar casa, inclusive porque não me incomoda.”. Por causa da prioridade que atribui à academia, onde atua como gestora e instrutora, Leoa (responsável pelo cuidado dos dois filhos, do genro e dos pais) houve

comentários da mãe sobre sua dedicação ao trabalho, mas segundo ela ainda assim consegue realizar as tarefas:

Eu priorizo a academia e o que der tempo de fazer lá dentro (e casa) eu faço. Como eu estou com estes horários com intervalos entre um e outro, eu consigo ajeitar as coisas dentro de casa e tirar um tempinho pra ver alguma coisa de jiu-jitsu também... Aí minha mãe fala: Tava treinando jiu-jitsu, agora está vendo jiu-jitsu de novo. Mas dá pra fazer ... Eu sou uma dona de casa meio assim "se der pra fazer fez, se não der pra fazer hoje, faz amanhã". (Fala da entrevistada Leoa).

Bia Basílio reitera que não fica “exigindo perfeição” de si, em suas palavras:

[...] eu aprendi não ficar exigindo perfeição de mim, sabe?! [...] a sociedade ela quer uma mulher polivalente, ela quer uma mulher que sai pra trabalhar, ela quer uma mulher que é uma mãe exemplar, ela quer uma mulher que é aquela esposa, e eu não tenho obrigação de nada disso... sabe? Eu não acho que eu sou obrigada a nada disso, e é por isso que eu consigo. Tem dia que não dá pra você arrumar a casa, e você quer treinar? Aí você não arruma a casa e vem treinar! (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Bia Basílio relata a importância da atitude do marido em relação ao serviço doméstico, pela sua fala infere-se que não há cobranças, nem exigências da parte dele:

[...] a minha pia está lá pingando de vasilhas pra lavar, ele não quer lavar, eu não quero lavar, então ninguém lava sabe? Às vezes o homem acha que ele tem o direito de falar: - Nossa você tem que lavar as vasilhas! Né! Ele não, tá lá pra lavar, fica lá pra lavar, todo mundo senta no sofá, vai assistir televisão, se não tem comida e ele não quer fazer, ele compra alguma coisa, vem faz um lanche, a gente senta e come e fica por isso mesmo, não existe aquela cobrança. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Pelos dados da presente pesquisa observa-se que a tarefa de realizar o trabalho doméstico e a vida profissional fica principalmente a cargo das instrutoras de jiu-jitsu entrevistadas, aos homens e demais membros da família restam a função de “ajudar” nas tarefas da casa. Entretanto as entrevistadas priorizam a carreira e usam a estratégia de não se desgastar em demasia com os serviços domésticos, a fim de poderem atingir seus objetivos profissionais.

4.4. MASCULINIDADE *VERSUS* FEMINILIDADE: O DILEMA DAS MULHERES NO JIU-JITSU

A partir do contexto teórico apresentado no item 2.2 do presente estudo procurou-se identificar na fala das instrutoras entrevistadas se estas eram afetadas ou não pelos dilemas relacionados à masculinidade e feminilidade em esportes hegemonicamente masculinos.

Para Molinier e Welzer-Lang (2009) quando se trata da construção da feminilidade e integração ao mundo do trabalho, existe uma grande contradição para as mulheres.

Por um lado, as mulheres que desejam fazer uma carreira valorizada devem aderir ao sistema de defesa viril, desprezando ao mesmo tempo seu próprio sexo. Por outro lado, diferentemente dos homens, as mulheres não construiriam suas competências, mas disporiam de um fundo natural de dons e qualidades femininas (destreza, minúcia, paciência, empatia etc.). Assim, uma grande parte de sua inteligência deixa de ser reconhecida e os serviços “femininos” são prestados pelas mulheres como normais. (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 104).

Na presente pesquisa cinco das seis entrevistadas relatam que o esporte, bem como o exercício da profissão de instrutora de jiu-jitsu não interferiu no sentido de “masculinizá-las”, entretanto quatro delas entendem que mulheres praticantes de jiu-jitsu podem ser incorretamente percebidas como “masculinizadas”. Cyborg afirma que a ideia de que o esporte pode “masculinizar” a mulher é infundado: “Esse é mais um pre conceito que não tem fundamento, isso vai de cada um, treino jiu-jitsu a 15 anos e nunca me senti masculinizada, pelo contrário, fiquei extremamente vaidosa depois de começar a treinar.”.

Quando apresentada a pesquisa de Cecchetto (2004) afirmando que a lutadora de jiu-jitsu muitas vezes é vista como “pouco feminina” ou “masculinizada”, Bia Basílio acredita que a percepção social sobre a lutadora de jiu-jitsu mudou:

A pesquisa dela é de 2004, né? Eu acho que graças a Deus, de lá pra cá muita coisa mudou, é como eu te falei eu não percebo muito como que as pessoas me veem, assim sabe... [...] então eu não percebo esse tipo de pensamento a meu respeito, acho que por isso mesmo, eu sou bem feminina né?! E como o jiu-jitsu não interfere em nada disso... Eu acho que tinha muito daquilo, da menina querer mostrar que era casca grossa e começar com atitudes masculinizadas, aquele negócio de

pintar a unha é coisa de "delicadinha", "eu não sou delicada", eu acho que devia ter muito disso na época, hoje eu não vejo isso. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Mackenzie também se descreve como delicada e feminina, mas aponta que provavelmente a perspectiva apresentada a Cecchetto (2004) deve-se às normas de segurança e de convivência seguidas nas academias, que desaconselham o uso de acessórios (brincos, colares, pulseiras, *piercings*, entre outros), unhas grandes e maquiagens (a fim de não manchar os quimonos dos/as demais praticantes) dentro do tatame, em suas palavras:

[...] a gente não pode treinar, nem lutar com uma aliança, nem com um brinco, nem com maquiagem, então quando a gente vem para o treino a gente se desfaz de tudo isso. E às vezes cria um costume, e os acessórios que nos faz ficar mais feminina vai ficando de lado, no meu caso, no caso de muitas mulheres, principalmente as que são envolvidas a mais tempo, e ficam mais tempo do dia no tatame. Eu não coloco um brinco, é difícil eu colocar um brinco porque eu tenho que tirar toda hora, batom você não pode passar porque você vai sujar o quimono da outra, da sua adversária, então a gente vai deixando de lado. Mas a gente passa batom, a gente arruma cabelo, a gente se depila normal, quando a gente vai sair, quando a gente vai passear! (Fala da entrevistada Mackenzie).

Leoa por outro lado afirma que “tem um jeito mais masculino”, mas isso não se deve ao jiu-jitsu, para ela as pessoas têm uma percepção equivocada ao atribuir ao esporte uma escolha pessoal que fez muito antes de ingressar no jiu-jitsu. Quando perguntada se sentia “masculinizada” pela prática e trabalho com o esporte, Leoa responde o seguinte:

Não tem nada a ver, eu sou assim, por exemplo, não pode lutar de unha grande, não pode, não dá, não tem como, mas as minhas são pequenas, não é por causa do jiu-jitsu é porque já era antes, eu não uso brinco, eu não uso maquiagem, eu não uso colar, mas não é por causa do jiu-jitsu... aí as vezes as pessoas associam o meu jeito e o jiu-jitsu, - A lá nem se arruma, por causa do jiu-jitsu! Gente não tem nada a ver, eu não sou assim, não passo batom, não passo esmalte na unha, mas é porque eu não gosto, eu nunca gostei. (Fala da entrevistada Leoa).

Segundo Leoa os comentários não se restringem a sua forma de vestir, se estendem a sua forma física, principalmente referindo-se aos seus braços, associando incorretamente suas características corporais a prática do jiu-jitsu:

Bom às vezes tem esses comentários: - Você treina jiu-jitsu, por isso que você é forte assim. A questão do meu corpo dos braços mais grosso, não tem nada haver... isso aqui é da família, meu pai é largo

em cima e fino em baixo, isso é de mim. As pessoas associam muito isso - Você treina jiu-jitsu, eu não quero treinar não, vou ficar com os braços assim!? Acontece mais não tem nada a ver uma coisa com a outra. Tem muitas meninas que treinam e são todas topzera no salto, maquiagem, toda feminina, eu não sou porque eu nunca fui. (Fala da entrevistada Leoa).

O dilema referente às mudanças corporais obtidas por meio da prática de determinados esportes está presente no jiu-jitsu e outras lutas esportivas. Ferreti (2011, p. 29) faz a seguinte colocação: “Em consequência das exigências estéticas idealizadas para o corpo feminino, as atletas, ainda que com um corpo altamente desenvolvido para a sua prática profissional no esporte, podem entrar em conflito com sua aparência, uma vez que seu corpo não se encaixa nesse padrão.”. Ainda que não associe a sua forma física à prática do jiu-jitsu, nota-se na fala de Leoa o sentimento de contrariedade acerca dos comentários a ela dirigidos.

Em contraposição às demais entrevistadas, Bate-Estaca relata ter se “masculinizado” pela prática do jiu-jitsu, para confirmar seu ponto de vista ela utiliza argumentos biológicos e sociais. Na esfera biológica Bate-Estaca afirma que o esporte exige a utilização de força para levantar o/a adversário/a, o que incide na mudança na parte superior do corpo do/a lutador/a, as mulheres ganham massa nos braços, costas e ombros, e acabam por “perder” o formato dos seios:

O jiu-jitsu é um esporte, por exemplo, que você faz muita força para supinar as pessoas, então uma das características das lutadoras de jiu-jitsu é não ter peito, é uma das primeiras coisas que você perde, se você não é uma pessoa com um peito muito grande, é uma das primeiras coisas que você vai perder, tanto que a grande maioria das meninas acabam colocando silicone, você faz muita força de supinagem, então fica sem peito mesmo, aí já começam te colocar como masculina, eu lembro que os meninos falavam que não sabiam onde era minha frente, onde era minhas costas, eu era reta, porque o jiu-jitsu te seca, você fica reta. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

A questão levantada por Bate-Estaca corrobora com a afirmação de Ferretti (2011), sobre o desenvolvimento muscular de atletas lutadoras:

Nas lutas como a capoeira e o tae-kwon-do, que trabalham principalmente os membros inferiores, as atletas vão desenvolver um corpo que se ajusta ao padrão de corpo feminino, mas outras modalidades como boxe, judô e jiu-jitsu hipertrofiam a musculatura dos membros superiores, o que limita a participação das mulheres. (FERRETTI, 2011, p. 31).

O outro argumento usado por Bate-Estaca para justificar a “masculinização” em consequência da prática do jiu-jitsu é de natureza social. Segundo ela, para se integrar e ser aceita no grupo hegemonicamente masculino, foi necessário mudar seu comportamento, pois o comportamento tido como “feminino” destoava dos demais:

Tem essa outra questão também de quando você tá num bando, você quer pertencer a esse bando, se tou muito feminina no meio de um tanto de meninos, isso destoa... Porque eu sempre tive amizades masculinas, então assim se eu estou aqui com os meninos, se for ter uma resenha depois do treino e eu sou uma menina feminina eles não vão me chamar, porque as namoradas deles não vão aceitar que eu vá. As namoradas deles gostam de mim porque elas acham que eu sou sapatão. [...] entendeu?! Acontece muito disso, acontece muito porque como eu vou conviver muito tempo com os meninos você acaba querendo parecer... não tem jeito é isso! Eu ficava sempre usando umas blusas mais largas, eu não me sentia muito confortável de usar roupa justa, em ficar de top perto dos meninos. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Bate-Estaca naturaliza mudança de comportamento, afirmando não compensar manter-se “feminina”, que se masculinizar nem sempre é uma escolha, mas uma característica do meio:

Você acaba usando as roupas que os meninos estão usando e conversando do jeito que os meninos conversam, não valia a pena pra mim ficar indo no salão, porque no dia seguinte minha cara estava toda esfolada, não valia a pena fazer unha porque iria perder, não tem como você manter a vaidade no cabelo, principalmente o cabelo cacheado, [...] então assim não tem como, normalmente você tem que optar ou eu vou ser feminina, vou gastar um tempo que poderia dormindo, ou eu vou simplesmente seguir o fluxo porque é o perfil dos atletas, entendeu? Não é nem que a pessoa queira se masculinizar, nem tanto por isso, você acaba se masculinizando, você tá vivendo naquele meio. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Neste sentido Gonçalves (2019), construiu o conceito de Auto Violência, que trata-se de uma violência sutil e invisível às próprias vítimas, que se caracteriza como uma violência que a mulher infringe a si mesma, na medida em que são naturalizadas ou negadas situações de incômodo ou de tratamento diferenciado por parte dos seus superiores e pares, e na progressiva mudança de comportamento delas para se adaptarem ao meio majoritariamente masculino em que estão inseridas.

Estas atitudes são estratégias mobilizadas para resistirem e darem continuidade aos seus objetivos, no entanto, são antinaturais e afetam diretamente sua subjetividade e feminilidade (GONÇALVES, 20019). No caso de Bate-Estaca infere-se que os comportamentos adotados no âmbito do jiu-jitsu eram antinaturais, em seu relato ela

ressalta a hostilidade sofrida neste ambiente e refere-se ao uso de uma “armadura para lutar ali”, afirma ainda que fora de meio adotava o comportamento feminino, vestindo-se do jeito que gostava e que preferia não ser reconhecida pelos/as demais praticantes, para não afetar sua relação com o grupo:

Entrevistadora: Esse comportamento masculinizado, você traz para fora do esporte? Bate-Estaca: Não, eu consegui separar, eu sempre gostei de separa esses meios, os lugares que eu saia no final de semana não eram lugares onde houvesse pessoas do jiu-jitsu [...] eu sabia que no momento em que eu estava eu precisava ser daquele jeito, fora disso (do jiu-jitsu), no final de semana eu gostava de sair, eu ia pra algum lugar, eu ia feminina, me arrumava do jeito que eu gostava, principalmente porque eu não ia tá naquele ambiente hostil. Eu não ia precisar de vestir minha armadura para lutar ali, eu podia ir sensual, tanto que muita gente nem me reconhecia do lado de fora, estavam acostumados a me ver de quimono e cabelo amarrado pra cima, aí eu soltava o cabelo, fazia maquiagem, muita gente nem me reconhecia e eu também fazia questão que não me reconhecessem para não me gerar problemas futuros e mais uma vez pra esta questão para eu continuar sendo aceita no meu bando. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Observa-se que as mulheres entrevistadas têm pontos de vistas diferentes sobre como a prática do jiu-jitsu pode afetar ou não sua feminilidade. Parte delas percebem que podem ser interpretadas como “masculinizadas” pela prática do esporte, a maioria discorda desta perspectiva, entendida por estas como sexista. Entretanto o dilema permanece uma vez conforme observado o fenômeno da Auto Violência apresenta-se maneira sutil e invisível a própria vítima e foram apresentados argumentos contundentes de como a prática do esporte pode afetar comportamentos e a subjetividade feminina.

4.5. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DAS MUHLERES INSTRUTORAS DE JIU-JITSU E OS “FACILITADORES” PARA EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

4.5.1. Estratégias de resistências

Conforme Quirino (2015, p. 233) “a divisão sexual do trabalho é uma importante categoria para compreensão do processo de constituição das práticas sociais permeadas pelas construções dos gêneros a partir de uma base material. ”, e por se tratar de uma categoria de base material construída a partir da construção social dos sexos, é

passível de ser aprendida historicamente a partir de um pensamento dialético. A autora afirma ainda que as relações sociais de sexo/gênero estabelecidas no âmbito do trabalho não são imutáveis, mas periodizadas e em constantes mudanças (QUIRINO, 2011).

Esta constante mutabilidade da divisão sexual do trabalho está associada às estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres nas relações de poder estabelecidas. Neste sentido, Quirino (2011) revela que as mulheres ao passo que sofrem da ação das relações sociais, também em igual proporção agem sobre elas, construindo, mobilizando e alterando as práticas sociais.

Na presente pesquisa foram identificadas diversas estratégias de resistência empregadas pelas instrutoras de jiu-jitsu a fim de superar os diversos obstáculos encontrados em suas trajetórias. Bate-Estaca por exemplo, para não ser vista como “piranha” e ir aos campeonatos junto com seus colegas homens, passou por um processo de “masculinização”:

Então pra eu não ser vista como "piranha", durante estes dez anos eu tive meio que um processo de meio que masculinização, que hoje uma grande parte do jiu-jitsu acha que eu sou lésbica, então eu precisei ficar mais fechada e ficar mais com jeitinho de homem, para que eu não sofresse preconceito, para que eles pudessem me levar nos campeonatos com eles! (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Bate-Estaca justifica que se não agisse dessa forma, não conseguiria dividir as despesas das viagens: “Porque se eu fosse uma mulher "feminina", a mulher do cara nunca ia deixar ele me levar em um campeonato com ele, eu precisava de carona! Se eu fosse "feminina", como é que os meninos iam dividir quarto de hotel comigo? Não ia acontecer! ”, este processo de “masculinização” também serviu para amenizar o assédio sofrido nos tatames:

[...] o máximo que eu passava era um desodorante, para não ter que surgir nenhum tipo de comentário, nunca pude me deixar ser vaidosa, porque senão você vai ter uma encheção de saco do caralho, com homem dando em cima de você! E quando você corta o homem você é piranha, então sabe, eu não queria! (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Outro motivo para abrir mão da sua vaidade e adotar posturas masculinizadas é o temor que o título de “piranha” ou “sapatão” chegasse antes do seu currículo, Bate-Estaca ressalta: “Eu já vim de outros esportes masculinos, então eu não queria que este título chegasse antes do meu currículo! - Há quem que é aquela fulana? - Fulana é piranha, fulana é sapatão! - Mas nunca chegava o currículo! ”.

Dividida entre o trabalho e as atividades da igreja, Leoa também desenvolveu a própria estratégia de resistência para conciliar os horários dos cultos (onde era constantemente era cobrada a sua presença) e as aulas na academia, ela saía antes de finalizar os cultos para chegar a tempo nas aulas, em suas palavras: “na época eu tocava na igreja, então quando faltavam alguns minutos para terminar o culto eu saía antes, para tentar conciliar e vir para a academia”. Leoa destaca a diferença do tratamento destinado a ela e ao ex-marido, este não sofria as cobranças relativas à ausência nos cultos:

[...] agora ele (ex-marido) ia só aos domingos na igreja, por causa dos treinos, eu ia no meio de semana, fazia essa correria toda para poder ir na igreja e ir treinar, aí alguns (membros da igreja) falavam que eu estava abrindo mão da igreja, que eu tinha que buscar primeiro o reino de Deus, e que eu estava abrindo mão do tempo da igreja. Meu ex-marido podia ir só no final de semana, que ele escutava uma coisinha ou outra, eu ia a semana toda eu escutava mais. (Fala da entrevistada Leoa).

Bia Basílio ao conhecer o jiu-jitsu não podia ingressar na turma dos adultos, pois o marido não consentia que ela treinasse com homens e na época não havia mulheres na turma, então Bia pediu ao instrutor das crianças que a treinasse e convenceu outras mães que assistiam os treinos a participarem também: “Tinha umas mães que ficavam comigo assistindo e eu arrastei três mães. Aí a gente conversou com o professor, porque era o horário do treino das crianças. Aí ele dividiu o tatame [...] a gente começou fazer um treino simultâneo (crianças e mães)”. Quando as mães começaram a desistir das aulas simultâneas, Bia Basílio convenceu o marido a ingressar no esporte:

[...] elas foram saindo, aí eu acho que entrou o meu marido, porque eu tinha que usar o corpo de alguém, né?! Aí eu incentivei ele, e ele nos primeiros meses ele treinou só pra me agradar, ele vinha arrastadinho, ele mesmo fala, quatro cinco meses era só pra me agradar, e aí eu lutava só com ele até então, no horário dos adultos. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Para poder treinar com os demais colegas de treino homens, Bia Basílio precisou desconstruir os preconceitos do marido, para tanto ela pedia às mulheres que eventualmente frequentavam os treinos para rolar⁴⁰ com o marido, segundo ela:

⁴⁰ Simulação de luta, a fim de testar e aprimorar as técnicas aprendidas nas aulas de jiu-jitsu.

[...] pra ele entender que não tinha nada a ver a gente treinar com o sexo oposto, mesmo eu não podendo treinar com os meninos ainda, porque ainda ele não entendia, eu mandava as meninas chamar ele pra rolar, então ficou aquele processo, ele ficou quase um ano, no início ele ficava travado, com vergonha, aquela coisa da criação mesmo né, de ter sido criado com todo aquele respeito com o corpo da mulher, [...] depois de um ano ali... Ele treinando com as meninas, ele pôde perceber por ele que não tinha maldade naquilo, e foi aí que agora todo mundo treina com todo mundo lá em casa. (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Outra estratégia de resistência identificada entre as entrevistadas foi a tendência a ignorar conscientemente ou não comentários e atitudes preconceituosas, desestimulantes e machistas sofridas pela prática e/ou a instrução do jiu-jitsu. Quando analisadas certas falas das entrevistadas Ronda, Bate-Estaca e Bia Basílio, nota-se a estratégia de minimizar estas violências. Ronda diz não se importar com os comentários do pai:

Porque ele fala (pai): - Jiu-jitsu é agarrão, ficar tudo suado... eles não entendem, eu falo: - Pai se você for lá um dia, fizer uma aula às vezes você vai gostar e ficar lá. Ele: - Eu acho uma palhaçada. [...] mas assim, eu não me importo com o que eles falam não, eu continuo na trajetória aí, minha caminhada no jiu-jitsu. (Fala da entrevistada Ronda).

Bate-Estaca ressalta que ignorar certos comentários foi extremamente importante para manutenção da carreira:

O meu defeito foi o que mais me ajudou, eu ignoro muitas coisas que as pessoas falam, já me prejudicou muito em algumas coisas, mas no esporte foi extremamente importante pra mim, porque aconteceram várias coisa ao decorrer desses dez anos que todo mundo falou: - Agora você desiste, agora você para. Inclusive estou passando por essa fase né? Assim que eu descobri que tava grávida, foram os comentários que eu mais escutei, tanto que eu decidi não postar na internet, pra eu não ter que absorver esse tipo de comentário mais sobre a minha carreira, então eu decidi ignorar completamente. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Bia Basílio se diz muito “desligada” sobre a pela perspectiva dos outros sobre ela, quando perguntada se já percebeu algum olhar de preconceito ou espanto a respeito da sua profissão, ela responde: “Não, não sei se é porque sou muito desligada de como que as pessoas me veem sabe? Eu não me concentro muito nisso, não... de como as pessoas me veem, então eu nunca percebi, nas pessoas de fora não”.

Pela fala de Bate-Estaca identifica-se o uso estratégico da sua beleza para ganhar visibilidade nas redes sociais, quando questionada se recebeu ou recebe algum favorecimento no exercício da sua profissão por ser mulher, ela afirma:

Meus seguidores, porque assim, me beneficiou por ficar "famosinha" porque financeiramente isso não me deu retorno nenhum... mas eu sei que muita gente que me segue no Instagram, me segue porque eu sou uma mulher bonita [...] então por eu ser uma mulher um pouco mais feminina, não vou nem falar "por eu ser mulher" porque se fosse uma mulher "masculina" ela não teria essa oportunidade, por eu ser bonita, eu tive mais visibilidade, o que não me retornou nada financeiramente. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Bate-Estaca também se beneficiou do fato de namorar seu instrutor quando ingressou no jiu-jitsu, conscientemente ou não este fator protegeu-a do assédio dentro da equipe, na fase considerada por ela como mais difícil:

Sim, uma coisa que me ajudou no início foi que eu namorava o meu mestre, sendo assim, ninguém da equipe dava em cima de mim... eu fiquei resguardada por um homem, eles me respeitaram porque tinha um homem (mestre da equipe) que namorava comigo, provavelmente se eu tivesse começado o esporte solteira, eu teria tido muito problema. (fala de Bate-Estaca).

O desenvolvimento de laços de companheirismo e amizade com os/as alunos/as aliado a um trabalho de alta qualidade, também pode ser visto como um ato de resistência das mulheres instrutoras de jiu-jitsu. Bate-Estaca relata que se sentia injustiçada por trabalhar na Equipe Estrela e como instrutora não obter o devido reconhecimento, apenas o líder da equipe ser aplaudido, segundo ela:

[...] percebi que as oportunidades eu estando dentro da equipe de alguém, as oportunidades pra mim eram menor. Os meus alunos iam lutar, iam ganhar campeonatos mas sempre com o nome de um outro professor, seu trabalho não é tão apreciado. Vai ser sempre o aluno do fulano que ganhou, da Academia Estrela, por exemplo, quando eu dava aula na equipe do Estrela, foi o aluno do Estrela que ganhou, mas a professora era eu. [...] aí eu fui vendo que as oportunidades estavam ficando poucas pra mim, carregando o nome de alguém, e decidi sair e abrir o meu espaço para eu dar aula do meu jeito, com a minha metodologia. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Então após conquistar o título mais expressivo da sua carreira ela decidiu criar a própria equipe, o “Team Bate-Estaca”, e em razão dos resultados obtidos pelos/as alunos/as nas aulas, associados aos fortes laços de amizade desenvolvidos, estes/as acompanharam-na para sua equipe:

Eu tenho o pequeno problema de me envolver muito com os meus alunos então eles viraram amigos, eles viraram realmente parceiros, então quando eu decidi ir, eu fui achando que não viria ninguém comigo, e aí os meus alunos falaram: - Não, se você vai, a gente vai também. Isso pra mim assim foi muito, muito, muito importante, [...] eu estava dando aula e eles viam o resultado das aulas, que eu dava, eu recebendo esse apoio deles, fui, entrei, fui dar aulas só com eles, e aí a turminha vai crescendo, aí um vai chamando um amigo entendeu. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Outra estratégia presente nas falas de Bate-Estaca foi o constante ataque ao “ego masculino” quando assediada, segundo ela “sendo escrota” e “falando palavrão” ao relatar os episódios de assédio Bate-Estaca usa as seguintes palavras:

De início é muito difícil, muito, muito assédio, é muito assédio! Eu hoje sou considerada uma pessoa tosca, porque foi a melhor maneira de me defender de assédio, foi eu sendo escrota, é falando palavrão, é sendo extremamente ofensiva com o ego masculino, porque na delicadeza eu nunca consegui ganhar este espaço. Se eu não atacar o homem, se eu não for grosseira com ele, se eu não cortar na raiz, as coisas ficam muito chatas! (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Parte desta estratégia também inclui o uso das habilidades do jiu-jitsu para mostrar-se melhor do que o assediador e literalmente “bater nele” a fim de atacar seu ego, ela expõe esta perspectiva da seguinte forma: “[...] você quer que o homem pare de te assediar, começa a bater nele, o ego masculino é uma coisa muito frágil, o cara é afim de você, passa a guarda dele, depois que você passa a guarda⁴¹ dele, ele esquece disso.”.

Destaca-se também os movimentos feitos pelas mulheres lutadoras de jiu-jitsu junto a sociedade civil e entidades as entidades reguladoras. Em 2020 a lutadora e instrutora de jiu-jitsu Luciana Neder criou a Comissão de direito das mulheres no jiu-jitsu (CDMJJ) com o objetivo criar políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no jiu-jitsu, representar os interesses da mulher frente aos órgãos

⁴¹ Bate-Estaca está se referindo a um movimento específico do jiu-jitsu, em que o/a lutador/a faz uma “passagem de guarda”, que corresponde à ação do/a lutador/a que está por cima transpor as pernas do adversário. Este/a poderá manter o controle transversal ou longitudinal do/a oponente, que deve estar de lado ou de costas no solo.

reguladores, ao poder público, as instituições organizadoras de competições entre outras entidades (ISTOÉ, 2020). A entidade já vem atuando recebendo denúncias em seu canal de ouvidoria e tomando medidas para enfrentamento destes problemas, uma das medidas foi a criação do selo *Women Friendly*⁴² para academias de jiu-jitsu associadas, com protocolos específicos que visam proporcionar um ambiente seguro e amigável para as mulheres praticantes de jiu-jitsu (ISTOÉ, 2020).

A partir dos depoimentos supracitados infere-se que apesar dos obstáculos originados das relações sociais de sexo/gênero atuarem formas diversas a fim de segregar e impedir o acesso da mulher ao mundo do jiu-jitsu, as instrutoras entrevistadas desenvolveram meios de enfrentamento capazes de assegurar sua continuidade na profissão.

4.5.2. Os “facilitadores” para o exercício da profissão

Segundo Hirata (2004) a discriminação contra as mulheres se enraíza e naturaliza a partir da desigualdade dos papéis sociais e econômicos atribuídos a elas, pelo simples fato de ser mulher. Tendo em vista tal perspectiva, uma medida factível para se enfrentar a desigualdade de gênero no trabalho, seria a desconstrução desses papéis socialmente construídos para fins de dominação.

Neste estudo verificou-se que alguns agentes facilitadores podem ser determinantes para o enfrentamento dos desafios e continuidade das entrevistadas na carreira de instrutoras de jiu-jitsu. Quando questionadas se algo em suas trajetórias ajudou para a evolução na carreira, todas elas ressaltaram o apoio e incentivo de pessoas próximas, tais como: companheiros, filhos e instrutores. Mackenzie ressalta "O fato da minha família está todo envolvida eu acho isso também muito importante.", Ronda compartilha desta percepção:

[...] porque quando está todo mundo fazendo a mesma coisa, aquilo que gosta, não tem aquela cobrança: - Há eu não gosto que você vai para o treino, não gosto que você treina com mulher, não gosto que você treina com homem... [...] então quando você está com sua família, filho, esposo treinando, acho que fica mais tranquilo, não tem muita cobrança em casa. (Fala da entrevistada Ronda).

⁴² Selo destinado a certificar espaços de excelência no atendimento à mulher, que são oficialmente recomendados pela CDMJJ.

Bia Basílio também destaca o incentivo da família, pela sua fala observa-se que a prática do esporte em família, impacta inclusive na hora da realização das tarefas domésticas:

O que me facilitou é que lá em casa o Miguel (filho) ele conseguiu envolver todo mundo, eu vim por causa do Miguel, o meu marido veio, então assim quando ele chega em casa e não deu tempo de arrumar a casa, porque eu quis treinar ele me entende porque também é uma paixão dele, entendeu? (Fala da entrevistada Bia Basílio).

Bia Basílio tem na família um apoio para não desistir: “lá em casa como é uma paixão da família fica mais fácil, eu tenho nele um incentivo, [...] meu filho me incentiva, meu marido me incentiva, é o ponto positivo que me faz não desistir.”.

Este respaldo na fase inicial do esporte, considerada a mais difícil pelas entrevistadas, mostra-se crucial para o desenvolvimento da mulher no jiu-jitsu, quando este vem do cônjuge praticante da arte marcial, pode auxiliá-las na carreira e na prática do esporte. Cyborg afirma que o marido ter iniciado primeiro na arte marcial, contribuiu para a sua evolução na profissão, “por meu marido ter começado primeiro, ele me ajudou muito a evoluir.”. O fato de se relacionar com um praticante de jiu-jitsu mais experiente, também foi importante para Bate-Estaca, principalmente na proteção contra o assédio de outros praticantes:

Sim, uma coisa que me ajudou no início foi que eu namorava o meu mestre, sendo assim, ninguém da equipe dava em cima de mim... eu fiquei resguardada por um homem, eles me respeitaram porque tinha um homem (mestre da equipe) que namorava comigo, provavelmente se eu tivesse começado o esporte sozinha, eu teria tido muito problema. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Leoa que iniciou no esporte por intermédio do irmão e do ex-marido tinha dificuldade de permanecer no jiu-jitsu, no começo ela apenas apresentava-se em eventos e auxiliava o treinamento de alunas novatas, a pedido do ex-marido:

[...] aí eu comecei a ir, por exemplo: se ia fazer uma apresentação em algum lugar, eu colocava o quimono igual uma marmota e ia, chegava lá, fazia mais ou menos o rolamento, eu fazia era uma tragédia, e foi indo, eu comecei a ir por causa dele (ex-marido) e comecei a gostar, aí eu parava, começava parava, ia especificamente nos dias que ele me falava alguma mulher ia treinar - Vai lá para você treinar com ela pra mim. Eu ia, mas só naquele dia e não voltava mais. (Fala da entrevistada Leoa).

Leoa afirma que conhecer Bia Basílio, vê-la treinando sozinha e o incentivo de Bia, fez com que ela decidisse “ficar firme”:

Aí chegou o dia que eu comecei, que foi na Academia Beta, falei vou começar, vi a Bia Basílio indo, e falei eu quero, ela me incentivou, era só a Bia Basílio sozinha, aí eu comecei e logo veio a Mackenzie. De lá pra cá eu fiquei firme, eu treinava na Academia Beta e treinava aqui com meu ex-marido. (Fala da entrevistada Leoa).

Outro apoiador decisivo para a evolução na carreira de Leoa foi seu instrutor, para ela “a questão do professor acreditar” no seu potencial foi muito relevante para o início da sua carreira, pois não tinha o sonho de seguir nesta profissão:

O que facilitou, foi apoio, porque uma coisa é falar: Eu sonho é ser professora de jiu-jitsu. Mas no meu caso eu não tinha esse sonho, eu tinha a situação da separação, que me deu um empurrão “ou eu assumo ou eu vou fechar e começar do zero procurar um serviço em outra coisa” e a questão do professor acreditar, meu professor chegou e falou: - Não... Você dá conta, você assume isso aí, põe pra frente! Nosso Deus isso ajuda demais! Porque se depender só da gente, do dia, do mês... você fala “não dou conta de fazer nada”. (Fala da entrevistada Leoa).

O ambiente acolhedor da equipe, com pessoas dispostas a ajudar também foi visto por Ronda como um fator facilitador, para “não desistir” da carreira e prática do jiu-jitsu:

Acho que a equipe que a gente está é uma equipe bem tranquila e bem bacana, em que todos estão dispostos a ajudar uns aos outros. [...] a equipe é muito unida, eu acho que um ajudando o outro ali, me ajudou a caminhar e continuar nos treinos e não desistir. (Fala da entrevistada Ronda).

Na presente pesquisa apenas as entrevistadas Ronda e Bia Basílio não são responsáveis diretas pela gestão da academia ou equipe em que trabalham. Mackenzie, Leoa e Cyborg administram suas próprias academias e Bate-Estaca administra a sua própria equipe, infere-se que este pode ser um facilitador para o desenvolvimento na profissão das quatro entrevistadas, Mackenzie faz a seguinte colocação quando perguntada se algo contribuiu para evolução na carreira: “A facilidade é que a academia é minha e eu estou sempre aqui envolvida, a gente está sempre estudando para poder debater com as pessoas, até mesmo para poder tirar as dúvidas. O fato de ser minha, de eu estar presente o tempo inteiro, eu acho que contribuiu muito.”.

Foram enumerados os principais fatores descritos como “facilitadores” pelas instrutoras de jiu-jitsu entrevistadas, que auxiliaram no desenvolvimento de suas carreiras e ajudaram a vencer obstáculos muitas vezes causados pelo fato de serem mulheres em um esporte e profissão de maioria masculina, entre os fatores “facilitadores” eles destacam-se o apoio e incentivo das pessoas próximas, o ambiente na equipe de trabalho e a liberdade obtida por gerir a própria academia ou equipe.

Observa-se que os “facilitadores” apontados atuam no sentido de amenizar os danos causados pelos impactos de uma divisão sexual do trabalho assimétrica e uma relação social de sexo/gênero marcada pela dominação masculina e pela desigualdade, o que nos remete a fala ainda atual de Hirata (2004, p. 20) “enquanto a divisão do trabalho for assimétrica, a igualdade será uma utopia”.

4.6. “JIU-JITSU NÃO É TRABALHO!” OS PROBLEMAS RELATIVOS AO CONTEXTO PROFISSIONAL

Conforme amplamente discutido no item 3.2 desta dissertação o contexto profissional do/a instrutor/a de jiu-jitsu é bastante complexo, a falta de regulamentação, o conflito de interesse entre as entidades reguladoras, entre outros aspectos fragilizam as relações de trabalho destes/as profissionais, conforme apontam Vieira e Corrêa (2010) e Pimenta e Drigo (2021).

Identificou-se nesta pesquisa que as instrutoras também são atingidas pela precarização da profissão, Ronda quando falava da percepção dos parentes a respeito de sua profissão fez a seguinte colocação: “Ninguém gosta... acham uma bobeira... [...] Mas todo mundo acha que é uma bobeira isso, meu pai fala assim: "Isso não dá futuro", então as pessoas tem muito preconceito em relação ao jiu-jitsu.”.

As falas de Bate-Estaca corroboram com esta perspectiva, ela relata que poucas pessoas entendem a instrução do jiu-jitsu como profissão, ressalta que: “achavam que eu não queria trabalhar e por isso que eu fazia isso.”. A questão da “falta de carteira assinada” e do “diploma” também pode contribuir para esta concepção, segundo ela seu pai tem a seguinte visão da sua profissão:

Olha eu consigo contar nos dedos de uma mão, quantas pessoas consideram isso como profissão, o restante sempre me julgou muito inconsequente, vida louca por eu viver do esporte, por eu tá num esporte masculino, um esporte que machuca, que isso era uma

brincadeira, o meu pai várias e várias vezes, virou pra mim e perguntou que dia que eu ia parar com essa palhaçada e arrumar um emprego de verdade [...] Eles sempre fazem esta pergunta: - Quando é que você vai trabalhar? Porque a gente tem essa noção que trabalho de verdade você tem que ter uma carteira assinada, que você só é bom em alguma coisa, se você tiver um diploma, entendeu?! (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Observa-se que os dois pontos ressaltados - a falta do diploma e da carteira assinada - estão justamente no cerne do contexto profissional do/a instrutor/a. Nesta pesquisa nenhuma das entrevistadas possuem carteira assinada, quatro delas têm a remuneração retirada do lucro da própria empresa ou de parceria com uma academia, as demais têm um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e realizaram contrato de serviço com a academia em que atuam, destaca-se que estes vínculos não contemplam todos os direitos adquiridos dos/as trabalhadores/as assalariados/as na CLT.

A falta do diploma também perpassa este contexto uma vez que o processo de formação do/a instrutor/a se dá na prática do esporte e as graduações obtidas no decorrer da sua trajetória e os cursos ministrados por federações e confederações de jiu-jitsu não tem o mesmo valor acadêmico e social dos ministrados pelas instituições de ensino superior, por outro lado as habilidades aprendidas no curso de Educação Física atualmente são insuficientes para garantir a formação técnica para a instrução do esporte (PIMENTA e DRIGO, 2021).

Na trajetória de Bate-Estaca este dilema é bem representado, ela chegou a ingressar no curso de Educação Física, entretanto no decorrer do curso percebeu que o seu principal objetivo era se especializar em lutas, e esta habilitação ela não conseguiria no curso escolhido:

Eu até comecei Educação Física, só que eu gosto mesmo da área de luta, e a melhor especialização em luta é fazendo luta, então a minha ideia é continuar neste ramo, procurando outros tipos de lutas, já fiz um tempo de capoeira, fiz um tempo de box, fiz um tempo de MMA, peguei a preta no jiu-jitsu e agora eu pretendo voltar para o boxe assim que possível, me especializar em luta mesmo. (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

A precarização do trabalho e a dificuldade em se manter financeiramente exercendo a profissão de instrutora de jiu-jitsu também estão presentes na fala de Leoa, ela expõe que já pensou em desistir da carreira pela questão financeira, que teme ser

obrigada a procurar outra ocupação e não conseguir conciliar com suas aulas, em suas palavras:

[...] meu sonho é conseguir conciliar. É lógico que fica difícil de conseguir um emprego que eu consiga continuar dando as minhas aulas... porque tipo assim, se eu abrir mão e desistir desses meninos agora, como é que eu consigo eles de volta no futuro? Mesmo eu não tendo uma renda grande com a academia hoje, eu morro de medo de perder os meninos, eu peguei um amor pela profissão, pelo esporte em si, porque eu acho que quando eu me separei, se eu não tivesse assumido a academia, os meninos chegando, eu acho que eu até tinha desistido do jiu-jitsu... E eu tinha todos os motivos para desistir, fiquei sem chão. (Fala da entrevistada Leoa).

Bate-Estaca propõe que o entendimento do que é ou não uma profissão pode estar ligado a fatores geracionais, e exemplifica a diferença de posicionamento entre a geração dos irmãos “Os meus irmãos mais novos eles entendem isso como uma profissão, a nossa geração hoje em dia a gente tem uma cabeça mais aberta para essa questão profissional, do que nós consideramos profissão, até mesmo depois desta questão de home office... Várias profissões surgindo né? ”, e a geração dos pais:

[...] agora os meus pais, as pessoas mais antigas, tem uma enorme dificuldade (de entender), se eu não tenho uma carteira assinada... é um trabalho que eu posso ir de chinelo, eu lembro quando eu saía de casa de chinelo e bermuda, meu pai: - Como você fala que você tá indo para um trabalho? [...] - Pô sai de casa de chinelo, volta com a cara toda machucada, não tem uma carteira assinada, não tem um salário fixo, não é um trabalho, não é uma profissão, isso daí é passa tempo, você tá brincando! (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

A fala de Bate-Estaca nos remete a outro tema complexo, a diversificada forma de remuneração do/a instrutor/a de jiu-jitsu, que costuma variar de acordo com o contrato ou a forma de vínculo profissional. Nos casos das instrutoras entrevistadas Mackenzie, Cyborg, Leoa e Bate-Estaca, como gestoras das suas academias ou equipes, obtêm sua remuneração de acordo com o lucro gerado periodicamente, Bia Basílio é remunerada de acordo com o número de alunos/as que frequentam suas aulas e do marido, enquanto Ronda recebe por hora/aula ministradas.

No meio ainda é comum que os/as instrutores/as comecem a carreira treinando alunos/as iniciantes (PIMENTA e DRIGO, 2021), porém nem todos/as são remunerados/as na fase inicial, Bate-Estaca lembra que chegou a montar turmas de iniciantes no início de sua carreira e não era remunerada pelo trabalho:

[...] eu comecei a pegar os iniciantes e explicar do meu jeito, esmiuçar, fazer um passo-a-passo, a minha aula eram demoradas lá na Academia Estrela, eu dava duas horas de aula por dia, pra mesma turma, então meu horário de aula eram duas horas, pra eu ficar esmiuçando as coisas, pra eu ficar explicando as coisas [...] o meu mestre percebeu que isso estava sendo bom, que os iniciantes já estavam chegando pra ele com uma base muito melhor, e ele deixou continuar com a turma, mas lembrando que eu fui ser remunerada só na minha faixa marrom, eu fiquei da minha faixa azul até a minha faixa marrom sem ser remunerada (cerca de três anos). (Fala da entrevistada Bate-Estaca).

Diante do exposto, nota-se a precariedade do campo em que estão inseridas as instrutoras de jiu-jitsu entrevistadas, fatores como a falta de regulamentação da profissão, a divergência de interesses das entidades reguladoras, a ausência de especialização em instituições de superior e a exploração capitalista, podem influenciar diretamente as condições de trabalho das profissionais entrevistadas na presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa iniciou-se a partir as inquietações desta pesquisadora sobre as relações sociais de sexo/gênero no esporte, mais especificamente no jiu-jitsu, dada a sua vivência como praticante e competidora da modalidade. Considerando as peculiaridades inerentes de sua ocupação, foram escolhidas como sujeitos desta pesquisa as instrutoras de jiu-jitsu, questionando-se como se dá a divisão sexual do trabalho entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu, um esporte marcadamente "masculino".

Na busca por respostas por meio do método dialético de pesquisa, em um constante ir e vir entre teoria e prática realizou-se um levantamento teórico-documental e bibliográfico aprofundado nos bancos de dados da CAPES e Scielo contemplando os eixos temáticos desta pesquisa, após o levantamento teórico-documental realizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com instrutoras de jiu-jitsu, filiadas a confederações e/ou federações oficiais de jiu-jitsu, exercendo tal atividade com vínculo empregatício e/ou como autônomas, em academias esportivas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, buscando compreender como se dá a divisão sexual do trabalho entre os/as instrutores/as de jiu-jitsu, um esporte marcadamente "masculino".

A partir daí sucedeu-se a análise de dados para conhecer qualitativamente o perfil sócio-acadêmico-cultural-profissional e a formação profissional das instrutoras, analisar as especificidades da atuação das mulheres instrutoras desse esporte: limites e possibilidades, estratégias de resistência e contradições presentes no exercício da profissão e por fim analisar as influências e impactos das relações sociais de sexo/gênero oriundas dessa divisão do trabalho entre os sexos na atuação e ascensão profissional dessas mulheres nessa área.

O perfil das instrutoras entrevistadas foi descrito qualitativamente a partir dos dados colhidos na entrevista, quanto à formação profissional observou-se que esta se dá no exercício do esporte, elas iniciam como auxiliares dos seus instrutores e conforme a sua evolução na prática, na graduação e instrução do esporte são designadas para atuarem como instrutoras auxiliares, posteriormente como instrutoras principais, em turmas de crianças, adolescente ou turmas femininas. Observou-se também que a instrutora entrevistada que transgrediu este *status quo* e optou por criar a própria equipe, levou mais tempo para se estabelecer na carreira e obter reconhecimento no campo.

Identificou-se obstáculos contundentes para progressão na carreira das entrevistadas, as assimetrias nas relações sociais de sexo/gênero principalmente no jiu-jitsu, indica um ambiente hostil para as mulheres. Fatores como a hegemonia masculina em termos numéricos, a associação da prática esportiva com características como força, violência e masculinidade, a perspectiva que esportes de combate “masculiniza” a mulher, dentre outros fatores, contrapõem o estereótipo vigente de feminilidade, compondo um cenário em que a mulher é vista como fora de lugar.

Neste sentido a teoria da divisão sexual do trabalho traz à luz barreiras socialmente estabelecidas que limitam a atuação profissional das instrutoras entrevistadas, com os princípios da separação e hierarquia aplicados ao campo estudado. Observa-se a tendência a invisibilidade do trabalho da mulher instrutora de jiu-jitsu, os fenômenos do teto de vidro, labirinto de cristal, drible da dor e dupla jornada contribuem para pontuar e classificar os diversos obstáculos relacionados ao gênero, identificados por meio dos relatos das entrevistadas.

Nesta pesquisa constatou-se que as funções de maior prestígio do jiu-jitsu não são delegadas às mulheres, a elas destinam-se funções associadas ao feminino como cuidado com crianças e o auxílio ao homem. Observou-se diversas práticas discriminatórias dirigidas às mulheres dentro e fora do mundo do jiu-jitsu, desde o ingresso na arte marcial, perpassando a formação da praticante, a formação da instrutora e a evolução na carreira destas.

Constata-se ainda a recorrente necessidade de se colocar à prova as habilidades técnicas e físicas das mulheres, seja nos treinos como praticante ou nas aulas como instrutoras, elas são constantemente confrontadas e impelidas a provar que podem exercer suas atividades. Identificou-se também como predominante o entendimento que às mulheres é destinado o trabalho na esfera privada, sendo elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado com a família, para além do trabalho como instrutoras e demais trabalhos remunerados.

O dilema referente às mudanças corporais obtidas por meio da prática de determinados esportes entre eles o jiu-jitsu permeou a presente pesquisa, segundo o entendimento da maioria das entrevistadas, o esporte bem como o exercício da profissão de instrutora de jiu-jitsu não interferiu no sentido de “masculinizá-las”, no entanto elas relatam que mulheres praticantes de jiu-jitsu podem ser incorretamente percebidas como “masculinizadas”, baseado principalmente no ideal pré-estabelecido de feminilidade vigente. Apenas uma entrevistada afirma ter se “masculinizado” em função do esporte,

segundo esta para além da questão da composição corporal para se integrar a equipe, também teve que adotar comportamentos ditos "masculinos" para não ser excluída do grupo.

Entendidas como “frágeis” e pouco aptas a práticas esportivas de combate, as entrevistadas desenvolveram estratégias próprias de resistência a fim de vencer as barreiras impostas. A estratégia mais recorrente foi ignorar comentários e atitudes negativas, sexistas e preconceituosas das pessoas de seu convívio social. Outra estratégia identificada foi o uso da proximidade e/ou parentesco com homens já praticantes da arte marcial como protetores e apoiadores no decorrer de suas trajetórias como instrutoras de jiu-jitsu. Ressalta-se também a tática de adotar conscientemente ou não comportamentos ditos “masculinos” para se integrar ao grupo e o movimento de se infiltrar lentamente na modalidade esportiva para conquistar seu lugar entre os/as praticantes.

Tão importante quanto os enfrentamentos individuais das mulheres no mundo do jiu-jitsu, os movimentos coletivos também são de suma importância para a redução das desigualdades no esporte, neste sentido destaca-se a recente criação da Comissão de direito das mulheres no jiu-jitsu (CDMJJ), uma das poucas entidades criadas exclusivamente para tratar a questão da mulher no jiu-jitsu, e que atualmente está atuando ativamente junto ao poder público e a sociedade civil em prol da mulher lutadora de jiu-jitsu.

Verificou-se que alguns agentes facilitadores podem ser determinantes para o enfrentamento dos desafios e continuidade das entrevistadas na carreira de instrutoras de jiu-jitsu. Os principais fatores facilitadores apontados pelas entrevistadas foram: o apoio e incentivo de pessoas próximas (principalmente familiares), o/a mestre/a demonstrar confiança no potencial da futura instrutora, uma academia com ambiente acolhedor, com pessoas dispostas a ajudar e o envolvimento direto nas atividades de gestão da academia.

Quanto ao contexto profissional da ocupação de instrutor/a de jiu-jitsu, observou-se pela fala das entrevistadas que a falta de regulamentação da profissão e a ausência de especialização em instituições de superior, pode tornar ainda mais precário o exercício da atividade da instrutora, e que esta muitas vezes não é concebida como uma profissão pelo senso comum. As incertezas da profissão e a falta de amparo destinados/as aos/as trabalhadores/as formais associados aos obstáculos relacionados às

relações sociais de sexo/gênero, acabam por diminuir o interesse das entrevistadas em se dedicar exclusivamente a profissão.

Destaca-se que no decorrer desta pesquisa foi evidenciada a ausência de estudos que investigaram as relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho no campo das lutas e artes marciais, bem como a escassez de pesquisas versando sobre a história das mulheres nos esportes de combate, principalmente no jiu-jitsu. Neste sentido observa-se a necessidade de mais estudos que investiguem as temáticas supracitadas e outras relacionadas ao campo esportivo, a fim de tornar visíveis as mulheres, muitas vezes apagadas, pelas questões aqui salientadas e outras que carecem de pesquisas.

Consciente que esta discursão não se esgota neste trabalho sugere-se que sejam produzidos estudos que abordam a perspectiva da Teoria Queer para análise do dilema da masculinidade e feminilidade nas lutas e artes marciais, sugere-se também que seja realizado estudo semelhante ao aqui apresentado entre praticantes iniciantes e atletas já consagradas do jiu-jitsu, a fim verificar os entraves, as possibilidades e estratégias de resistências para continuidade no esporte e posteriormente realizar uma triangulação de resultados. Sugere-se ainda um estudo considerando uma amostra maior de instrutoras, considerando os principais eixos da modalidade concentrados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a fim de considerar as diversidades características de cada local. A fim de orientar, fomentar e evidenciar as pesquisas relacionadas a gênero no campo das lutas e artes marciais sugere-se a execução de estudos fazendo levantamentos de artigos, teses e dissertações publicadas sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Z. Luta das mulheres pelo direito de voto - movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, **Revista da Universidade dos Açores Arquipélago. História**, Açores, série 2, v. 6, 2002.
- ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.
- ADELMAN, M. A mulher como instrumento de poder no esporte de rendimento. *In: III fórum de debate sobre mulher e esporte - mitos e verdades*, São Paulo, p. 31- 37, 2004.
- ALTMANN, H. Gênero e esporte na escola: reflexões a partir da Declaração de Brighton sobre Mulheres no Esporte. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, v. 6, p. 53-58, 2014.
- ALTMANN, H. Atividades físicas e esportivas e mulheres no Brasil. **Relatório nacional de desenvolvimento humano do Brasil - Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas**. 2017. Disponível em: <http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-Fi%CC%81sicas-e-Esportivas-e-Ge%CC%82nero.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- ARTUR JR. C. GMIs Leão Teixeira e Kyra Gracie lutam pela inclusão do Jiu-Jitsu nas escolas de todo país, no Senado. *In: Gracie Magazine. The Original Jiu-jitsu magazine since 1994. Notícias*. Brasil, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://www.graciemag.com/2019/11/07/gmis-leao-teixeira-e-kyra-gracie-lutam-pelo-jiu-jitsu-nas-escolas-de-todo-pais-no-senado/>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- AUAD, D. Educar meninas e meninos: **Relações de Gênero na Escola**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.
- BARTITSU SOCIETY. **Miss Phoebe Roberts, “Champion Lady Ju-Jitsu Wrestler of the World”**. Dez. 2020. [2021]. 1 Fotografia. Disponível em: <http://bartitsusociety.com/miss-phoebe-roberts-champion-lady-ju-jitsu-wrestler-of-the-world/>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 1980.
- BENTO, J.O.; GARCIA, R.; GRAÇA, A. **Contextos da pedagogia do desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- BERTÉ, I. L. Mulheres no universo cultural do Boxe - **As questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no Pugilismo (2003-2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BIZZAR, K. **A história do Jiu-jitsu brasileiro: do Jujutsu ao Jiu-jitsu brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

BJJHEROES. Rosângela "Zanza" Conceição. *In*: BJJ Heroes. **Lista de Heróis. Heróis do Jiu-jitsu**. Londres, 15 mai. 2015. Disponível em: <https://www.bjjheroes.com/bjj-fighters/rosangela-conceicao>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BORGES, M. N. As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista USP**, n. 89, p. 174-189, 2011.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasília: Câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Bioética. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, [2019]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em 28 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9696, de 1 setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 31 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília: Conselho Nacional de Educação, [2020]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfísica.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Projeto de lei n. 2.889 de 2008**. Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Artes Marciais e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [2019]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=540223&filename=PL+2889/2008. Acesso em 15 dez. 2019.

BRASIL. **Projeto de lei n. 7.813 de 2010**. Regulamenta o exercício da atividade do Profissional em Lutas e Artes Marciais, Brasília: Câmara dos Deputados, [2019]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=808898&filename=PL+7813/2010. Acesso em 28 jul. 2019.

BRASIL. **A prática do esporte no Brasil**. Brasília: Ministério do Esporte, 2013. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em 13 abr. 2018.

BRUM, A. Mulheres que lutam: **as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade**. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CALLAN, M. Phoebe Roberts and Emily Diana Watts: edwardian women's judo pioneers. *In: Chichester Annual Research Conference*, Londres, jul. 2017.

CAMPOS, R. C.; CAPPELLE, M. C. A.; MACIEL, L. H. R. Carreira esportiva: o esporte de alto rendimento como trabalho, profissão e carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2017.

CAISSIE, T. E. Hidden women of history: Kyniska, the first female Olympian. *In: The Conversation. Art + Culture*. United States, 15 out. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/hidden-women-of-history-kyniska-the-first-female-olympian-123909>. Acesso em: 03/11/2021.

CAVALLI, L. P. Entrevista: Memórias de Yvone Duarte, a primeira mulher a ser graduada faixa preta na história do Jiu-Jitsu brasileiro. *In: BJJ Fórum. Entrevistas, Destaques, Entrevistas e Relatos*. Brasil, 22 set. 2015. Disponível em: <https://bjjforum.com.br/?p=3650>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHIÉS, P. V. “Eis quem surge no estádio: é Atalante!” A história das mulheres nos jogos gregos. **Revista brasileira Movimento**. Porto Alegre, v. 12, n. 03, p. 99-121, set./dez. 2006.

COELHO, S. L. B. Repensando um Projeto de Educação Tecnológica Referenciado na Formação do cidadão-técnico: algumas reflexões para a formulação de novas propostas educativas. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, n. 2, p. 52-56, jul./dez. 1997.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Cartilha Mundo Olímpico**. [2015]. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/bdab9c328098f/>. Acesso em 08 jul. 2018.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Resultados**. [2021]. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro. <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/brasil-nos-jogos/resultados>. Acesso em 14 nov. 2021.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Women In The Olympic Movement**. Jan./2016. Lausanne, Suíça: Comitê Olímpico Internacional. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em 08 jul. 2018.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Gender Equality**. [2021a]. Lausanne, Suíça: Comitê Olímpico Internacional. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/gender-equality>. Acesso em 03 nov. 2021.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **The organisation**. [2021b]. Lausanne, Suíça: Comitê Olímpico Internacional. Disponível em: <https://www.olympic.org/about-ioc-olympic-movement>. Acesso em 03 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). **Resolução nº 46 de 18 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e

respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação Física [2020]. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CONNELL, R. W. Políticas de masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 156-206, jul./dez. 1995.

CORREA, S. M. S. **Colonialismo, feminismo e vida esportiva**. Abr. 2013. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: <https://historiadosporte.wordpress.com/2013/04/>. Acesso em: 03/11/2021.

DARIDO, S. C.; GALVÃO, Z. Temas transversais e programas de iniciação esportiva: possibilidades pedagógicas. *In: Programa SESI atleta do futuro: perspectiva da inclusão e diversidade na aprendizagem esportiva*. São Paulo: SESI, p. 37-52, 2006.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In: HIRATA, H. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

DEVIDE, F. P. História das mulheres nos jogos olímpicos modernos. *In: DACOSTA, L.; TURINI, M. (Orgs.). Coletânea de textos em estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

DRIGO, A. J. *et. al.* Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro. **Motricidade**, Ribeiro Pena, v. 7, n. 4, p. 49-62, 2011.

DUNNING, E. Hooliganismo no futebol como um fenômeno europeu e mundial. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 14, p. 43-73, mar. 2014. ISSN 2317-5427.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FAYAN, D. D. Jiu-jitsu: **um resgate histórico**. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FERNANDES, V. L. F. P. Mulheres de Ouro: **Trajetória e representações de atletas de lutas**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

FERREIRA, M. B. R. (ed.). **Inspirational women in America: making a difference in physical education, sport and dance**. IAPESGW Continent Serie. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2016.

FERRETTI, M. A. C. A formação da lutadora: **estudo sobre mulheres que praticam modalidades de lutas**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONDATION ALICE MILLIAT, **Alice Milliat**. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.fondationalicemilliat.com/alice-milliat>. Acesso em: 03/11/2021.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem histórias. **Pensar a Prática**, Goiás, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005.

GOELLNER, S. V. Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, Ano II, n. 4, 2012.

GONÇALVES, B. O. Violência simbólica de gênero na engenharia: **estudo de caso no CEFET-MG**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica), CEFET-MG, Belo Horizonte, 2019.

GONÇALVES JUNIOR, L.; DRIGO, A. J. A já regulamentada profissão de educação física e as artes marciais. **Motriz**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 131-132, 2001.

GRACIE, K. Kimono e unha rosa. *In*: Kyra Gracie Jiu-jitsu. **Blog**. Brasil, 20 out. 2010. Disponível em: <http://graciekyra.blogspot.com/2010/10/kimono-rosa-jiu-jitsu-nunca-teve-muito.html>. Acesso em: 29 fev. 2020.

GRACIEMAG. **Canal Combate exhibe filme sobre os Gracie esta noite**. Jun. 2013. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.graciemag.com/2013/06/12/jiu-jitsu-canal-combate-exibe-filme-sobre-os-gracie-esta-noite/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GRACIEMAG. **Kyra Gracie recebe 200 mulheres para aula de Jiu-Jitsu no Outubro Rosa**. Out. 2017. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.graciemag.com/2017/10/31/kyra-gracie-recebe-200-mulheres-para-aula-de-jiu-jitsu-no-outubro-rosa/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GRACIEMAG. Jiu-Jitsu e mais artes marciais como disciplinas escolares no RJ. *In*: Gracie Magazine. The Original Jiu-jitsu magazine since 1994. **Notícias**. Brasil, 21 out. 2019. Disponível em: <https://www.graciemag.com/2019/10/21/jiu-jitsu-e-mais-artes-marciais-como-disciplinas-escolares-no-rj/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

GRINSPUN, M. Z. **Educação Tecnológica**: desafios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. *In*: COSTA, A. A. *et al* (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**, São Paulo: CUT Brasil, 2004.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: **Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. 2019. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

INTERNATIONAL BRAZILIAN JIU-JITSU FEDERATION (IBFJJ). **Livro de regras - Regulamento geral de competições - Manual de formatação de competições**. Irvine: IBFJJ, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostras de domicílios. **Práticas de esporte e atividade física**, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: **indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 05 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: **uma análise das condições de vida 2020**, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. **Outras formas de trabalho 2019**, 2020b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_apresentacao.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021.

ISTOÉ. Faixa-preta exalta parceria com a FJJJ-Rio e dá detalhes sobre criação da Comissão de Direitos das Mulheres no Jiu-Jitsu. *In*: Istoé, **Esportes**. Brasil, 13 de nov. de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/faixa-preta-exalta-parceria-com-a-fjjj-rio-e-da-detalhes-sobre-criacao-da-comissao-de-direitos-das-mulheres-no-jiu-jitsu/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

JOURNAL OF MANLY ARTS. **A System Which He Termed Bartitsu**. Maio 2006. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: https://ejmas.com/jmanly/articles/2006/jmanlyart_wolf_0506.html. Acesso em: 03 nov. 2021.

JUDO FEMININO. **Entrevista do dia: a pioneira Kazue Ueda**. Ag. 2010. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: <https://judofeminino.wordpress.com/2010/08/19/entrevista-do-dia-a-pioneira-kasue-ueda/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

KÉRGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. *In*: HIRATA, H. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6. ed., Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LIMA, B. S. Teto de Vidro ou Labirinto de Cristal? **As Margens Femininas das ciências**. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez., 2013.

LISE, R. S.; CAPRARO, A. M. Primórdios do jiu-jitsu e dos confrontos intermodalidades no Brasil: contestando uma memória consolidada. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 40, 3 ed., p. 318-324, jul./set. 2018.

LOTTER, C. **Japão 2014 - 41 Yoshinaka Yakata Museum em Miyanokoshi (09/10/2014)**. Set. 2014. [2021]. 1 Fotografia. Disponível em: <http://www.craiglotter.co.za/2015/12/24/japan-2014-41-yoshinaka-yakata-museum-in-miyanokoshi-2014-10-09/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MAIS, C. Onna bugeisha: **La donna guerriera tra realtà storica e tradizione inventata**. 2019. 187f. Dissertação (Mestrado em Línguas e Civilizações da Ásia e África Mediterrânea), Universidade de Veneza, Veneza, 2019.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MARIVOET, S. **Aspectos Sociológicos do Desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MARX, K. **O Capital**, L. 1, v. 1, São Paulo: Difel, 1978.

MATTOS, R. Yvone Duarte, a mulher mais graduada do Jiu-jitsu no mundo. *In*: Fusion Jiu-jitsu Club. **Estilo de vida, cultura e informações sobre a arte-suave**. São Paulo, 01 set. 2014. Disponível em: <http://fusionjiujitsuclub.blogspot.com/2014/09/yvone-duarte-mulher-mais-graduada-do.html>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MELO, V. A. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 54, p. 127-152, 2007.

MELO, V. A. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 107-20, jan./mar. 2010a.

MELO, V. A. Por uma história do conceito esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 41-57, set. 2010b.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. *In*: MINAYO, M. C. S. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus COVID-19 o que você precisa saber. **Ministério da Saúde**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MIRAGAYA, A. A mulher olímpica: tradição versus inovação na busca pela inclusão. *In: DACOSTA, L.; TURINI, M. (Orgs.). Coletânea de textos em estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

MOLINIER P.; WELZER-LANG D. Feminilidade, masculinidade, virilidade. *In: HIRATA, H. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MORALES, J. L. C. Onna-Bugeisha: la mujer guerrera japonesa del siglo XII y el quebrantamiento del discurso de la debilidad femenina. *In: Seminario Historia, Mujeres y Sociedad*, Santiago do Chile, dez. 2017.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físicodesportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000.

MOURÃO, L. Vozes femininas e o esporte olímpico no Brasil. *In: DACOSTA, L.; TURINI, M. (Orgs.). Coletânea de textos em estudos olímpicos*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 831-849.

MOURÃO, L.; GOMES, E. M. P. Mulheres na administração esportiva Brasileira: uma trajetória em curso. *In: SIMÕES, A. C. (Org.). O mundo psicossocial da mulher no esporte*. São Paulo: Aleph, 2004, p. 305-318.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

MUSEU DE ARTES DE BIRMINGHAM, **The 15th Empress Jingū Receives Envoys from Korea, from the Illustrated History of Japan**. Título: Nihon Ryakushi Zukai (Pictures of Japanese History: Empress Jingu Kogo Receives Envoys from Korea) (Former title), Artista: Mizuno Toshikata, Japan, 1866 - 1908 [2021]. Disponível em: <https://www.artsbma.org/collection/nihon-ryakushi-zukai-pictures-of-japanese-history-empress-jingu-kogo-receives-envoys-from-korea/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

NASH, J. S. The forgotten golden age of MMA - part III: Sherlock Holmes, Les Apaches & the gentlemanly art of self defence. *In: Cageside Seats. Subnation*. Londres, 15 dez. 2012. Disponível em: <https://www.cagesideseats.com/2012/12/15/3669800/the-forgotten-golden-age-of-mma-part-3-sherlock-holmes-les-apaches>. Acesso em: 26 jan. 2020.

NOGUEIRA, H. Uma vida de lutas e conquistas. *In: Esporte Fabico. Blog da disciplina de Jornalismo Esportivo da Fabico – UFRGS*. Porto Alegre, 02 jul. 2014. Disponível em: <https://esportefabico.wordpress.com/2014/07/03/uma-vida-de-lutas-e-conquistas/>. Acesso em> 24 fev. 2020.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Sociedade**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, G.; CHEREM, E. H. L.; TUBINO, M. J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 117-125, 2008.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Mudanças no Mundo do Trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/98): diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 70, p. 40-62, abr. 2000.

OXFAM, B. Organização Humanitária Internacional. **Tempo de cuidar**. 2020. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

PARIZOTTO, P. G. G. *et. al.* O processo de institucionalização e regulamentação de artes marciais orientais no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 1, p. 53-62, jan./jun. 2017.

PEIRANO, M. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PIMENTA, T. F. F.; DRIGO, A. J. O dilema da formação do técnico de artes marciais no Brasil: Um olhar pela Sociologia da Profissão. **Cenas Educacionais**, Caetité, V.4, n. 10980, p. 1-19, 2021.

PIMENTEL, E. S.; MEZZADRI, F. M. O Estado Novo e a concepção de esporte no Decreto Lei 3.199 de 1941. *In: XIV Simpósio Nacional de História*. Anais. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, ago. 1997.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. *In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (Org.). Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas - Relatório nacional de desenvolvimento humano do Brasil**. 2017. Disponível em: <http://movimentoevida.org>. Acesso em: 20 set. 2019.

QUIRINO, R. Mineração também é lugar de mulher! **Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro**. 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

QUIRINO, R. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015.

REZENDE, J. **Maria Lenk, uma Lição de Vida – Parte I**. Set. 2015. [2021]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.acerj.com.br/4473-maria-lenk-uma-licao-de-vida/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RIBEIRO, B. Z. *et. al.* Evolução histórica das mulheres nos Jogos Olímpicos. **EFDesportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 18, n. 179, Abr. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd179/mulheres-nos-jogos-olimpicos.htm>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RMBH. Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: Plano Metropolitano RMBH. **Página Inicial**. Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/rmbh.php>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ROSSI, L. Biografia da Kyra Gracie. *In*: Recanto das letras. **Biografias**. São Paulo, 08 ago. 2018. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/6412848>. Acesso em: 29 fev. 2020.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 283-300, abr./jun., 2012.

RUZ, C.; PARKINSON, J. 'Suffrajitsu': How the suffragettes fought back using martial arts. *In*: BBC News. **Magazine**. Reino Unido, 05 out. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-34425615>. Acesso em: 09 fev. 2020.

SILVA, E. L. S.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Revista Atual**, Florianópolis: UFSC, 4. ed., 2005.

SILVA, M. L.; RUBIO, K. Superação no esporte: limites individuais ou sociais? **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 3, n. 3, p. 69-76, 2003.

SILVEIRA, Z. S. Contradições entre capital e trabalho: **concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, G. A. D. A mulher nas Olimpíadas. **Ciência Hoje**, Botafogo, v. 43, n. 8, 1988.

SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, ago. 1999.

SOUSA, J. A.; BASTOS, L. A. Fundamentos, Características y Perspectivas de la Educación Tecnológica. **Boletín Cinterfor**, n. 141, p. 7-28, out./ dez. 1997.

SOUZA, A. C. B. “Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”: **um estudo sobre a co-parentalidade homossexual**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), PUC - Rio, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, G. C. Narrativas do judô feminino brasileiro: construção da historiografia de 1979 a 1992. *In*: **XII Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, G. C.; MOURÃO, L. **Mulheres no Tatame: o judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, jul. 1997.

THOMAZINI, S. O.; MORAES, C. E. A.; ALMEIDA, F. Q. Controle de si, dor e representação feminina entre lutadores(as) de Mixed Martial Arts. **Pensar a Prática**, v. 11, n. 3, 2009.

TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 2001.

TUBINO, M. J. G. Uma Visão Paradigmática das Perspectivas do Esporte para o Início do Século XXI. *In*: GEBARA, A. *et al*; MOREIRA, W. W. (Org.). **Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI**. 9ª edição. Campinas: Papirus, 2002, p. 125 -139.

TURNBULL, S. **Samurai Women: 1184 – 1877**. Reino Unido: Osprey publishing Ltd, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFC. UFC Campeões. *In*: Atletas. **Ranking**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ufc.com.br/rankings>. Acesso em: 09 nov. 2021.

UNB. Defender e resistir. *In*: Universidade de Brasília. Coordenação de Esporte e Lazer. **Notícias**. Brasília, 20 nov. 2019. Disponível em: <http://esporte.unb.br/index.php/noticias01/306-defender-e-resistir>. Acesso em: 24 fev. 2020.

UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte**, 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por. Acesso em: 20 set. 2019.

VIEIRA, M. E.; CORRÊA, E. A. Profissionalização e regulamentação no campo da Educação Física: o contexto das lutas/artes marciais. **Revista Digital**. Buenos Aires, ano 14, nº 140, jan. 2010.

VOGUE. Kyra Gracie fala sobre machismo no esporte e dispara: "Estou na missão de mudar essa mentalidade". *In*: Vogue Brasil. **Celebridades**. Brasil, 10 out. 2019. Disponível em: <https://vogue.globo.com/celebridade/noticia/2019/10/kyra-gracie-fala-sobre-machismo-no-esporte-e-dispara-estou-na-missao-de-mudar-essa-mentalidade.html>. Acesso em: 29 fev. 2020.

WATTS, E. D. **The fine art of Jujutsu**. Londres: Willian Heinemann, 1906.

WILLIAMS, R. Edith Garrud: a public vote for the suffragette who taught martial arts. *In: The Guardian. Life and style.* Reino Unido, 25 jun. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2012/jun/25/edith-garrud-suffragette-martial-arts>. Acesso em: 09 fev. 2020.

WHN. Women's History Network. Suffrajitsu – the Jiu-jitsu teacher of the woman's war. *In: Women's History Network. For anyone with a passion for women's history.* Reino Unido, 12 out. 2013. Disponível em: <https://womenshistorynetwork.org/suffrajitsu-the-jiu-jitsu-teacher-of-the-womans-war/>. Acesso em: 08 fev. 2020.

APÊNDICE A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Projeto CAAE: 38691520.6.0000.8507, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 30 de novembro de 2020.

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: Educação tecnológica, esportes e relações sociais de sexo/gênero: um estudo da divisão sexual do trabalho na perspectiva de mulheres instrutoras de jiu-jitsu. Este convite se deve a sua condição de Instrutora de jiu-jitsu em atividade, filiada a Confederação e/ou Federação oficial de jiu-jitsu, exercendo tal atividade com vínculo empregatício e/ou como autônoma, em academia esportiva da Região metropolitana de Belo Horizonte, sua participação é de extrema relevância para este estudo e contribuirá para a compreensão do fenômeno pesquisado.

Eu, Ester Gomes Bernabé, RG MG 13.945.801, sou estudante do Mestrado em Educação Tecnológica, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e estou realizando uma pesquisa sob a orientação da Professora Dra. Raquel Quirino, cujo objetivo é analisar criticamente a divisão do trabalho entre homens e mulheres no ensino do Jiu-Jitsu - um esporte marcadamente masculino e compreender as diversas formas e influências das relações sociais de gênero no trabalho de mulheres instrutoras desse esporte.

Sua participação envolve uma entrevista semiestruturada, na qual será seguido um roteiro de perguntas que foram desenvolvidas previamente. Esta entrevista será realizada virtualmente, por meio de programas de reuniões e videoconferência, tais como: Meet, Zoom, Microsoft Teams ou outro que você preferir, a entrevista será gravada e posteriormente transcrita, por mim, sendo sua participação neste estudo, voluntária e sem nenhum custo e/ou recebimento de pagamento.

Você tem a plena liberdade para decidir sobre sua participação e de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza. Nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados a menos que você autorize explicitamente o contrário.

Os dados e informações obtidas serão utilizados única e exclusivamente para elaboração do relatório final da pesquisa e para artigos que serão apresentados e publicados em eventos e periódicos nacionais e internacionais. Aceitando participar desta pesquisa você autoriza a gravação e/ou a utilização de imagem e/ou voz para fins acadêmicos, acima descritos.

Todas as gravações (de imagem e som) das entrevistas ficaram em meu poder por um período de cinco anos após a apresentação do relatório final, depois deste período serão destruídos.

No que se refere aos riscos, existe a possibilidade moderada de você sentir algum tipo de constrangimento durante a entrevista, por abordar algumas questões de ordem subjetiva. Acaso se sinta incomodada pelas perguntas, ou constrangida pelas pesquisadoras, ou por quaisquer outras situações, fique à vontade para não responder ou encerrar a entrevista. Também existe o risco baixo de exposição de sua identidade e de violação de sua privacidade. Porém, para que nenhuma característica sua que possa te identificar, ou ser percebida pelos/as leitores/as do estudo, alguns cuidados serão tomados: (i) um termo de confidencialidade será assinado por mim e pela professora orientadora e ficará em seu poder; (ii) seu nome será substituído por nome um fictício ou um código alfa numérico; (iii) será sempre utilizado os termos “instrutoras” e/ou “trabalhadoras”.

Os dados coletados na entrevista serão analisados qualitativamente, a luz da teoria da divisão sexual do trabalho e da teoria das relações sociais de sexo/gênero. Partes essenciais da sua fala serão analisadas considerando a perspectiva por você apresentada e contextos históricos, políticos, culturais em que vivemos. A análise tem por finalidade identificar na prática, os avanços e retrocessos, os momentos de rompimento com a teoria e as contradições inerentes a este campo de pesquisa, não apenas descrevendo os fatos, mas buscando para além do fenômeno, na sua essência, no máximo da sua complexidade, dentro dos limites da pesquisa qualitativa.

Ressalto que você não terá nenhum benefício direto ao participar dessa pesquisa, porém, estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado, para a produção de conhecimento científico acerca da temática e também para possíveis melhorias nos processos de trabalho no âmbito esportivo.

Ressalto ainda, que é garantido a você: o acesso aos resultados da pesquisa; o ressarcimento de qualquer despesa que você tenha para participar desta pesquisa (por exemplo, eventual custo de pacote de dados de acesso a internet, usados para realização da entrevista, entre outros) mediante solicitação ao pesquisador responsável; a

indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e o acesso a este Termo, rubricado e assinado por você e por uma pesquisadora da equipe de pesquisa; o acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado a sua participação na pesquisa, mediante solicitação à pesquisadora responsável.

Aceitando participar, você afirma compreender as explicações mencionadas, devendo este Termo ser assinado e digitalizado, disponibilizado por meio virtual (e-mail, ou outra plataforma virtual de fácil acesso) para você e para as responsáveis pela pesquisa. Caso queira o documento físico, este também será enviado no endereço indicado por você na declaração abaixo. Se perder a sua via, poderá ainda solicitar uma cópia do documento à pesquisadora responsável.

Se optar por participar da pesquisa, peço-lhe que rubrique todas as páginas deste Termo, identifique-se e assine a declaração a seguir, que também será rubricada e assinada por mim.

Quaisquer dúvidas adicionais relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora antes, durante e após o desenvolvimento do estudo, por meio dos contatos:

Ester Gomes Bernabé.

Endereço: Rua Itacolomi, número 219, bairro: Lago Azul, Cidade: Ibitié, MG. CEP: 32415-600.

E-mail: esterbernabe@hotmail.com

Tel.: (31) 99848-9879

Raquel Quirino

E-mail: quirinoraquel@hotmail.com

Atenciosamente,

Ester Gomes Bernabé.

Raquel Quirino.

Ibitié, ____ de ____ de 2021.

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), comissões colegiadas, que têm a atribuição legal de

defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Você poderá acessar a página do CEP, disponível em: <<http://www.cep.cefetmg.br>> ou contatá-lo pelo endereço: Av. Amazonas, n. 5855 - Campus VI; E-mail: cep@cefetmg.br; Telefone: 55 (31) 3379-3004 ou presencialmente, no horário de atendimento ao público: às terças-feiras: 12:00 às 16:00 horas e quintas-feiras: 07:30 às 12:30 horas.

DECLARAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, de forma livre e esclarecida, declaro que aceito participar da pesquisa como estabelecido neste TERMO.

Assinatura da participante da pesquisa: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

_____, _____ de _____ de _____.

Caso queira receber este termo impresso, indique o endereço postal, no espaço a seguir: _____

Caso queira receber os resultados da pesquisa, indique seu e-mail ou, se preferir, endereço postal, no espaço a seguir: _____

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu Ester Gomes Bernabé, responsável pela pesquisa intitulada: Educação tecnológica, esportes e relações sociais de sexo/gênero: um estudo da divisão sexual do trabalho na perspectiva de mulheres instrutoras de jiu-jitsu, declaro cumprir com todas as implicações abaixo:

Declaro:

Meu compromisso com a privacidade e a confidencialidade com os dados dos/as participantes entrevistados/as preservando integralmente o anonimato e a imagem destes/as, bem como a sua não estigmatização;

Não utilizar as informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;

Que os dados obtidos na pesquisa serão usados exclusivamente para finalidade prevista no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Que os dados obtidos somente serão utilizados na pesquisa aqui relatada e outras publicações acadêmicas dela decorrentes, em conformidade com o que prevê os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, assino este termo para salvaguardar seus direitos.

Assinatura do/a pesquisador/a

Contato:

Ester Gomes Bernabé

E-mail: esterbernabe@hotmail.com

Tel.: (31) 99848-9879

APÊNDICE B

Levantamento no Portal de Periódicos da CAPES e Scielo

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES E SCIELO							
DESCRITORES: “mulheres”, “gênero”, “esporte”, “divisão sexual do trabalho”, “artes marciais”, “lutas esportivas”, “esportes de combate”, “história”, “jiu-jitsu”, “relações sociais”, “relações sociais de sexo/gênero”, “instrutoras de artes marciais”, “instrutoras de jiu-jitsu”, “professoras de artes marciais”, “professoras de jiu-jitsu”, “mestras de artes marciais”, “mestras de jiu-jitsu” e “trabalho”					Pesquisa realizada em mar./2020		
Nº	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	NOME DO PERIÓDICO	VOLUME	EDIÇÃO	ANO	CIDADE
1	Feminismos e suas possíveis implicações para o esporte olímpico no Brasil	Mayara Cristina Maia	Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do esporte: CONBRACE			2015	Vitória
2	A educação física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade	Silvana Vilodre Goellner	Revista Motrivivência		n. 16	2001	Florianópolis
3	A influência cultural na fisiologia do corpo sexuado vinculado à hegemonia masculina na divisão sexual do trabalho na arbitragem em futebol	Ineildes Calheiro dos Santos / Suely Aldir Messeder	Revista Ambivalências	v 2	n. 3	Jan-Jun/2014	Sergipe
4	A inserção histórica da mulher no esporte	Gilberto Oliveira / Eduardo H.L. Cherem / Manoel J.G. Tubino	Revista Brasileira Ciência e Movimento	v 2	16	2008	Brasília
5	As mulheres e as práticas corporais em clubes da cidade de São Paulo do início do século XX	Katia Rubio	Rev. Port. Cien. Desp.	v. 9	n 2-3	2009	Porto
6	Controle de si, dor e representação feminina entre Lutadores(as) de Mixed Martial Arts	Samuel Oliveira Thomazini / Cláudia Emília Aguiar Moraes / Felipe Quintão Almeida	Pensar a Prática	v 11	n 3	set./dez 2008	Goiânia
7	“Eis Quem Surge no Estádio: É Atalante!” A História das Mulheres nos Jogos Gregos	Paula Viviane Chiés	Movimento	v.12	n 3	set./dez 2006	Porto Alegre
8	Estatuto da participação feminina nos jogos olímpicos – Pesquisa documental nos arquivos do comitê olímpico Internacional - COI, Lausanne, Suíça	Ana Miragaya / Lamartine DaCosta	X Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança - II Congreso Latinoamericano de la Historia de la Educación Física			2006	Curitiba
9	Rosiclea Campos no judô feminino brasileiro	Gabriela Conceição de Souza / Sebastião Josué Votre / Maria Claudia Pinheiro / Fabiano Pries Devide	Estudos Feministas,	v 23	n 2	maio-agosto 2015	Florianópolis
10	Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história	Silvana Vilodre Goellner	Pensar a Prática	v 8	n 1	Jan./Jun. 2005	Goiânia

11	Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina	Miriam Adelman	Estudos Feministas	v 11	n 3	julho-dezembro 2003	Florianópolis
12	“Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios”	Silvana Vilodre Goellner	Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	Ano 2	n 4	2012	Brasília
13	Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910)	Victor Andrade de Melo	Revista Brasileira de História	v 27	n 54	2007	São Paulo
14	Mulher e esporte: o preconceito com as atletas de Rugby da cidade de Maringá-PR	Giovanna Xavier de Moura / Fernando Augusto Starepravo / Jeferson Roberto Rojo / Dourivaldo Teixeira / Marcelo Moraes e Silva	Motrivivência	v 29	n 50	mai/17	Florianópolis
15	Os usos do corpo entre lutadores de Jiu-jitsu	Antonio Claudio Engelke Menezes Teixeira	Interseções	v 13	n 2	dez. 2011	Rio de Janeiro
16	Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização	Ludmila Mourão	Movimento	Ano 8	n 13	2000	Porto Alegre
17	O ensino das lutas nas aulas de educação física: análise da prática pedagógica à luz de especialistas	Luiz Gustavo Bonatto Rufino / Suraya Cristina Darido	Revista Educação Física UEM	v 26	n 4	4. trim. 2015	
18	Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações	Luiz Gustavo Bonatto Rufino / Suraya Cristina Darido	Revista brasileira Educação Física e esporte	v 26	n 2	abr./jun. 2012	São Paulo
19	Representações sociais da dor no Mixed Martial Arts (MMA) feminino	Luis Otávio Teles Assumpção / Emanuelle Santos Camelo	Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	Ano 4	n 6	dez/14	Brasília
20	O processo de institucionalização e regulamentação de artes marciais orientais no Brasil	PARIZOTTO, P. G. G. et. al.	Caderno de Educação Física e Esporte	v. 15	n. 1	jan./jun. 2017	
21	Primórdios do jiu-jitsu e dos confrontos intermodalidades no Brasil: contestando uma memória consolidada	Riqueldi Straub Lise / André Mendes Capraro	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	v. 40	3 ed.	jul./set. 2018	Florianópolis
22	De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres	Katia Rubio / Antônio Carlos Simões	Revista Movimento	v. 5	n. 11	1999	Porto Alegre

Levantamento de teses e dissertações da CAPES

BANCO DE DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES							
DESCRITORES: “mulheres”, “gênero”, “esporte”, “divisão sexual do trabalho”, “artes marciais”, “lutas esportivas”, “esportes de combate”, “história”, “jiu-jitsu”, “relações sociais”, “relações sociais de sexo/gênero”, “instrutoras de artes marciais”, “instrutoras de jiu-jitsu”, “professoras de artes marciais”, “professoras de jiu-jitsu”, “mestras de artes marciais”, “mestras de jiu-jitsu” e “trabalho”.					Pesquisa realizada em mar./2020		
Nº	Título da dissertação - tese	Autor	D/T	Insti.	Programa	Ano	Orientador
1	Dando voz às mulheres participantes do esporte universitário: contradições e desafios para a prática esportiva	Marinez Domeneghini Hillebrand	T	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Porto Alegre 2007	Profa. Dr. Patrícia Krieger Grossi
2	Esporte e violência no jiu-jitsu: o caso dos “pitboys”	Antonio Claudio Engelke Menezes Teixeira	D	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.	Rio de Janeiro 2007	Prof. Valter Sinder
3	A formação da lutadora: estudo sobre mulheres que praticam modalidades de luta	Marco Antônio de Carvalho Ferretti	D	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo	São Paulo 2011	Dr. Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho Dantas
4	Mulheres de ouro: trajetória e representações de atletas de lutas	Vera Lucia Ferreira Pinto Fernandes	D	Universidade Federal de Juiz de Fora	PPGEF – Mestrado em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora	Juiz de Fora 2014	Profa. Dra. Ludmila Nunes Mourão
5	Mulheres no universo cultural do boxe as questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no pugilismo (2003-2016)	Isabela Lisboa Berté	D	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre 2016	Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner
6	“Mulheres que lutam”: as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade	Adriana Brum	D	Universidade Federal do Paraná	Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná	Curitiba 2016	Prof. Dr. André Mendes Capraro
7	Mulheres no octógono: performatividades de corpos e de sexualidades	Carla Lisbôa Grespan	D	Universidade Federal do Rio Grande do Sul,	Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,	Porto Alegre 2014	Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	
PERFIL SOCIAL	Nome:
	Idade:
	Estado Civil:
	Você tem filhos? Quantos?
	Em qual cidade você reside?
	Quantas pessoas moram com você?
	Qual o seu parentesco com elas?
PERFIL ACADÊMICO	Qual a sua formação acadêmica?
	Qual o ano em que você concluiu ou irá concluir sua última formação?
	Você fez ou pretende fazer algum curso ou especialização na área de lutas?
	Você fez alguma formação específica ao se tornar instrutora de jiu-jitsu?
PERFIL PROFISSIONAL	Qual a sua atual graduação no jiu-jitsu?
	Há quanto tempo você é instrutora de Jiu-jitsu?
	Qual o nome da academia e/ou escola de artes marciais que você trabalha?
	Você é filiada a alguma federação e/ou confederação de jiu-jitsu? Qual?
	Em qual cidade está localizada a academia e/ou escola de artes marciais que você trabalha?
	Qual o tempo de deslocamento entre sua residência e seu local de trabalho?
	Qual cargo você exerce na academia e/ou escola de artes marciais que você trabalha?
	Qual a sua jornada de trabalho?
	Você exerce outras atividades remuneradas?
	Qual/is o/s cargo/função/ofício/s exercido/s?
	Qual a sua jornada de trabalho nesta função?
Quais destas atividades você considera como atividade principal? Por quê?	

	Você exerce outras funções além dar aulas de jiu-jitsu na academia ou escola de artes marciais onde você trabalha? Quais funções?
	Você obteve alguma promoção de carreira desde que ingressou nesta academia ou escola de artes marciais?
PERFIL DA ESCOLA DE ARTES MARCIAIS	Como é estabelecida sua remuneração mensal na academia e/ou escola de artes marciais em que você trabalha?
	Quantas pessoas tem o mesmo cargo que você na academia e/ou escola de artes marciais em que você trabalha?
	Homens e mulheres com mesmo cargo, exercem as mesmas atividades?
	Na academia e/ou escola de artes marciais em que você trabalha você tem a liberdade de escolher quais turmas treinar?
	Qual o gênero das turmas e/ou alunos/as que você ensina? Ex.: Feminino, Masculino, Misto.
	(caso turmas mistas) Nas suas aulas em turmas mistas existe alguma predominância do gênero feminino ou masculino?
	(caso turmas mistas) Você já teve algum problema em ministrar aulas em turmas mistas, em razão de ser mulher?
	Qual a faixa etária dos/as seus/as alunos/as? Ex.: Kids, Juvenil, Adulto
PERFIL CULTURAL	O que você gosta de fazer nas suas horas vagas?
	Você pratica outras atividades esportivas, danças, etc.?
	Você faz parte de algum projeto social ou entidade religiosa? Qual/is?
	Você faz alguma atividade de lazer com sua família e/ou amigos? Quais?
ESPECIFICIDADES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PROFISSÃO	Há quanto tempo você pratica jiu-jitsu?
	Como você conheceu o jiu-jitsu?
	Porque você escolheu fazer esta arte marcial?
	Como foi o processo para você se formar instrutora de jiu-jitsu?
	Nesta época existia alguma forma diferenciada de treinamento para as mulheres? O que você acha desta filosofia de treinamento?
	Atualmente na academia e/ou escola de artes marciais que você trabalha, existem formas diferenciadas de treinamento para homens e mulheres?

	Você percebeu na sua trajetória algo que facilitou/ajudou na sua evolução, até se tornar instrutora?
	Você percebeu algo na sua trajetória que dificultou sua evolução, até se tornar instrutora?
	Você já foi discriminada ou constrangida dentro do seu ambiente de trabalho, por ser uma mulher? Conte como foram estas experiências.
	Você acha que recebeu ou recebe algum tipo de favorecimento no exercício da sua profissão por ser mulher?
	Você acredita que na sua profissão as mulheres têm as mesmas possibilidades de crescimento que os homens?
	Você já deu aulas com outras instrutoras de jiu-jitsu? Como é dividir o trabalho com outra mulher?
	Qual a sua opinião sobre a quantidade de mulheres que conseguem se tornar instrutoras de jiu-jitsu?
	Você acredita ter algum motivo para que tão poucas mulheres consigam atuar neste espaço?
	Você já presenciou em seu ambiente de trabalho ou em outras academias situações que poderiam dificultar a formação de futuras instrutoras de jiu-jitsu?
	Você acha que sua condição feminina e suas competências pessoais te atrapalham ou te favorecem no seu trabalho como instrutora? Por quê?
	Você acredita que existe alguma dificuldade para exercer sua atividade em razão de você ser mulher? Como você lida com isso?
	Você já pensou em desistir da sua profissão? Por qual motivo?
RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, A PRÁTICA DO ESPORTE E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	Como as pessoas de fora do meio esportivo veem a sua profissão? Como você lida com isso?
	Você já foi discriminada ou constrangida fora do seu ambiente de trabalho, por ser uma mulher, lutadora e instrutora de jiu-jitsu? Conte como foram estas situações.
	Como a sua família vê a sua profissão?
	Como você lida com comentários a respeito da sua prática esportiva?
	Estes comentários e situações de constrangimento citados por você, influenciou no exercício do seu trabalho?

	A prática do jiu-jitsu promoveu alguma mudança física em você? Quais mudanças?
	Você considera estas mudanças um malefício ou um benefício? Por quê?
	Em um estudo realizado pela pesquisadora Fátima Cecchetto (2004) entre lutadores de jiu-jitsu, ela constatou, que a lutadora de jiu-jitsu muitas vezes é vista como “pouco feminina” ou “masculinizada”. Qual a sua opinião sobre esta afirmação?
	Você se sente masculinizada pela prática do esporte?
	As perspectivas e olhares das pessoas de dentro do seu convívio social, a respeito da sua profissão e da sua prática esportiva te afetam de alguma forma?
	Estas questões já influenciaram nas suas decisões e no seu desempenho no seu trabalho?
<p>TRABALHO REPRODUTIVO <i>VERSUS</i> TRABALHO REPRODUTIVO</p>	Na sua vida pessoal e familiar (casamento, filhos, trabalho): como fazer para conciliar estas coisas ao mesmo tempo?
	Quem é o/a principal responsável pela realização e organização do trabalho doméstico em sua casa?
	Você tem algum ajudante do lar ou empregada doméstica? Com qual frequência?
	Se não tem empregada, alguém da sua família divide o trabalho doméstico com você?
	Quais atividades domésticas eles/as fazem?
	Como você organiza a sua rotina trabalho remunerado/trabalho doméstico? Existe alguma prioridade?
	Como você se sente por ter que acumular estas tarefas?
	A sua carga de trabalho doméstico já afetou seu desempenho no trabalho? Como?
	Tem algo que eu não perguntei e que você gostaria de deixar registrado?